

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
EM ECONOMIA E ESTUDOS EUROPEUS**

**A Construção Europeia à luz da
Economia das Instituições e do Paradigma Integral.
O Caso Particular da Endogeneidade da Zona Monetária Europeia.**

Ivo José Patrício Banaco

Orientação: Professor Doutor António Augusto de Ascensão Mendonça

Júri:

Presidente: Professor Doutor António Augusto de Ascensão Mendonça

Vogais: Professor Doutor Francisco Humberto Fortes Camões Costa

Professor Doutor Manuel de Jesus Farto

Julho 2008

“The platform for an emerging world culture is being built by international markets of material-economic exchange, and by the increasingly free exchange of rationality structures, particularly empiric-analytic science and computer-transmitted information ... all of which are supranational in essential character.”

Ken Wilber

Resumo

Propõe-se neste trabalho atingir dois grandes objectivos. O primeiro relaciona-se com aspectos metodológicos e com a preocupação em fundar princípios ontológicos claros a partir dos quais essa metodologia abstracta encaixe num segundo objectivo que é a de uma proposta da sua aplicação prática, concretamente ao estudo da construção da União Europeia, em particular enfatizando a importância da zona monetária europeia.

No primeiro objectivo o autor tem a intenção de observar a realidade económica, no seu sentido mais lato, fazendo-o primeiramente através do paradigma integral, uma metodologia pluralista que segue a linha de pensamento do filósofo norte-americano Ken Wilber. Com essa base, procurar-se-á “recuperar” alguns fundamentos da “velha” e da nova escola do institucionalismo económico, procurando acrescentar e aprofundar as ideias iniciais de Veblen do virar do séc. XIX para o séc. XX e da abordagem institucional de Douglass North. Propõe-se pegar nos fundamentos que se considera mais importantes dessas escolas e acrescentar-lhe alguns *insights* modernos, sobretudo pegando no trabalho de Hodgson bem como explorando também os mais recentes desenvolvimentos no trabalho de North.

Atingido o primeiro objectivo, partir-se-á para uma proposta de aplicação prática da metodologia criada à construção do projecto da União Europeia, dedicando especial atenção às características endógenas da zona monetária europeia.

Palavras chave: Paradigma Integral, matriz AQAL, instituições, evolução, endogeneidade, zonas monetárias óptimas, Europa.

Abstract

In this work, it will be proposed to achieve two main goals. The first is related with methodological aspects and with the preoccupation to build clear ontological principles, from which we can reach a second goal which is to study the European Union construction, emphasizing the importance of the European monetary area.

In the first goal, the author have the intention of looking to the economic reality, in the broadest sense, doing it through the integral paradigm, a pluralistic methodology that follows the thought of the north-American philosopher Ken Wilber. With that base, we will be looking to “rescue” some old fundamental thoughts of the early institutional economics school as well as some ideas from the “new” institutional economics. In other words, we will be looking to Veblen’s seminal thoughts from the late 19th century and the early 20th century, trying to relate those with the “new” institutional work of Douglass North. It will be proposed to add some modern insights, particularly exploring Hodgson’s work as well as some recent new insights from North.

With the accomplishment of the first goal, we will try to use that framework to study the European Union institutional evolution, with special emphasis to the endogeneity forces and spillover effects of the European currency area.

Keywords: Integral Paradigm, AQAL matrix, institutions, evolution, endogeneity, Optimum Currency Areas, Europe.

ÍNDICE

• ÍNDICE DE FIGURAS	7
• ÍNDICE DE QUADROS	8
• AGRADECIMENTOS	9
• INTRODUÇÃO	10

PARTE I - FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS E METODOLOGIA:

<u>UM CAMINHO PARA UMA METODOLOGIA PLURALISTA INTEGRAL</u>	13
1. O Paradigma Integral de Ken Wilber	14
1.1. A natureza hierárquica da realidade	14
1.2. Os quatro quadrantes	17
1.3. A evolução no quadrante superior esquerdo	22
1.3.1. Outras linhas de desenvolvimento: moral e valores	25
1.4. AQAL em acção	30
1.5. Veblen e os alicerces do institucionalismo	32
1.6. Concepção de hábito e seu papel	35
1.7. Isomorfismos e tipologias	38
1.8. O individualismo versus o colectivismo	41
1.9. Do convencional ao pós-convencional – a emergência da racionalidade	43
1.10. Da racionalidade à visão-lógica	46
1.11. Globalização e respostas transnacionais	48
2. A Teoria das Instituições de Douglass North	50
2.1. Instituições, organizações, famílias e Estado	50
2.2. Concepções sobre o comportamento humano, teoria de custos de transacção e as instituições	52
2.3. Restrições formais, informais e <i>enforcement</i>	54

3. O Papel dos Modelos Mentais e do Conhecimento para a Evolução	56
3.1. O papel das restrições informais, da mudança tecnológica e institucional	56
3.2. A diferença entre a dependência do caminho do lado direito e do lado esquerdo da matriz AQAL	58
3.3. Cultura como processo adaptativo e dependência do caminho	61
3.3.1. Relação entre estrutura institucional, estrutura política e dependência do caminho	63
3.3.2. A força das instituições	65
4. Conclusões Relativas à Parte I	68

PARTE II – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PARADIGMA INTEGRAL AO ESTUDO DA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DA UE. O CASO PARTICULAR DA ZONA MONETÁRIA

5. A Evolução Institucional da União Europeia	71
6. O Papel Central da Endogeneidade da Zona Monetária Europeia	76
7. Breve Radiografia à Situação Europeia à Luz dos Vários Critérios de Integração	83
8. A Importância dos Factores Políticos e da Dependência do Caminho ...	89
9. A Importância da Formação de uma Identidade Europeia	91
10. O Impacto do EURO na Evolução da Identidade Europeia	97
11. Do Nacional ao Supranacional	99
12. Conclusões Finais – Os Problemas, os Desafios e o Futuro da Europa .	105
• BIBLIOGRAFIA	107

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
Figura 1. Os quatro quadrantes	17
Figura 2. Um pensamento: uma realidade com quatro dimensões	20
Figura 3. Os oito memes da Dinâmica da Espiral	27
Figura 4. Níveis de integração e de dependência	72
Figura 5. Os quatro quadrantes e a acção política	74
Figura 6. Benefícios para o país participante na zona monetária	78
Figura 7. Custos para o país participante na zona monetária	80
Figura 8. Benefícios/Custos para o país participante na zona monetária	80
Figura 9. Aumento dos custos para o país participante	82
Figura 10. Taxa de desemprego na zona euro, Japão e EUA	85
Figura 11. Teoria concêntrica de identidades políticas	101

ÍNDICE DE QUADROS

	Pág.
Quadro 1. Estágios de evolução em algumas linhas de desenvolvimento	29
Quadro 2. Evolução nos quadrantes do lado esquerdo da matriz AQAL	39

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, António Mendonça, pela liberdade que me concedeu para tentar fazer “algo de novo”. A sua tranquilidade, confiança e até descontração foram muito importantes para seguir com este projecto com mais força.

Aos meus colegas de trabalho da Espírito Santo Research, cada um à sua maneira, tiveram sempre um contributo especial para a moldagem das minhas ideias. Deixo aqui um agradecimento especial ao Miguel Frasquilho – se não fosse ele talvez não estivesse aqui a escrever esta dissertação – e ao Carlos Andrade, sobretudo pelas longas discussões que ao longo do tempo de gestação deste projecto tivemos. Quase sempre em desacordo, mas paradoxalmente sob uma plataforma invisível de entendimento!

Ao Ken Wilber, não o conhecendo pessoalmente, mas agradecendo-lhe o “simples” facto de ter revolucionado a minha forma de pensar a vida.

À minha família - mãe, pai e irmão - incansáveis no apoio que sempre me deram, nos bons e sobretudo nos maus momentos.

À Sofia, o Amor de uma vida, a base sólida onde me posso sempre apoiar. É a ela que dedico este trabalho.

INTRODUÇÃO

Propõe-se neste trabalho atingir dois grandes objectivos, que correspondem aliás às duas partes desta dissertação. O primeiro relaciona-se com aspectos metodológicos e com a preocupação em fundar princípios ontológicos claros a partir dos quais essa metodologia abstracta encaixe num segundo objectivo que é a de uma proposta da sua aplicação prática, concretamente ao estudo da construção da União Europeia.

No primeiro objectivo, que corresponderá à primeira parte da dissertação, o autor tem a intenção de observar a realidade económica, no seu sentido mais lato, fazendo-o através do paradigma integral, uma metodologia pluralista que segue a linha de pensamento do filósofo norte-americano Ken Wilber. Este olhar com estas “lentes” particulares sobre a realidade procurará encontrar pressupostos de fundo que se querem claros, válidos e o mais realista possível, sobretudo com a preocupação de evitar quaisquer reducionismos na abordagem aos problemas que se querem explorar. É essa a principal mensagem do paradigma integral – através de uma metodologia pluralista, não se privilegia nem o individualismo metodológico (implícito nas análises do *mainstream* económico, com o homem racional, atomista e isolado de qualquer influência do colectivo, da sociedade) nem o colectivismo metodológico, à luz das tradições de pensamento holísticas onde se comete o “pecado” inverso, observando todos os fenómenos como o resultado de um relativismo cultural extremo e de uma força da colectividade que não deixa espaço para a individualidade se expressar. Como normalmente acontece, entre estas abordagens extremas algures no meio estará a virtude e é isso que se procurará encontrar e fundamentar.

O paradigma integral de Ken Wilber tenta ir ao fundo das questões e encontra algumas premissas muito úteis, sobretudo para o avanço das ciências sociais. Primeiro observa a natureza hierárquica da realidade, onde cada elemento, cada objecto, cada existência é o resultado de um processo de evolução, em que cada estágio de desenvolvimento é o resultado da transcendência a partir de um estágio anterior para um novo nível de equilíbrio. Quando esse desenvolvimento é feito de forma saudável, cada nível superior transcende e inclui os anteriores estágios de evolução. Este encadeamento

compara muito bem com a definição de dependência do caminho na teoria das instituições de Douglass North, encontro que se procurará fazer nos capítulos dois e três. Além da natureza hierárquica da realidade, o paradigma integral defende que a realidade, no seu sentido mais lato, é o resultado do surgimento em simultâneo de quatro perspectivas primordiais: a subjectiva e a objectiva na parte individual da realidade (ou seja referente ao indivíduo por si só) e a perspectiva intersubjectiva e a interobjectiva na parte colectiva da realidade. Ao longo do primeiro capítulo (que se apresenta relativamente longo) tornar-se-á mais claro o que aqui se refere, onde se terá oportunidade de observar a matriz dos quatro quadrantes, precisamente onde se encaixam estas quatro perspectivas básicas de qualquer fenómeno.

Assim, é juntando a definição de evolução com as quatro dimensões básicas da realidade que chegamos à exploração de cada um dos quatro quadrantes da realidade numa perspectiva evolucionista. Com este método, podemos explorar a evolução subjectiva e a objectiva do ser humano, e a evolução intersubjectiva (ou cultural) e interobjectiva (ou institucional) das sociedades. Procurar-se-á na dimensão individual explorar melhor o desenvolvimento do ser humano, que não se reduz à dimensão racional e friamente maximizadora da utilidade, pressuposto essencial nas propostas modelares do *mainstream* económico. Procurar-se-á resgatar os estudos fundamentais nesse domínio desde Jean Piaget – com os estágios de evolução cognitiva do indivíduo – até aos conceitos de hábito e seu papel fundamental na vida do ser humano em sociedade, da tradição da filosofia pragmatista, que teve na economia Thorstein Veblen, da viragem do século XIX para o século XX, o seu grande defensor. Completar-se-á este quadro teórico com as premissas importantes da teoria das instituições de Douglass North, em particular com a operacionalidade que esta teoria confere ao paradigma integral. Destaque neste domínio para a relação que North estabelece entre os modelos mentais e do conhecimento dos agentes e a evolução institucional, bem como, o já referido conceito de dependência do caminho.

Com estas bases que se esperam sólidas e compreensíveis, onde procurar-se-á obter modelos evolucionistas quer do indivíduo quer da sociedade, atinge-se assim o primeiro grande objectivo da dissertação. Partir-se-á, na segunda parte do trabalho para uma proposta de aplicação prática da metodologia criada à construção do projecto da

União Europeia, dedicando especial atenção às características endógenas da zona monetária europeia. Nesta fase, irá se procurar perceber qual a evolução institucional que a União Europeia está a ter, desde a sua criação, quais as tendências, os *spillover effects* e a dependência do caminho que o projecto europeu permitirá desvendar, dando particular atenção às forças endógenas que a zona monetária europeia deverá e estará a exercer quer nas estruturas institucionais, quer nos outros quadrantes da realidade abordados no paradigma integral, como sejam a eventual formação de uma identidade europeia (dimensão intersubjectiva da realidade) e a alteração dos modelos mentais dos agentes (dimensão subjectiva da realidade).

Concluir-se-á o trabalho com os problemas, desafios e o futuro que se poderá estar a desenhar para o projecto europeu, pegando em algumas ideias chave de António Mendonça.

Parte I

Fundamentos Ontológicos e Metodologia: Um Caminho Para Uma Metodologia Pluralista Integral

1. Paradigma integral de Ken Wilber.

Propõe-se começar por expor uma esquematização teórica traçada pelo filósofo norte-americano Ken Wilber com base no chamado paradigma integral. Pegar-se-á posteriormente na teoria institucional de Douglass North (quer na sua obra pioneira de 1990, quer nos posteriores desenvolvimentos de 2005), a qual parece enquadrar-se da melhor forma no paradigma integral, procurando dar-lhe sobretudo uma forma mais concreta e operacional. Será com esta metodologia pluralista integral onde, acima de tudo, se integram as principais ideias de Wilber e de North (também de Veblen e Hodgson), que se propõe posteriormente analisar a construção e as características da zona monetária europeia na parte II da dissertação.

1.1. A natureza hierárquica da realidade.

Em termos ontológicos, pode-se afirmar que a realidade contém ordens naturais organizadas hierarquicamente. Uma hierarquia é simplesmente um *ranking* de eventos ordenados de acordo com a sua capacidade holística. Em qualquer sequência de eventos, observamos que o que é *um Todo* num estágio de desenvolvimento, é *uma Parte* no estágio seguinte de *um Todo* maior. Assim, cada *Todo* contém *Partes* e é em si mesmo uma *Parte* de um *Todo* maior. Arthur Koestler (1976) deu o nome de holon para se referir àquilo que num contexto é um todo e que é simultaneamente uma parte num outro contexto. Fazer parte de um todo maior significa que esse todo contém características que não são encontradas nas partes que o constituem. Outra característica importante desta hierarquia natural da realidade é a sua natureza assimétrica, já que este processo não ocorre de forma inversa. Por exemplo, primeiro existem as letras, depois as palavras, depois os parágrafos, etc, mas este processo nunca ocorre de forma inversa. Existe uma direccionalidade na forma como se desenvolve essa hierarquia e essa direccionalidade parece evoluir em estádios de desenvolvimento que são precisamente esses holons que são um todo ou uma parte dependendo do contexto em que se inserem.

Esta abordagem à realidade parece acabar com os reducionismos que se observam em vários pressupostos de análise onde se destaca a controvérsia entre o individualismo metodológico e colectivismo metodológico. Os primeiros reduzem tudo à unidade, ao individual, tudo é explicável reduzindo tudo ao isolamento da unidade (por exemplo, encontramos este tipo de reducionismo no *mainstream* económico, com o pressuposto base do agente racional, a partir do qual se pode construir modelos teóricos explicativos dos fenómenos económicos); os segundos reduzem tudo ao colectivo, todas as partes são meras componentes de um todo maior. De acordo com o paradigma integral, ambas as visões estão incorrectas pois a natureza da realidade é essencialmente a de que não há simplesmente partes ou todos, mas holons, ou seja uma *Parte* que também é um *Todo*. Repetindo, um holon é tanto uma *Parte* como um *Todo* simultaneamente.

Assim sendo, pode-se afirmar que todas as ciências são essencialmente ciências reconstrutivas. Isto é, nunca se sabe com absoluta exactidão o que se irá desenvolver amanhã. Como North (2005) refere, o mundo é um mundo não ergótico, incerto por natureza. Obviamente que se pode estimar, que se podem aferir probabilisticamente os fenómenos, mas sempre baseado em observações passadas. A emergência de novos dados, de novos holons constitui sempre em certa medida um fenómeno novo e inesperado.

Cada holon mais elevado na hierarquia inclui os seus predecessores e acrescenta as suas novas características, os seus novos padrões, mais abrangentes e mais inclusivos. Assim, como frase chave ou lapidar pode-se dizer que toda a evolução normal e saudável constitui-se através da emergência de novos holons que transcendem e incluem os seus predecessores. Wilber (1995) exemplifica este processo, com um caso que interessa particularmente a esta dissertação. A integração do Havai como um Estado membro dos Estados Unidos. Todas as propriedades básicas da região se mantiveram, mas passaram a fazer parte de um todo maior – os Estados Unidos. O que se pode dizer que não foi preservado foi a capacidade do Havai para ser o *Todo* que era antes, ou seja, deixando de ser um Estado autónomo para passar a fazer parte de um *Todo* maior, submetendo-se, por exemplo, à Constituição norte-americana.

Hodgson (2001) refere que a realidade pode ser concebida em diferentes níveis ontológicos. Por exemplo, a física deverá debruçar-se sobre a matéria (1º nível), ao nível

das moléculas, este objecto de estudo seria destinado à química, organismos vivos pertenceriam à biologia, e por aí adiante.

O problema da especificidade histórica auxilia na demarcação do problema de natureza social das ciências físicas. Hodgson observa que os sistemas socio-económicos têm evoluído significativamente nos últimos milhares de anos, enquanto as propriedades essenciais e as leis da física não se alteraram desde o Big Bang. A consequência disto é que os métodos e procedimentos das ciências sociais têm e tiveram que se alterar para acompanhar a mudança no seu objecto de estudo. Hodgson defende que as ciências sociais devem estar mais perto da biologia do que da física (como acontece actualmente no *mainstream* académico), uma vez que no mundo biótico (conjunto de todos os organismos vivos como plantas, animais e decompositores que vivem num ecossistema), novas espécies surgem, outras desaparecem. Assim, a biologia combina princípios gerais, como a taxonomia e as leis evolucionistas, com estudos específicos.

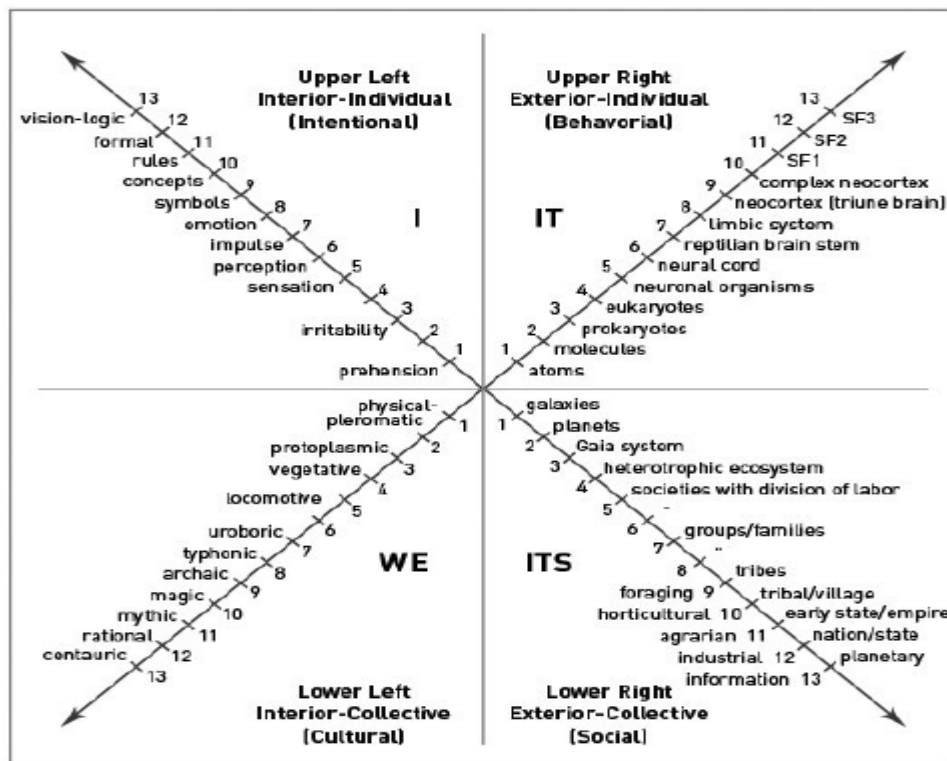
Hodgson critica o *mainstream* económico pelas suas teorias ahistóricas, sem qualquer ênfase às circunstâncias únicas que influenciam a tomada de decisões individuais. Se a economia é a ciência da escolha num sistema de recursos escassos, dever-se-á ter em conta as instituições, a cultura específica de forma a contextualizar factores decisivos que moldam as decisões individuais dos agentes. Assim sendo, o indivíduo pode ser visto como parcialmente constituído pela sociedade e as suas instituições. Ou seja uma interação constante entre indivíduo e sociedade. Nem a sociedade nem o indivíduo são fixos, e o reconhecimento do problema da especificidade histórica está aliada a esta visão do ser humano como sendo moldado, constituído e reconstituído pela cultura e pelas instituições.

1.2. Os quatro quadrantes.

Abordando especificamente a relação e a evolução entre o Homem e a sociedade, constatamos por exemplo que, em termos de evolução biológica, o cérebro do homem se mantém virtualmente inalterado nos últimos 50 000 anos. No entanto, a interacção entre esse cérebro com os seus semelhantes e com o ambiente externo produziu um desenvolvimento cultural extraordinário – em tudo o que isso tem de bom e de mau. O filósofo alemão Jean Gebser (1945) identificou quatro grandes épocas de evolução cultural, cada uma ancorada por um estágio/estrutura/nível de consciência individual que produziu e foi produzido por uma determinada visão do mundo. A esses estádios, Gebser chamou-lhes de i) estágio arcaico, ii) estágio mágico, iii) estágio mítico e iv) estágio mental.

No esquema teórico de Wilber estes estádios de Gebser correspondem apenas a ¼ da história, a qual define a evolução dos vários tipos de holons num dimensão quadrática, os quatro quadrantes básicos da realidade.

Figura 1. Os quatro quadrantes.



Como se pode constatar na figura, os estádios de Gebser correspondem à dimensão cultural do desenvolvimento dos holons colectivos (mais precisamente o quadrante inferior esquerdo – QIE). As outras dimensões que Wilber traz, envolve também dentro dos holons colectivos, a dimensão social ou interobjectiva (quadrante inferior direito ou QID), e dentro dos holons individuais, tem-se a dimensão subjectiva (quadrante superior esquerdo ou QSE) e a dimensão objectiva (quadrante superior direito - QSD). Faz-se aqui a distinção entre holons individuais (os dois quadrantes de cima no diagrama acima exposto) e holons colectivos (os dois quadrantes inferiores do mesmo diagrama). Isto porque embora Wilber (1995) defenda a sua emergência em simultâneo, estes têm, não obstante, características diferentes (as quais serão abordadas mais à frente no trabalho).

Note-se que enquanto o lado direito do diagrama pode ser observado objectivamente, o lado esquerdo deve ser interpretado pela sua dimensão subjectiva e intersubjectiva. Por exemplo, a economia tende a tratar de temáticas relacionadas com o quadrante inferior direito (QID), enquanto implicitamente mantém constante ou assume determinados pressupostos dos outros quadrantes. No entanto, Wilber (1995) argumenta que os erros, omissões que se cometem ao não incluir as quatro dimensões básicas da realidade (cada uma com a sua própria *praxis*), representada naquele diagrama, tendem a tornar as análises incompletas e muitas das vezes gravemente reducionistas.

Exemplifique-se então o que aqui se apresenta: Um dado indivíduo tem um pensamento. Analisemos este simples fenómeno utilizando os quatro quadrantes:

- No quadrante superior direito (QSD), esse pensamento pode ser observado de duas formas distintas – a comportamental, se o dado indivíduo decidir comunicar esse pensamento ou, por outra via, através das alterações na fisiologia do cérebro. Essas duas formas podem ser observadas de forma sensorio-motora, ou seja podem ser estudadas de forma completamente objectiva, no seu sentido mais estrito.

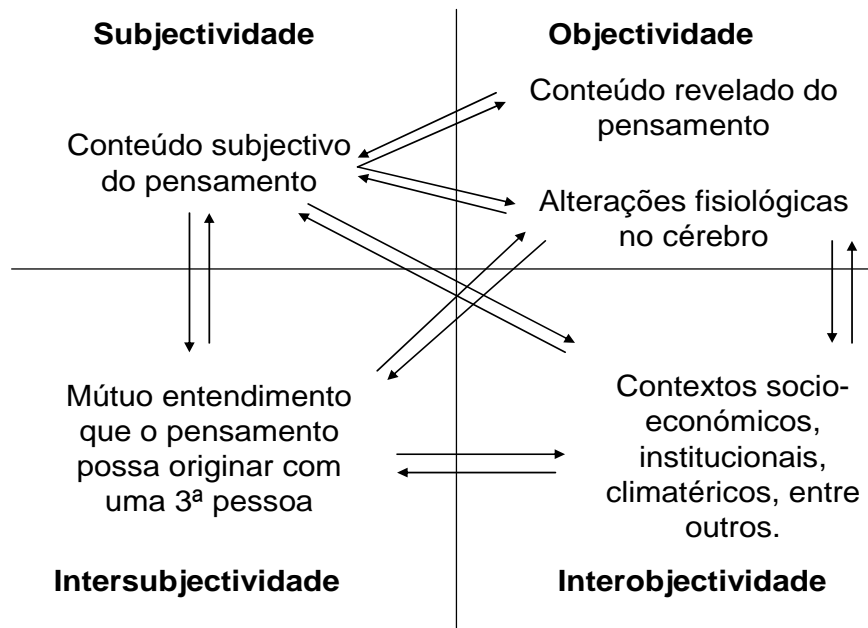
- No quadrante superior esquerdo (QSE), esse pensamento foi experimentado de forma distinta pelo indivíduo que o formulou. Em vez de um qualquer registo fisiológico no cérebro ou determinados comportamentos visíveis, o indivíduo experimentou um

pensamento com determinados significados, simbolismos, “emocionalmente competentes” (Damásio, 2003) ou não, mais ou menos importante qualitativamente para o próprio; este pensamento poderá ou não ser partilhado se o indivíduo assim o desejar (se por exemplo o indivíduo não partilhar esse pensamento, nenhuma análise comportamental seria possível no quadrante superior direito e mesmo que alguém soubesse o exacto comportamento fisiológico do cérebro, nunca seria capaz de decifrar o seu conteúdo, a menos que o indivíduo decidisse revelá-lo). A conclusão mais importante a retirar para já é que o quadrante superior esquerdo jamais poderá ser reduzido à sua correlação com o quadrante superior direito (e vice-versa) sem perder uma importante parte deste fenómeno da vida real – um simples pensamento de um indivíduo.

- No quadrante inferior esquerdo (QIE), observa-se um mútuo entendimento entre o indivíduo e uma 3ª pessoa, desde que ele partilhe esse pensamento com alguém e se faça entender. Para tal entendimento o significado do pensamento tem que estar de acordo com todo um *background* cultural comum entre o indivíduo e essa 3ª pessoa de forma a ser possível um mútuo entendimento. Esse espaço intersubjectivo é essencial para que qualquer comunicação tenha significado para as partes em interacção.

- No quadrante inferior direito (QID), observa-se o espaço interobjectivo da realidade. Poderá haver uma correlação mais ou menos directa entre o espaço intersubjectivo e o espaço interobjectivo. Este último é aquilo que é directamente observável, tal como a estruturação das instituições, o enquadramento legislativo, características socio-económicas, etc. Note-se aqui as semelhanças com a conceptualização teórica de North com as regras formais e informais (à qual se fará referência no ponto 2.3). Dir-se-ia que segundo este diagrama as primeiras, as regras formais, pertenceriam ao quadrante interobjectivo (observável) e as últimas, as regras informais, ao quadrante intersubjectivo (informal, não observável ou quantificável, mas inteligível e partilhado entre sujeitos).

Figura 2. Um pensamento: uma realidade com quatro dimensões.



Uma importante distinção entre a dimensão direita e a dimensão esquerda desta matriz é que esta última lida com aspectos qualitativos que são imensuráveis. Ou seja, quanto maior o significado que dada pessoa tiver dado a determinado facto isso não implica que exista menos significado disponível para uma 3ª pessoa. Não é quantificável, ao contrário da dimensão do lado direito que, pelas suas características objectivas, visíveis a “olho nu”, podem ser mensuráveis.

O simples exemplo atrás enunciado demonstra as dimensões inseparáveis da realidade, cada uma com as suas próprias injunções, paradigmas ou *validity claims* que não são redutíveis aos outros quadrantes, apenas podem estar correlacionados.

É de notar que existem importantes diferenças entre a micro-evolução e a macro-evolução, ou seja, entre os holons individuais e os holons colectivos, embora estes mantenham uma “tetra-relação” em todos os níveis de desenvolvimento.

Até agora, foram referidas a dimensão hierárquica e a “quadri-dimensionalidade” da realidade. Ou seja todos os quadrantes em todos os níveis (no inglês estas duas características são representadas pela sigla AQAL – *all quadrants, all levels* – sigla que passará doravante a apresentar-se sempre que se referir aquela matriz atrás exposta).

A partir desta matriz ou esquema teórico AQAL, torna-se relevante destacar que os específicos conteúdos que se podem utilizar em cada um destes quadrantes poderão ser objecto de discórdia entre as várias áreas do saber. Por exemplo, que escala evolutiva apresentar para o QSE, ou para o QIE, ou mesmo para os tendencialmente mais consensuais QSD e QID. No esquema AQAL apresentado, na escala evolutiva dos quadrantes do lado esquerdo, Wilber (1995) optou por privilegiar maioritariamente a teoria de Piaget para a evolução cognitiva do ser humano, já que nos estudos de Piaget se revelaram estádios de evolução cognitiva no Homem extraordinariamente universais, independentemente das diferentes e abundantes culturas onde esses estudos foram realizados. Da mesma forma, os estádios de evolução cultural de Gebser foram os escolhidos também pelo seu carácter universal. O mais importante é que, independentemente das muitas discórdias que existem entre diferentes teorias em cada quadrante, este esquema teórico abre um espaço saudável de debate entre os vários paradigmas, vários estudos e várias correntes de pensamento, sem negar, no entanto, o principal que é esta tetra-dimensão da realidade e sua natureza hierárquica e evolutiva. Segundo Wilber (1995) só uma esquematização teórica deste tipo permite uma abordagem integral das realidades que se pretendem estudar.

Obviamente, o autor desta dissertação irá apresentar as suas próprias propostas de como preencher este puzzle, sobretudo quando se analisar especificamente o fenómeno da construção europeia e, em particular, da zona monetária europeia. Mas o que se quer apenas enfatizar é o carácter relativamente neutro deste esquema teórico, desta meta-teoria, a partir da qual podem nascer inúmeras propostas teóricas em cada um dos quadrantes.

1.3. A evolução no quadrante superior esquerdo.

Na escala de evolução cognitiva de Jean Piaget temos um primeiro ponto de partida para a evolução do ser humano no quadrante superior esquerdo. Piaget chamou aos respectivos estágios de desenvolvimento estruturas cognitivas ou intelectuais. Piaget considerava que o desenvolvimento da inteligência era afectado por factores biológicos (observáveis no QSD) – um dos quais é a transmissão hereditária de estruturas físicas, como o sistema nervoso próprio da espécie. As pesquisas de Piaget demonstram, no entanto que, no ser humano, após os primeiros dias de vida, os reflexos são modelados pelas experiências em seu redor (que na linguagem AQAL significa que todos os quadrantes estão envolvidos no processo) e dão lugar a um novo tipo de mecanismo – a estrutura psicológica, que não é directamente hereditária (Biaggio, 2005).

O principal objectivo de Piaget era o de estudar a evolução qualitativa das estruturas psicológicas subjacentes ao pensamento. A actividade intelectual visa sempre um estado de equilíbrio e existe sempre a tendência de procurar novos estímulos depois de acomodados e equilibrados os estímulos anteriores. Existe assim um estado de equilíbrio quando há a acomodação de uma dada estrutura psicológica, mas há também um estado de desequilíbrio na procura de novos estímulos (temos como exemplo o tédio da criança em relação a um dado brinquedo com que já está muito familiarizada) (Biaggio 2005).

A grande contribuição de Piaget foi o escalonamento ou a hierarquização dos vários estádios de desenvolvimento cognitivo do ser humano. Em traços gerais, Piaget encontra quatro grandes estruturas cognitivas que se desenvolvem desde o nascimento¹:

- I- Estádio sensório-motor (0 a 2 anos)
- II- Estádio pré-operatório (2 a 6 anos)
- III- Estádio de operações concretas (7 a 11 anos)

¹ De referir que estes estádios nada têm de linear, nem as idades têm a rigidez que se aponta na enumeração mencionada.

IV- Estádio de operações formais (12 anos em diante)

Numerosos psicólogos (e.g. Bruner, Flavell, Arieti, op cit. Wilber 1986) apontaram para a evidência de uma estrutura cognitiva acima do estágio de operações formais de Piaget. Seria uma estrutura em que o raciocínio opera em termos sistemáticos (operações sistemáticas ou seja sobre sistemas ou redes). Inúmeros nomes lhe foram atribuídos (de estágio dialético, integrativo, a sintético-criativo), mas fique-se com a expressão da preferência de Wilber (1986):

V- Estádio visão-lógica;

Numa breve descrição destes estádios cognitivos temos que: no primeiro estágio (sensório-motor), não há ainda a capacidade de abstracção e a actividade intelectual é de natureza sensorial e motora. A criança percebe o ambiente e age sobre ele. Estádio de grande importância como fundamento de toda a actividade intelectual superior futura (como já se referiu, cada novo holon transcende mas inclui e tem como base o holon predecessor). No segundo estágio (pré-operatório) o principal progresso é o desenvolvimento da capacidade simbólica. A criança já não depende unicamente das suas sensações dos seus movimentos, mas já distingue um significador (imagem, palavra ou símbolo) daquilo que ele significa – o significado. O período pré-operatório é também a época em que há uma verdadeira explosão linguística. Uma das características mais importantes desta fase é o egocentrismo que significa simplesmente a incapacidade da criança de se colocar no ponto de vista de outrem (Biaggio, 2005 e Wilber, 1986). No terceiro estágio, o das operações concretas, a criança ou indivíduo começa a conseguir colocar-se no papel de uma 3ª pessoa. É a primeira estrutura que consegue realizar operações com regras próprias como a multiplicação, divisão, hierarquização, etc. (Wilber, 1986). O quarto estágio, o das operações formais, é a primeira estrutura que consegue não apenas pensar e agir sobre o mundo, mas consegue também pensar acerca do próprio pensamento e de si mesma. Neste estágio de desenvolvimento, o indivíduo já é capaz de resolver problemas a respeito de todas as relações possíveis entre eventos. Reflete-se também nas preocupações com problemas abstractos de valores, ideologias e

preocupações com o futuro (Biaggio, 2005). É a emergência da racionalidade que introduz um novo e mais abstracto entendimento da matemática, lógica, etc. A razão oferece ao indivíduo um enorme espaço de possibilidades. É também típico desta estrutura, o mundo parecer científico-racional. Finalmente, o quinto estágio, denominado de visão-lógica, é caracterizado pelo estabelecimento de redes e sistemas de relacionamentos. Enquanto, no quarto estágio as operações formais operam sobretudo com relações, a visão-lógica, opera sobre o sistema ou rede que interliga essas relações. É o início de uma capacidade lógica panorâmica, de uma capacidade de sintetizar, de envolver, interrelacionar, conectando e coordenando ideias aparentemente distintas num todo integrado. Esta é portanto uma estrutura de grande integralidade, de uma grande visão inclusiva e integradora.

Uma vez mais é de referir que este desenvolvimento cognitivo do ser humano é condicionado pela tetra-ação entre os quatro quadrantes. Especificou-se o desenvolvimento cognitivo no QSE, desenvolvimento que vários estudos empíricos provaram ser universal, mas condicionados fortemente pela envolvimento dos quatro quadrantes, particularmente com o forte peso dos quadrantes inferiores (i.e. os quadrantes colectivos). Em termos práticos, isto significa que vários estádios do desenvolvimento cognitivo, sobretudo os mais avançados, podem não se concretizar pelas restrições, contextos e dinâmicas nos quatro quadrantes. Isto poderá contribuir para explicar o porquê de certos desenvolvimentos à escala global se revelarem tão assimétricos, mais visíveis por exemplo no QID, com as diferenças significativas que existem entre as várias realidades sócio-económicas nas várias regiões do globo. Estas não são apenas o resultado de diferenças culturais (tal como defendem as linhas mais radicais dos pós-modernos) ou seja diferenças tipológicas ou horizontais mas também de nível e de evolução vertical.

Continuando no QSE, de referir que o desenvolvimento subjectivo do ser humano não passa apenas pelas estruturas cognitivas. Essa é apenas umas das linhas de desenvolvimento do indivíduo. Ainda pouco se sabe sobre a verdadeira relação entre a linha cognitiva e as outras linhas de desenvolvimento humano. Existem, porém, algumas pistas que poderão ser aqui enunciadas, as quais se tornarão de relevância significativa para o presente estudo.

1.3.1. Outras linhas de desenvolvimento – moral e valores.

A moralidade é geralmente vista, quer por sociólogos, filósofos ou psicólogos como o conjunto de regras culturais que foram interiorizadas pelo indivíduo. As regras dizem-se interiorizadas quando são obedecidas na ausência de incentivos ou de sanções sociais. Esta definição compara bem com a concepção de hábito destacada por Veblen² que exploraremos mais à frente (ver ponto 1.6). Assim, a pergunta surge: como é que a criança se torna capaz de moralidade, ou seja de actuar em termos de padrões interiorizados? (Biaggio, 2005)

Kohlberg, um psicólogo norte-americano pegou nas estruturas de desenvolvimento cognitivo de Piaget e aplicou-as ao estudo da linha moral de desenvolvimento. Este autor defendia a universalidade dos princípios morais. Kohlberg afirma que os princípios éticos são distintos de regras e crenças convencionais e arbitrárias e que têm uma sequência evolutiva invariante, muito semelhantes às postuladas por Piaget para o desenvolvimento cognitivo. Os três grandes estádios de desenvolvimento moral do Homem definidos por Kohlberg e testados empiricamente em várias culturas e sub-culturas são:

- I- Nível Pré-Convencional – pré moral;
- II- Nível Convencional – moralidade de conformismo ao papel convencional;
- III- Pós-Convencional – moralidade de princípios morais aceite conscientemente;

Kohlberg (1975) através de estudos empíricos, como por exemplo dinâmicas de grupo, baseou-se na premissa de que o conflito cognitivo é a base da aceleração da

² Veblen rejeita o agente neoclássico marginalista e enfatiza a inércia e os hábitos como sendo factores muito mais importantes para explicar o fenómeno económico (Hodgson 2001) – ver ponto 1.7.

passagem a estádios superiores. Quando os indivíduos são confrontados com uma argumentação mais amadurecida pode-se obter uma alteração do julgamento moral. Isto leva-nos a um princípio importante que é o de que a evolução cognitiva é condição necessária mas não suficiente para o desenvolvimento. Tornam-se claras as significativas implicações sociais da teoria de Kohlberg. É de uma importância muito relevante a passagem dos indivíduos do nível pré-convencional até ao nível pós-convencional, que contém a semente da transformação social por consistir no questionamento das leis e morais vigentes (Biaggio, 2005).

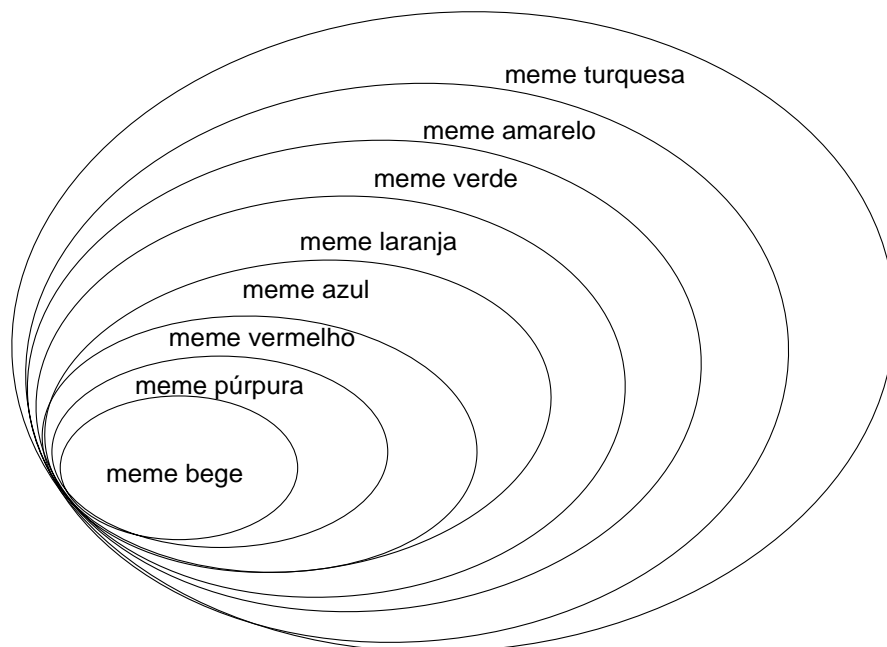
Um dos aspectos mais importantes desta teoria é a sua correlação com o altruísmo. Nesta perspectiva, o desenvolvimento pode ser definido como uma diminuição sucessiva do egocentrismo. Durante a infância, a criança encontra-se, em grande medida, envolvida no seu próprio mundo, alheia a grande parte do mundo envolvente e à maioria das interações humanas. À medida que a sua consciência vai evoluindo em vigor e capacidade, pode-se tornar consciente de si própria e dos outros (desenvolvimento cognitivo sob a forma de operações formais). Eventualmente pode mesmo adquirir a capacidade de se colocar na pele dos seus semelhantes e, dessa forma, desenvolver uma generosa inclusão de diferentes perspectivas, as quais fornecem todas as condições para o desenvolvimento do altruísmo e a compaixão.

Outro modelo de desenvolvimento de relevo, ainda que relativamente desconhecido, é o do psicólogo norte-americano Clare Graves sobretudo na linha de desenvolvimento dos valores. Graves propôs um elegante e profundo sistema de desenvolvimento humano que foi validado e refinado por pesquisas posteriores. O modelo foi posteriormente utilizado por Don Beck e Christopher Cowan que lhe deram o nome de Dinâmica da Espiral (1996). Nas palavras de Graves: “De um modo sumário o que estou a propor é que a psicologia do ser humano maduro é um processo espiralado, emergente, oscilante, marcado por uma progressiva subordinação de sistemas de comportamentos mais antigos e de ordem inferior a sistemas mais recentes de ordem superior, que ocorre à medida que os problemas existenciais de um indivíduo se alteram.

Clare Graves delineou cerca de 8 grandes níveis ou ondas de existência humana³. A estes níveis a Dinâmica da Espiral também lhe dá o nome de *memes*⁴. Os memes, na sua definição típica, são unidades individuais de cariz mental-cultural; Estes oito memes foram utilizados na Dinâmica da Espiral divididos por cores:

- I- **Bege**: Arcaico-instintivo;
- II- **Púrpura**: Mágico-animista;
- III- **Vermelho**: Deuses de Poder;
- IV- **Azul**: Ordem mítica;
- V- **Laranja**: Descoberta científica
- VI- **Verde**: O eu relativista sensível e comunitário;
- VII- **Amarelo**: Integrador;
- VIII- **Turquesa**: Holístico;

Figura 3. Os oito memes da Dinâmica da Espiral.



³ Devemos levar em linha de conta que todas estas concepções de estágio se baseiam num extenso corpo de investigação e de dados. O modelo de Graves foi testado em mais de 50 000 pessoas em todo o mundo.

⁴ Termo primeiramente utilizado por Dawkins em 1989 no livro “O Gene Egoísta”.

Relacionando a hierarquia de estádios morais de Kohlberg com a hierarquia memética de Graves (através de Beck e Cowan, 1996) temos que:

- I- Estádios pré-convencionais correspondem tipicamente ao Bege, Púrpura e Vermelho;
- II- Estádios convencionais correspondem tipicamente ao Azul com as regras conformistas de ordem mítica;
- III- Estádios pós-convencionais correspondem tipicamente ao Laranja, Verde, Amarelo e Turquesa. Por exemplo, o meme laranja e o verde são memes marcados por uma intensa postura crítica perante os mitos, os valores conformistas e os preconceitos etnocêntricos que se encontram quase sempre nos estádios pré-convencionais e convencionais.

Em suma, os inúmeros modelos de psicologia do desenvolvimento humano permitem-nos, nas suas várias vertentes, construir uma tabela, na qual estão bem patentes a complexidade e as várias linhas e estádios da evolução humana.

Quadro 1. Estágios de evolução em algumas linhas de desenvolvimento humano.

Estágios	Desenvolvimento cognitivo	Linha moral	Linha dos valores
1	sensório-motor		Bege arcaico/instintivo
2	Pré-operatório	Pré-convencional	púrpura mágico/animista
3			vermelho egocêntrico
4	Operações concretas	Convencional	azul absolutista/mítico
5	Operações formais		laranja ego-racional
6		Pós-convencional	verde relativista/pluralista
7	Visão-lógica		amarelo sistémico
8			turquesa holística

Esta tabela permite observar com clareza (i) a natureza hierárquica do desenvolvimento humano, (ii) a condição necessária mas não suficiente do desenvolvimento cognitivo (por isso esta linha surge na 1ª coluna para indicar essa condição) e (iii) algumas das diversas linhas de desenvolvimento do ser humano, concretamente aquelas linhas que definem muito da forma como o ser humano observa o mundo em seu redor (como a linha moral e dos valores).

Outra nota importante em relação a esta tabela é que estas linhas se podem desenvolver de forma relativamente independente umas das outras (com a excepção das estruturas cognitivas que funcionam como base para o desenvolvimento de todas as outras). Assim, um dado indivíduo pode estar num estágio de evolução cognitiva muito elevada, mas não ter desenvolvido adequadamente outras linhas como a moral e a dos valores (e.g. um médico nazi – nível de cognição elevado, nível baixo, na escala de valores) – ou seja, a assimetria que anteriormente foi referida em relação aos quadrantes e ao desenvolvimento vertical também se aplica às várias linhas de desenvolvimento, elas próprias sujeitas à dinâmica AQAL. Obviamente que este quadro tem profundas implicações normativas, às quais o autor não pretende de forma alguma fugir.

Os pontos principais que se queriam aqui deixar claros, com estas linhas da evolução humana, que já se referiram são:

- i) o ser humano é fruto de um determinado percurso de desenvolvimento onde, quando saudável, cada novo estágio de desenvolvimento transcende e inclui o estágio anterior. Este é aliás a forma de desenvolvimento em todos os quadrantes como se irá ver; Concretamente para a teoria económica isto significa que o homem não é simplesmente um “homem racional” no sentido mais *naive* do termo, mas é fruto de inúmeros e complexos processos de evolução;
- ii) O desenvolvimento cognitivo apresentado por Piaget constitui uma linha de desenvolvimento necessária mas não suficiente para o desenvolvimento de outras “inteligências”. Contudo, a estrutura cognitiva fornece um espaço de possibilidades de onde poderão florescer novas linhas de desenvolvimento.

1.4. AQAL em acção.

Todos os modelos de desenvolvimento contam, em traços gerais, uma história semelhante. O crescimento e a evolução da mente humana pode ser visto como uma série de ondas ou estádios que se desenvolvem, não de forma linear, mas antes como um processo fluído, em movimento, dinâmico, com remoinhos, correntes e espirais, com evolução mas também com regressões ao longo do tempo.

A psicologia do desenvolvimento, de qualquer linha teórica existente, mostra um factor essencial: existem efectivamente universalismos na condição humana ao contrário do que reitera a estandardizada afirmação pós-moderna de que todo o comportamento é culturalmente relativo e socialmente construído. Mostra também as limitações de um dos grandes pressupostos do *mainstream* económico – o da racionalidade humana. Não se questionando que a racionalidade existe de facto, ela tem que ser observada num contexto bem mais abrangente que envolve o reconhecimento da natureza hierárquica do

desenvolvimento humano, onde a racionalidade não existe só por si, mas é o resultado de uma evolução complexa do Homem. Adicionalmente, nem todos os seres humanos se desenvolvem da mesma forma pelo que assumir que todos os indivíduos são seres racionais, no sentido estrito (e tal como assumido pelos principais modelos económicos), isoladamente e sem mais considerações sobre o assunto revela-se profundamente insuficiente; para além disso, a racionalidade surge num contexto AQAL (todos os quadrantes, todos os níveis e todas as linhas) e não da forma atomista, vinda de um pressuposto implícito de um individualismo metodológico, sem levar em linha de conta a importância de todos os quadrantes da realidade – que passam, para além dos já referidos aspectos subjectivos (QSE) e objectivos (QSD) do indivíduo, pelos contextos culturais (QIE), socio-económicos (QID) que moldam ou condicionam essa racionalidade. Aliás, nesta matriz AQAL há a destacar o forte peso dos quadrantes colectivos sobre o indivíduo (no diagrama AQAL, os quadrantes inferiores), tal como se verá mais à frente.

O esquema dos quatro quadrantes em evolução permanente (*all quadrants, all levels*, ou AQAL) permite situar da melhor forma as perspectivas que se formam. Assim, por exemplo, se se quiser falar dos hábitos individuais ou culturais sabe-se que não existem num vácuo. Por exemplo, a consciência individual, a mente humana (situada no quadrante superior esquerdo - QSE) encontra-se inextricavelmente interligada ao organismo e cérebro objectivos (uma perspectiva diferente localizada no quadrante superior direito – QSD), à natureza, aos sistemas sociais, ao ambiente (quadrante inferior direito - QID) e aos contextos culturais, valores comunitários e visões do mundo (quadrante inferior esquerdo – QIE).

O QSD corresponde ao indivíduo tal como é visto de uma forma objectiva, empírica, científica (no sentido mais estrito da palavra). Inclui os estados corporais orgânicos, a bioquímica, os factores neurobiológicos, os neurotransmissores, as estruturas cerebrais orgânicas (tronco cerebral, sistema límbico e o neocórtex)⁵.

Independentemente da nossa opinião sobre a verdadeira relação entre a mente – consciência (QSE) e o cérebro-corpo (QSD), pode-se pelo menos concordar com a sua correlação. O QIE envolve todos os padrões que existem na consciência e que são

⁵ Para consultar uma excelente abordagem ao QSD ver Damásio (1999 e 2004). Está para além do alcance deste trabalho explorar em detalhe a perspectiva deste quadrante da matriz AQAL.

partilhados por aqueles que se inserem numa dada cultura ou subcultura específica. Por exemplo, para que duas pessoas se possam minimamente entender precisam de pelo menos partilhar algo em comum (desde as mais elementares estruturas semânticas da linguística até à partilha de visões do mundo, etc). São padrões intersubjectivos da consciência, padrões de mútuo entendimento não facilmente explicáveis objectivamente. No entanto, estes espaços intersubjectivos possuem correlatos objectivos que podem ser detectados empiricamente. É o caso dos sistemas socio-económicos, estilos arquitectónicos, estruturas geopolíticas, etc.

1.5. Thorstein Veblen e os alicerces do institucionalismo.

Hodgson (2001) identificou no trabalho do economista norte-americano Thorstein Veblen, da viragem do século XIX para o século XX, uma verdadeira revolução intelectual e com semelhanças evidentes com a teoria integral de Wilber. O trabalho de Veblen terá influenciado seis grandes áreas (Hodgson, 2001): i) a focagem tanto nas instituições como nos indivíduos como unidades de evolução social; ii) a importância das explicações causais quer no plano do indivíduo quer nos fenómenos sociais, consistentes com as ciências naturais e sociais; iii) observação de que a deliberação racional surge como o resultado de hábitos criados, estabelecendo a primazia do hábito sobre o pensamento racional; iv) evitar três importantes reducionismos metodológicos, a saber, colectivismo metodológico, individualismo metodológico e reducionismo biológico; v) colocar a aprendizagem e o conhecimento no centro da evolução tecnológica e da evolução económica (na linguagem AQAL, seria o reconhecimento da importância dos quadrantes do lado esquerdo para o desenvolvimento objectivo do lado direito); vi) desenvolvimento histórico observado como um fenómeno não teleológico.

Veblen considerava que a mera posição ocupado pelo indivíduo, em termos de *status* social, como o assalariado ou um empreendedor, capitalista, etc, nada nos diz acerca dos possíveis hábitos de pensamento do indivíduo e assim das prováveis acções. Mais, Veblen afirma que os interesses individuais, quaisquer que eles sejam não se correlacionam necessariamente com as respectivas acções (ou seja o desenvolvimento

dos quadrantes do lado esquerdo não implicam necessariamente a sua expressão objectiva).

Veblen rejeita a proposição de que o indivíduo é exclusivamente um “ser social”, reflectindo apenas a transmissão e a expressão das leis sociais (Veblen, op. cit Hodgson 2001). Ou seja, isto significa que Veblen rejeita o reducionismo do colectivismo metodológico (reduzindo-se a realidade aos quadrantes inferiores da matriz AQAL), onde se procura justificar a individualidade do ser humano inteiramente em termos de estruturas, instituições ou cultura. No entanto, Veblen procura também afastar-se do reducionismo inverso, o individualismo metodológico, que tudo explica em termos atomísticos ou individuais. O que Veblen sugere é um meio-termo, uma dinâmica a que Wilber (1995) chamaria “an AQAL affair” onde os indivíduos são moldados pelas suas circunstâncias específicas dos quadrantes colectivos, assim como também as podem moldar (Hodgson 2001).

Uma parte importante nos argumentos de Veblen prende-se com a defesa de que as explicações para os fenómenos socio-económicos envolvem não apenas as instituições, estruturas e os agentes como também que essas explicações sejam feitas em termos evolucionistas. Isso contrasta com as visões neoclássicas e utilitaristas que assumem determinadas características comportamentais para o agente económico sem a explicação das origens dessa assunção (que segundo Veblen só se poderia obter com uma perspectiva evolucionista).

De facto, está implícito nos escritos de Veblen uma abordagem AQAL para os fenómenos da realidade económica. Veblen concebe o indivíduo em termos biológicos (ou seja referindo-se ao QSD em termos da concepção biológica do ser humano), mas também o concebe em termos sociais (ou seja referindo-se concretamente ao QID ou aos quadrantes inferiores genericamente). Com as noções de instintos, hábitos e razão, Veblen completa a matriz AQAL, com o quadrante subjectivo – QSE).

Acima de tudo, Veblen procurava fugir a todos os reducionismos que invariavelmente se praticavam e praticam nas explicações dos fenómenos sociais. A abordagem dos 4 quadrantes (a matriz AQAL) fornece-nos um mapa que nos alerta para a facto de podermos, com determinado tipo de análises, estar a esquecer algo importante para a explicação do fenómeno a que nos propomos estudar. O reducionismo biológico

seria então a redução do mapa ao seu quadrante superior direito – o corpo humano, objectivo, quantificável, mensurável; O reducionismo colectivista, seria o de explicar tudo em função das estruturas e instituições e de olhar para o ser humano como fundamentalmente um ser social. Este reducionismo assume até duas formas, sendo que uma delas é a de reduzir tudo ao QID ou à dimensão interobjectiva da realidade e a segunda a de condicionar a análise aos quadrantes inferiores, os colectivismos, esquecendo a importância do ser humano nas suas dimensões individuais (subjectiva e objectiva ou intencional e behaviorista, respectivamente).

Essencialmente, Veblen observava o agente como estando sujeito a um processo de evolução, não podendo as suas preferências e acções serem tomadas como fixas ou dadas. Na linguagem AQAL, quer o agente quer as estruturas que o envolvem estão em permanente mutação/evolução. Os quatro quadrantes co-evoluem e interagem (tetra-interagem), estando correlacionados mas não redutíveis a qualquer um deles. Veblen defendeu uma ciência económica de natureza evolucionista onde a teoria base teria de contemplar o processo de crescimento cultural (QIE) e uma teoria do desenvolvimento institucional (QID) (Hodgson 2001). Isto tudo tendo como base o processo do desenvolvimento do ser humano (QSE e QSD).

Tal como Hodgson refere (2001), um dos principais contributos de Veblen para a economia foi a importância que o autor deu ao conhecimento na actividade produtiva e para o desenvolvimento económico, um activo imaterial, não quantificável que pertence ao domínio dos quadrantes do lado esquerdo da matriz AQAL. Para Veblen, a produção era o acumulado do “habitual knowledge of the ways and means involved...the outcome of long experience and experimentation”. Para Veblen e para os pragmatistas em geral, os hábitos de pensamento acomodam e reproduzem os esquemas conceptuais, através dos quais percebemos o mundo. Veblen rejeita o agente neoclássico marginalista e enfatiza a inércia e os hábitos como sendo factores muito mais importantes para explicar o fenómeno económico (Hodgson 2001). Os hábitos são a base do pensamento, sendo também influenciados, moldados e reproduzidos através das restrições institucionais. Os hábitos fazem parte dos mecanismos reconstitutivos através dos quais as instituições moldam e influenciam as preferências e os objectivos dos agentes.

1.6. Conceção de hábito e seu papel.

Vejam os a dinâmica AQAL a partir da concepção de hábito e seu respectivo papel. No QSE, definimos algumas das principais estruturas de evolução que poderão ser consideradas comuns aos seres humanos que, nas suas diferentes linhas de desenvolvimento, estão sujeitos às influências de todos os quadrantes para o seu desenvolvimento. Cada estrutura é um holon que é um todo/parte, que na sua dimensão de *Todo* opera coerentemente a partir daquele nível. É segundo este enquadramento que se pode “encaixar” o conceito de hábito. Assim, os hábitos em cada nível de desenvolvimento foram sendo formados por mecanismos de selecção AQAL e poderão ser definidos como uma tendência ou disposição para agir de determinada maneira adoptada anteriormente. Os hábitos assim considerados são a base de acções tanto reflexivas como não reflexivas. Os hábitos são formados através da repetição de comportamentos (visíveis, objectivos e portanto pertencentes ao QSD) ou pensamentos (invisíveis, subjectivos e pertencentes ao QSE). No entanto, e tal como enfaticamente refere Hodgson, os hábitos não se traduzem necessariamente em comportamentos. Uma vez mais e na linguagem AQAL, hábitos são disposições ou propensões criadas no QSE e que se podem repercutir ou não em acções ou comportamentos expressos objectivamente. Assim hábito não é igual a comportamento. O mesmo é dizer que não se pode reduzir o QSE ao QSD embora possam estar intimamente ligados.

De notar a relação que o conceito de hábito tem com os conceitos que se abordaram atrás no desenvolvimento das estruturas cognitivas, da moral e dos valores do ser humano. Os hábitos tendem a começar a ficar enraizados a partir do momento que o ser humano começa a adquirir estruturas cognitivas correspondentes ao estágio de operações concretas de Piaget, ao estágio convencional na linha de desenvolvimento da moral e no estágio correspondente ao meme azul na linha de valores de Graves.

Hodgson (2001) nota que a partir de meados do século XX, o *mainstream* económico colocou o agente racional como principal pressuposto para as suas teorias neoclássicas, fazendo do conceito de hábito uma mera expressão comportamental de escolhas racionais do passado. Ou seja, reduziram-se as disposições e as propensões e os vários níveis de desenvolvimento – todo o quadrante superior esquerdo, o interior e a

subjectividade – a um só nível, o do agente racional, e a um só quadrante, o QSD – que é o quadrante das acções propriamente expressas, que se vêem, que são objectivas.

No entanto, as ciências cognitivas e a psicologia moderna têm vindo a recuperar os conceitos originais da filosofia pragmatista do século XIX. Em particular, destaque-se os conceitos da psicologia moderna de que todas as ideias e crenças estão situadas em contextos específicos (Hodgson, 2001). Perante a escassez do tempo num mundo cada vez mais complexo, os indivíduos baseiam-se nas estruturas externas e nas circunstâncias que agem como filtros e restrições, providenciando também a direcionalidade por onde devem percorrer os seus caminhos. A mente e a razão são inseparáveis do ambiente externo tanto natural como social. Aliás, de forma mais completa pode-se dizer que a subjectividade do indivíduo é inseparável das redes intersubjectivas e os contextos culturais a que pertencem, bem como ao ambiente externo que inclui as instituições a partir das quais o indivíduo actua. Uma vez mais observa-se os quatro quadrantes da realidade numa tetra interactividade dinâmica e evolucionista. Assim, a ideia atomística do agente racional como a única dimensão de todas as escolhas, crenças e intenções é manifestamente insuficiente para explicar as reais dinâmicas “psico-socio-económicas”.

A realidade subjectiva (a evolução interior do ser humano) é em si mesma resultante da dinâmica AQAL. No entanto, é possível traçar a evolução já testada em várias culturas e que se tem assim revelado de natureza universal. No trabalho de Piaget já referimos que o indivíduo tende a passar por vários estágios de evolução desde o estágio sensório-motor dos primeiros anos de idade até pelo menos ao estágio de operações concretas e depois formais. Esta direcionalidade compara bem com a hierarquia definida por Margolis (op. cit. Hodgson 2001), segundo a qual o indivíduo começa por ter apenas instintos para passar a construir a partir daí hábitos, os quais são a base do julgamento ou razão. Compara também muito bem com a evolução moral de Kohlberg do estágio pré convencional (pré-moral) – baseada sobretudo nos instintos, passando para o nível convencional (moralidade conformista ao papel convencional específico de determinada sociedade, ou seja a formação de hábitos) até à moralidade pós-Convencional (moralidade de princípios morais aceites conscientemente, ou seja a razão a operar sobre os hábitos convencionais). Importante nesta concepção é a

explicitação de que a razão não substitui o hábito, mas pode ser usada para alterar e formar novos hábitos (Hodgson, 2004).

Veblen referia que todo o processo de mudança económica é sempre, em última instância uma mudança nos hábitos de pensamento, ou como diria Kohlberg uma mudança na convencionalidade, e isto tem repercussões em todos os quadrantes. Quando Veblen se refere ao processo de mudança económica, concebe-se tal expressão como uma evolução das estruturas interobjectivas do QID, mas que obviamente foi o resultado e mais tarde a causa da evolução nos outros quadrantes, como seja o do QSE. Por outro lado, destaque-se a importância dos hábitos em todos os quadrantes, principalmente como forma de garantir a coesão social. Principalmente o QID, com as suas estruturas incorporadas nas leis e regras que devem e têm que constituir uma poderosa força fornecedora de linhas de orientação ou hábitos para a vida em comunidade. As regras, leis e todo o aparelho institucional e interobjectivo de cada sociedade pressupõem a existência ou a criação de hábitos e convenções que as tornam efectivas e eficazes.

Assim, e mais uma vez contra o paradigma racionalista do *mainstream* económico, a razão em si mesma, despojada de anteriores estágios de desenvolvimento que passam por adquirir estruturas convencionais, de hábitos e rotinas, torna-se um pressuposto erróneo ou no máximo um pressuposto pobre a partir do qual se pretende estudar os fenómenos económicos.

Desta forma, torna-se possível escapar aos reducionismos que vão desde o individualismo metodológico até ao colectivismo metodológico. Veblen e Wilber parecem conseguir escapar aos dois. As instituições (QID) ao exercerem a sua influência sobretudo sobre as propensões habituais (i.e. os hábitos) e não directamente sobre as decisões individuais dos agentes, implica que essa influência (a que Hodgson chama de *downward causation*) não reduza a individualidade do agente aos holons colectivos. Torna-se assim importante invocar o papel essencial dos hábitos na individualidade, uma vez que vai ser através destes que as instituições podem ter efeito sobre os agentes sem reduzi-los a meras marionetas do poder institucional. Pelo mesmo motivo, os agentes também podem e exercem influência sobre as instituições, sobretudo pela dimensão reflexiva, consciente e racional (hierarquicamente superior aos hábitos, mas que evoluem

tendo-os como base), ou pós-convencional (Hodgson chama a este tipo de influência de upward causation).

Assim, o que acontece é que as forças colectivas quer do lado direito – objectivas – quer as do lado esquerdo – intersubjectivas ou culturais – actuam como restrições, limitações e condicionamentos que dão origem a novas percepções e novas disposições entre os indivíduos. Sob novos hábitos de pensamento e comportamento podem emergir novas preferências e intenções dos agentes.

Para Veblen, os hábitos de pensamento eram activos fundamentais para o conhecimento e para a acção. Hábitos seriam formas de adaptação a um mundo em permanente mutação. Por sua vez, Veblen definia conhecimento como a acumulação de tais adaptações e propensões. As ideias e conceitos que o ser humano possui, ou seja os seus hábitos de pensamento, não são meramente o produto passivo do ambiente que o rodeia, mas instrumentos activos, dinâmicos e criativos para lidar com as circunstâncias em constante mutação (Stanley Daugert, 1950, op cit Hogson 2001).

1.7. Isomorfismos e tipologias.

Nesta fase do estudo em que se continua a explorar o paradigma teórico integral e os respectivos fundamentos ontológicos da realidade enquadrados na matriz AQAL, já se abordou brevemente os 4 quadrantes de qualquer acontecimento, explorou-se a dinâmica evolucionista e hierárquica dos mesmos e aprofundou-se com maior detalhe o desenvolvimento subjectivo do ser humano em algumas das suas várias linhas de desenvolvimento.

Já também se abordou superficialmente uma proposta de evolução cultural ou intersubjectiva (QIE) de Jean Gebser (1945). Segundo Gebser, a evolução cultural passou por quatro grandes estádios de desenvolvimento:

I - estágio arcaico;

II - estágio mágico;

III - estágio mítico;

IV - estágio mental/racional;

E poderá estar na emergência de criar uma nova onda de desenvolvimento:

V - estágio integral/aperspectival;

Como facilmente se pode observar existem claras correlações entre o desenvolvimento individual exposto atrás do QSE e esta proposta de Gebser para o QIE. Pegando, por exemplo, no modelo de Clare Graves da linha dos valores temos:

Quadro 2. Evolução nos quadrantes do lado esquerdo da matriz AQAL.

Estádios	Linha dos valores (QSE)	Evolução Cultural de Gebser (QIE)
1	Bege – arcaico-instintivo	(I) Arcaico
2	Púrpura – magico/animista	(II) Mágico
3	Vermelho – egocêntrico	
4	Azul – absolutista/mítico	(III) Mítico
5	Laranja – racionalista	(IV) Mental/Racional
6	Verde -relativista/pluralista	
7	Amarelo – sistémico	(V) Integral/Aperspectival
8	Turquesa – holística	

Este isomorfismo leva à conclusão de que existe de facto uma correlação forte entre o desenvolvimento do indivíduo e o desenvolvimento intersubjectivo e cultural. Contudo, a correlação não é directa, sobretudo no que diz respeito às diferenças temporais. Enquanto que no QSE se está a abordar o ciclo de vida do ser humano (para além de que cada ser humano quando nasce terá de começar novamente da estaca zero), as evoluções culturais demoram dezenas, centenas e milhares de anos a terem lugar. As suas redes intersubjectivas evoluem continuamente, possuindo uma memória colectiva que permite essa continuidade.

Por outro lado, é importante realçar que não se está a negar as diferenças culturais que existem em todo o mundo. Essas diferenças são muito importantes e merecem toda a distinção e consideração. O que se procura nesta proposta filosófica é encontrar os padrões mais profundos, comuns a toda a humanidade e que estão presentes tanto objectivamente (QSD) com o corpo humano – talvez a mais consensual de todas as universalidades humanas – inter-objectivamente, subjectivamente e inter-subjectivamente. Obviamente que dentro de cada quadrante, em cada linha, em cada estágio de desenvolvimento existem tipos diferentes de actuar no mundo. Por exemplo, na linha de valores um dado indivíduo poderá desenvolver as suas acções operando sobretudo a partir do estágio azul – tipicamente conformista e mítico (acredita sobretudo numa entidade superior divina), viver numa cultura que também tem essencialmente os mesmos valores (estádio III de Gebser – mítico). No entanto, isto nada nos diz, em específico qual é exactamente essa cultura ou esse indivíduo. Tanto poderá ser uma cultura cuja religião seja predominante de origem cristã como muçulmana ou budista. A essas diferenças culturais dá-se aqui o nome de tipologias que são as diferenças de natureza horizontal, ao contrário do que se tem vindo a descrever como evolução no sentido vertical nas várias linhas de desenvolvimento. O estudo aprofundado da tipologia em cada um dos quatro quadrantes está para além dos objectivos deste trabalho.

1.8. O individual versus o colectivo.

Hodgson (2004) refere que as instituições são estruturas sociais emergentes (ou seja não redutíveis a qualquer dimensão individual. Na linguagem AQAL ou wilberiana esta temática põe-se em termos da distinção entre holons individuais, ou seja, a metade superior referente à matriz AQAL e colectivos, ou seja, a metade inferior da matriz AQAL. Segundo J. B Davis (2002, em “*collective intentionality and individual behaviour*” in Fullbrook, Edward, Eds) os indivíduos formam intenções e agem autonomamente. Há uma espécie de ditador que ao tomar uma decisão (por exemplo andar) todas as moléculas, átomos, sistema nervoso, etc obedecem escrupulosamente. Podemos dizer que todo o processo mental ocorre de facto individualmente, mas isso não significa que todas as intenções sejam individuais e tenham que ser expressas na 1ª pessoa. Os indivíduos podem fazer escolhas racionais no seu sentido lato, mas as suas opções e preferências são histórica e socialmente formadas. Por outro lado, o todo não é aqui claramente apenas a soma das partes. O grupo não se pode explicar apenas e só pelo simples agregado dos agentes individuais. Também não podemos cometer o erro do extremo oposto (da tradição holística) onde as “we-intentions” (Davis, 2002) são uma espécie de organismo superior, com uma super – mente, um Leviatão capaz de tomar as decisões como de um agente individual se tratasse. A questão põe-se muito simplesmente da seguinte forma: Se o indivíduo é um organismo, será a sociedade também um organismo? A resposta não se afigura fácil e tentar-se-á aqui resolver a questão recorrendo à matriz AQAL.

Tendo presentes os quatro quadrantes, ou as quatro dimensões básicas da realidade, foi-se referindo, ao longo deste texto, à forma como os quadrantes interagem ou tetra-interagem em simultâneo. Isto é, existem holons individuais e holons colectivos, ambos com as suas dimensões subjectivas (lado esquerdo do diagrama) e objectivas (lado direito do diagrama). Os holons colectivos não são uma simples soma dos holons individuais, eles são simplesmente uma dimensão diferente da mesma realidade. Ou dito de outra maneira, eles são equivalentes aos holons individuais, no sentido em que interagem simultaneamente, mas não são idênticos, ou seja possuem outras características

diferentes (ou como alguns autores referem, possuem propriedades emergentes). Esta forma de observar as coisas tem duas implicações. A primeira já aqui foi mencionada de que não podemos reduzir um holon colectivo à simples soma das partes (ou holons individuais). A segunda é a de que um holon colectivo não está hierarquicamente acima do holon individual, porque estamos a falar de duas dimensões que são equivalentes, porém não idênticas da realidade. Ou seja, fala-se assim de duas escalas hierárquicas distintas. Por exemplo, utilizando a escala de valores de Graves e da Dinâmica da Espiral, pode-se referir a um individuo como tendo uma probabilidade maior de operar a partir do meme laranja, ou de uma sociedade ou cultura cujo centro de gravidade é azul. Neste caso, está-se a observar que o indivíduo está na hierarquia de valores dos holons individuais acima do centro de gravidade da cultura ou sociedade a que pertence. Ou seja estamos a falar de uma escala hierárquica que embora seja relativamente equivalente entre holons individuais e holons colectivos, não se contabilizam na mesma escala. Logo os holons colectivos não estão acima dos holons individuais. Possuem características diferentes e interagem em simultâneo.

As características que fazem um holon individual ser algo de distinto de um holon colectivo são várias. Desde logo, um holon individual, por exemplo um ser humano, caracteriza-se por ter um organismo individual que possui aquilo a que Whitehead se refere a um mónada dominante, que significa muito simplesmente que uma qualquer acção decidida por este ser humano (dotado de um organismo complexo, que inclui um cérebro com determinadas propriedades que lhe permite fazer um conjunto de acções ao alcance do comum dos seres humanos - refere-se aqui para simplificação apenas a dimensão objectiva do holon individual) é seguida a 100% pelos holons inferiores na escala hierárquica. Ou seja, se este ser humano quer andar para a direita, todo o organismo desde o mais simples átomo até ao sistema nervoso central, etc, lhe vai obedecer a 100%. Como Ken Wilber (2003d) refere, em organismos individuais não se vive em democracia, segue-se o mónada dominante (que é o estágio superior desta hierarquia).

Como se tornará óbvio referir, assim não se passa com os organismos colectivos, ou holons colectivos. Na linguagem AQAL, enquanto os holons individuais possuem um mónada dominante, um holon colectivo tem um modo de discurso dominante ou um

modo predominante de ressonância mútua (Wilber 2003d). A capacidade de expressar intenções partilhadas - as *We-intentions* (Davis, 2002) é a capacidade de sair da sua própria perspectiva e adoptar pontos de vista partilhados por determinado grupo com um modo de discurso dominante. Nos holons colectivos pode haver democracia, existe entendimentos, formas de agir em sociedade, de chegar a acordos, formas para um grupo funcionar, não como funciona um organismo individual, mas com características diferentes.

No modelo agente-estrutura do realismo crítico de Lawson (2003), defende-se uma mútua interacção e influência quer do agente (holon individual) sobre as estruturas e a sociedade (holon colectivo) quer o inverso. Este processo causal faz da evolução e do desenvolvimento das instituições e valores sociais um processo sempre em aberto com direcionalidade imprevisível.

1.9. Do Convencional ao pós-Convencional – a emergência da racionalidade.

Pegando na fase de evolução que emergiu para além das culturas tribais mágico-animistas, torna-se útil voltar novamente ao conceito de evolução. Como já foi referido, a evolução saudável é aquela que transcende para um estágio superior e inclui o estágio precedente na espiral de desenvolvimento. O estágio antigo não desaparece, é simplesmente parte de um todo maior. É um holon que é uma parte/todo de um holon que sendo um todo mais inclusivo será uma parte de um todo ainda maior em evoluções subsequentes. Posto isto, sabe-se que as culturais tribais eram (e são) um todo que não incluem dentro das suas fronteiras outras tribos consideradas rivais. Com a emergência em larga escala de novos níveis de consciência (só assim poderia emergir um novo estágio à escala colectiva), nomeadamente na passagem para valores míticos (meme azul) e estruturas cognitivas de operações concretas e moralidade convencional, foi possível integrar dezenas ou centenas de tribos rivais numa cultura relativamente coesa, acompanhada nos quadrantes do lado direito de leis e regras que permitiriam criar condições para uma notável coesão social. O estágio cultural mítico foi e é um estágio caracterizado por um complexo sistema de mitos e lendas. Esse sistema teve o condão de

começar a unir diferentes tribos a um único sistema de crenças ou mitos. Estes complexos sistemas mitológicos providenciaram, em larga medida, significados culturais comuns e foram factores de grande integração social. Como já referimos isso teve repercussões objectivas, expressas em regras e leis que sustentavam a dinâmica e coesão social, legitimadas não pela linhagem de sangue (típicas das tribos) mas pela crença comum num único Deus, ou num qualquer sistema mitológico.

O crescente aumento da consciência humana, no que diz respeito não só à acumulação de conhecimento ao longo do tempo mas também à crescente percepção que os seres humanos têm do seu próprio comportamento, levou e tem levado a esforços cada vez mais complexos e elaborados de estruturação e organização social. Donald (op. cit. North 2005), descreveu três grandes fases no desenvolvimento da cognição e da cultura humanas: i) culturas miméticas (sem linguagem); ii) estágio mítico (partilha de tradições narrativas construídas e passadas de geração em geração através da linguagem); iii) estágio teórico (sociedades na fase simbólica). Esta última fase permitiu o desenvolvimento de um sem número de superstições, religiões, dogmas, etc, que guiaram e estruturaram uma correlativa construção institucional que era o espelho objectivo desse crescimento interior.

É importante notar que estas várias épocas, estádios ou fases de evolução são apenas hábitos probabilísticos, ou seja quando aqui se refere que a cultura A, B ou C está em determinada fase de evolução apenas se está a referir a uma espécie de média da consciência atingida por dada cultura num dado momento no tempo; apenas significa que uma dada cultura tem uma probabilidade elevada no tempo e no espaço de estar naquele determinado nível; esta probabilidade elevada também se poderá apelidar de centro de gravidade. Em cada época, alguns indivíduos estarão acima, outros abaixo, desse centro de gravidade cultural.

A seguir ao estágio mítico e aos valores referentes ao meme azul, observou-se na história a emergência em larga escala dos valores laranja, da moralidade pós-convencional, das estruturas cognitivas referentes ao estágio das operações formais. Numa palavra emergiu a racionalidade. Esta é a racionalidade normalmente implícita pelo *mainstream* económico e surgiu à relativamente pouco tempo na história da humanidade. Como já se referiu anteriormente, as operações formais permitiram ao

homem um novo espaço de possibilidades, à emergência da razão abstracta, um espaço onde o Homem pôde, não só pensar, mas também pensar sobre o que está a pensar (Wilber, 2000). O Homem pôde pela primeira vez colocar e colocar-se noutras posições, encontrar novas perspectivas, colocar novas hipóteses. Esta racionalidade permitiu o surgimento de uma moralidade pós-convencional onde se tornou possível ao Homem avaliar criticamente não só as suas próprias acções como também as regras vigentes na sociedade. Para isto contribuiu, entre outros aspectos, o facto de um número significativo de seres humanos ter começado a pedir evidências científicas à ordem mítica instalada. A racionalidade é a primeira estrutura da história da evolução humana que opera em termos universais. Isto não significa que não aceite culturas diferentes no seu espaço de acção. Pelo contrário, significa, isso sim, que é a universalidade racional que permite que essas diferenças existam lado a lado, observando-as como diferentes perspectivas num espaço maior, mais universal. Este espaço mais alargado onde a diferença é permitida, jamais poderia ser atingida por estádios anteriores de desenvolvimento, tipicamente míticos, sociocêntricos e convencionais (Wilber, 2000). Foi apenas a racionalidade que começou a permitir a emergência de redes globais, independentemente da natureza e especificidade de cada cultura, permitindo ao mesmo tempo a sua livre existência.

Lentamente e com as suas próprias características, quer no Ocidente quer no Oriente começaram a surgir filosofias racionais, a assistir-se ao desenvolvimento da ciência, da política racional, da racionalização das religiões (transição mítico-racional). O denominador comum foi de facto a razão, plataforma essencial para o estabelecimento de um entendimento mútuo alargado a qualquer cor, raça ou credo (Wilber, 2000).

Em termos das estruturas socio-económicas, a racionalidade do Homem levou à transição muitas vezes dolorosa entre os grandes impérios e os Estados modernos, que lentamente se foram separando do poder religioso, permitindo criar instituições que conduziram à emergência de economias de mercado abertas ao exterior.

Esta emergência da racionalidade como centro de gravidade de muitas civilizações terá começado em meados do 1º milénio A.C., mas só se terá generalizado no século XVI na Europa (Wilber, 2000).

Esta descrição tem paralelismos claros com as descrições de Hodgson para a evolução cultural no período moderno, tem semelhanças evidentes com a evolução

Gravesiana da linha dos valores do meme azul para o laranja, ou a evolução cultural descrita por Gebser na passagem cultural do estágio mítico para o estágio mental/racional. Também Hodgson (2001) nota que a principal característica na evolução das sociedades modernas foi a maior importância relativa dada à produção e aquisição, à ciência e aos factos objectivos que veio substituir uma ordem mítica/religiosa como principal fonte de hábitos e crenças (a emergência da racionalidade em larga escala).

Hodgson no seu estudo da obra de Veblen, observa que este defendia a existência de um mecanismo de selecção e evolução que trabalhava não só ao nível das instituições mas também ao nível do indivíduo. Seria assim um processo de evolução que funcionava em todos os quadrantes wilberianos, ou seja, *an AQAL affair* – subjectivo (ou o interior do indivíduo), objectivo (as acções ou o exterior do indivíduo), intersubjectivo (ou cultura) e interobjectivo (as instituições). No entanto, tanto Veblen como Wilber não observam esta evolução como um processo linear ou eficiente. Os processos de selecção e a dinâmica da matriz AQAL são processos profundamente erráticos e imperfeitos, podendo não levar a equilíbrios eficientes para o sistema socio-económico. Como Veblen reconhecia (op cit Hodgson 2001), existe sempre a possibilidade de “instances of the triumph of imbecile institutions over life and culture”.

1.10. Da racionalidade à Visão-lógica.

É da maior importância reforçar que a tolerância cultural é assegurada apenas por uma racionalidade pós-convencional, a qual se traduz num pluralismo universal com a capacidade de mentalmente “se colocar na pele” de terceiros e assim conseguir respeitar pontos de vista diferentes. Só a partir de estruturas laranja em diante se tolera outras culturas que não a própria. Por outro lado, é importante enfatizar que aqui não se trata de nenhuma comparação inter-cultural (nenhuma cultural é em si mesma melhor do que outra). O que se pretende é salientar as estruturas e estágios universais e não próprios de determinadas culturas. O debate é, assim, intra-cultural, ou seja dentro do ambiente e tipologia de cada cultura. Cada uma delas poderá mover-se em direcção a um cada vez menor egocentrismo, a definição por excelência de evolução. O desafio é o de uma

qualquer cultura se mover de um centro de gravidade tipicamente egocêntrico para o sociocêntrico e alargando-se depois para o mundocêntrico; do mágico para o mítico para o racional, de uma menor para uma maior tolerância para com a diversidade e para com a diferença.

Se a racionalidade fornece todas as perspectivas possíveis, a estrutura cognitiva a que Ken Wilber chama de Visão-lógica confere uma totalidade ainda mais inclusiva do que aquela que foi descrita em relação à racionalidade. Novamente, a Visão-lógica é um novo holon que transcende e inclui o seu predecessor. O todo anterior chamado racionalidade passou a ser uma parte de um todo maior. A principal distinção entre os dois estádios é por vezes muito subtil e difícil de descrever. Ela reside sobretudo na maior capacidade de unir opostos, de descortinar a unidade na diferença, de ir além da racionalidade na forma sistémica e integradora como observa o mundo. Esta estrutura cognitiva corresponde àquilo a que Clare Graves chamou de pensamentos de 2ª camada e correspondem aos estágios 7 e 8 da tabela das diferentes linhas de desenvolvimento psicológico (ver quadro 2). Na linha de desenvolvimento dos valores, a Visão-lógica cria o espaço cognitivo para o surgimento de valores amarelo (sistémico) e turquesa (holístico). O filósofo alemão Jurgen Habermas fala da emergência de “cidadãos do mundo”, transcendendo (mas incluindo) os cidadãos confinados a este ou aquele país, nacionalidade ou região. O sujeito livre criado pelas estruturas racionais, passa a fazer parte do que Habermas chama de *global forms of intercourse* (op cit. Wilber, 2000). Verdadeiros cidadãos do mundo pertencem não apenas a nações ou a estruturas e instituições nacionais, mas a instituições e organizações supranacionais, planetárias (enquadradas em específicas legislações internacionais e a estruturas no QID). A necessidade de coordenação a um nível supranacional não pode ser facilmente atingido se os governos nacionais tiverem de se legitimar exclusivamente em termos de decisões de âmbito nacional (este ponto será extremamente importante na abordagem que se fará à construção europeia e em particular à evolução institucional até à zona monetária europeia).

1.11. Globalização e respostas transnacionais.

A plataforma para a emergência de uma cultura mundial vem sendo construída pelos mercados internacionais e em todas as áreas, desde o comércio, à integração financeira, informação, entre outras coisas. Numa palavra – a globalização. O conceito de globalização, tão batido nos nossos dias, tem sido caracterizado principalmente pelos *achievements* do QID, mas a globalização é mais do que o simples desenvolvimento de tecnologias e de estruturas que permitiram tornar o mundo numa espécie de aldeia global. É também o resultado da evolução cultural e individual dos seres humanos. A evolução do centro de gravidade das estruturas interiores (os quadrantes do lado esquerdo) para valores laranja, moralidade pós-convencional e cognição de operações formais, criaram as condições visíveis nos quadrantes do lado direito (os objectivos), as quais levaram à criação de estruturas, legislações e tecnologias universais (e.g. carta universal dos direitos do Homem, ONU, FMI, Banco Mundial, etc). Estas, por sua vez actuam como um poderoso peso para moldar e socializar os indivíduos e culturas das gerações vindouras. A evolução como um todo é, assim, uma dinâmica AQAL, uma tetra-interacção e mútua influência entre os quatro quadrantes ou perspectivas básicas da realidade.

Se, por um lado, a emergência de novos níveis de desenvolvimento auxilia na resolução de problemas e limitações de estádios anteriores, ela também introduz os seus próprios problemas, desafios e novos recursos escassos. A natureza cada vez mais global desses problemas obriga a respostas transnacionais. Wilber (2000) distingue neste contexto três problemas e necessidades essenciais: (i) a necessidade de proteger os bens comuns da humanidade, como por exemplo, o ambiente que já não pertence a nenhuma nação, tribo ou crença particular; (ii) a necessidade de regular o sistema financeiro mundial, que também tende a já não responder a qualquer regulação de âmbito nacional e (iii) a necessidade de assegurar a paz e a segurança mundial, que já não se resolve pelo fim das guerras convencionais entre países, mas pelos esforços concertados a nível supranacional como é o exemplo da luta contra o terrorismo. A dificuldade é a de como negociar esta difícil transacção ou transcendência entre os poderes nacionais e a necessidade de “abrir mão” de uma parte das soberanias nacionais em nome do bem

mundial. Obviamente que cada um destes pontos tem reflexos substanciais nos quadrantes objectivos, particularmente no QID. Mas, no longo prazo, por mais sofisticado que seja o sistema económico, legislativo, institucional que se adopte, este terá que forçosamente ser acompanhado pela evolução da consciência (individual e colectiva, ou seja nos quadrantes do lado esquerdo da matriz AQAL) dos cidadãos que fazem parte de cada uma das nações que estão dispostas a abdicar de algumas das suas soberanias. Dito de outra maneira, só uma evolução das sociedades para um centro de gravidade que corresponda por exemplo a uma moralidade pós-convencional e a valores pós-sociocêntricos (do laranja em diante) permitirá às elites com poderes de decisão tomar determinadas opções transnacionais.

2. A teoria das instituições de Douglass North.

Com a discussão do paradigma integral, dos quatros quadrantes, da sua dinâmica, e dos níveis de desenvolvimento, – principalmente com o desenvolvimento da consciência humana e a importância dos hábitos para a vida em sociedade – o desafio torna-se agora inserir a teoria das instituições de Douglass North na matriz AQAL com o objectivo de lhe conferir uma maior operacionalidade.

2.1. Instituições, organizações, famílias e Estado.

A sociedade pode ser caracterizada por ter três agentes fundamentais: famílias, organizações/empresas e Estado. Imediatamente se torna claro que a interacção entre estes agentes obedece a determinados padrões, regras explícitas ou implícitas, sem as quais a vida em sociedade não seria possível. A essas “regras do jogo” numa dada sociedade North dá o nome de instituições. North (1990) observa que são as instituições que reduzem a incerteza ao providenciar uma estrutura objectiva que guia a vida do dia-a-dia.

Nesta linha de pensamento, a mudança institucional estrutura a forma como as sociedades se desenvolvem ao longo do tempo, pelo que, assim, torna-se a chave para entender a mudança histórica.

North (1990) refere que essa estruturação pode assumir várias formas (formais ou informais), mas têm como consequência comum restringir e moldar o comportamento e a interacção do ser humano. Explicitando conceitos, o autor define como restrições formais as regras objectivas explicitadas contratualmente, e de informais as convenções implícitas, códigos de conduta, entre outros. Ambas são consideradas por North como instituições, um aspecto ao qual se irá voltar mais adiante.

Uma distinção crucial que é feita por North é a diferenciação entre instituições e organizações. Tal como as instituições, as organizações também moldam e estruturam a interacção humana. Aqui, a distinção fundamental é que as instituições são as regras do

jogo, são a definição de como o jogo deve ser jogado. Por seu turno, as organizações são um dos *players* do jogo, cujo objectivo primordial é vencê-lo enquadrado nas regras definidas pelas instituições. Imagine-se, por exemplo, a analogia com um jogo de futebol, onde as regras do jogo são as instituições e as equipas são as organizações, concorrentes entre si e cujo objectivo primordial é ganhar o jogo.

O desenvolvimento das organizações, em termos de estratégias, objectivos, planificação, é relativamente independente da evolução e desenvolvimento das regras, ou seja, das instituições, embora o grau de independência possa ser naturalmente objecto de discussão. Exemplos de organizações são: corpos políticos (partidos políticos, parlamento), entidades económicas (empresas, sindicatos, cooperativas), organizações sociais (igrejas, clubes, associações) e entidades educativas (escolas, universidades, centros de emprego e formação profissional). As organizações são assim grupos de indivíduos interligados por um propósito comum para atingir determinados objectivos (North, 1990)⁶.

O tipo de organizações que surgem e como se desenvolvem depende, em larga medida, do esquema institucional vigente (ou seja das regras do jogo). Por sua vez, as organizações também podem exercer influência na forma como as instituições se vão desenvolver. Acrescentar-se-ia a esta mútua influência mais um agente de mudança – o próprio indivíduo, ou as pessoas que fazem com que as organizações e as instituições funcionem e que se desenvolvam ao longo do tempo.

As instituições são uma criação do ser humano. Elas desenvolvem-se e são alteradas pelos homens. Ao mesmo tempo, as restrições que as instituições impõem às escolhas do indivíduo também são fontes importantes de análise. Torna-se claro, com estas proposições, os primeiros pontos de contacto com a matriz AQAL e a teoria integral, com a relação entre o indivíduo e as instituições que o envolvem, ou seja a dinâmica entre os holons individuais (parte de cima da matriz AQAL) e os holons colectivos (parte de baixo da matriz AQAL).

A relativa estabilidade das instituições revela-se importante para reduzir a incerteza dos agentes, mas isso não significa que elas não estejam sempre num processo

⁶ Mais uma vez aplica-se a analogia de uma equipa de futebol constituída por um conjunto de jogadores, treinadores e direcção interligados por propósitos e objectivos comuns.

dinâmico de desenvolvimento. Desde convenções, a códigos de conduta até aos contratos entre indivíduos, as instituições estão sempre a desenvolver-se e, assim, a condicionar e a alterar as escolhas dos agentes (nomeadamente famílias e organizações).

Uma característica importante das instituições é a de que as mudanças tendem a ser graduais e incrementais, mesmo em situações de revoluções e conquistas. Isto acontece pela incrustação na sociedade das regras informais. Isto faz com que mesmo que as regras objectivas mudem bruscamente como resultado de decisões políticas ou judiciais, as regras informais, que são restrições ou modelações culturais (impregnados em costumes, tradições, hábitos), sejam significativamente menos permeáveis às mudanças bruscas. Esta estrutura cultural faz com que se consiga conectar o passado com o presente e perspectivar o futuro de uma forma relativamente contínua.

Já se abordou brevemente o papel das instituições, das organizações e das famílias. Falta referir neste enquadramento um 4º agente – o Estado – nomeadamente no que diz respeito aos poderes que lhe são conferidos no domínio da coerção⁷. As sociedades mais desenvolvidas caracterizam-se essencialmente por mercados de transacção impessoal. Historicamente o crescimento das economias tem ocorrido dentro de um esquema institucional com políticas de coerção bem desenvolvidas. Não observamos, por exemplo, qualquer tipo de anarquia política nos países de elevado rendimento. Seria difícil sustentar transacções cada vez mais complexas sem uma 3ª parte envolvida que faça cumprir as cada vez mais complexas regras do jogo, tal como o Estado.

2.2. Concepções sobre o comportamento humano, teoria dos custos de transacção e as instituições.

Toda a teorização nas ciências sociais tem implícita ou explicitamente pressupostos e concepções sobre o comportamento humano. Os indivíduos fazem escolhas baseadas em modelos subjectivos, os quais passam por um processo de

⁷ Mais uma vez compara bem novamente com a analogia do futebol, onde o Estado será então o árbitro do jogo.

desenvolvimento tal como foi abordado no primeiro capítulo. North (1990) salienta dois aspectos a considerar a este respeito: (i) motivação e (ii) decifração do ambiente.

Em i) a motivação do Homem pode ser mais do que a simples maximização da riqueza, tal como no caso de comportamentos altruístas ou restrições auto-impostas (questões morais, religiosas, restrições socio-culturais diversas). Em (ii) o indivíduo decifra o ambiente que o rodeia através do processamento da informação a partir de modelos mentais previamente construídos, modelos que lhe permite compreender o ambiente externo que o rodeia bem como resolver os conflitos que se lhe opõem. Esse processamento de informação vai depender do estágio de evolução em que o indivíduo se encontra bem como a particular matriz AQAL que envolve a sua realidade específica.

A subjectividade e a incompletude do processamento da informação do indivíduo joga um papel essencial no processo de decisão. Por exemplo, torna-se importante perceber a ideologia do agente, tais como percepções subjectivas, modelos, teorias mentais que todas as pessoas têm. A evidência histórica sugere que as preferências mudam ao longo do tempo. North (1990) pega no exemplo do fim da escravatura no séc. XIX, “só possível com a mudança de percepção do indivíduo e da sociedade acerca da legitimidade de uma pessoa ser proprietária de uma outra”. Esta mudança de percepção é, uma vez mais o resultado da dinâmica da matriz AQAL, sendo de referir a importância do desenvolvimento dos quadrantes subjectivo e cultural dos agentes, como por exemplo nas linhas morais e de valores. Diz North (1990):

“O largo leque de acções do ser humano, caracterizado por actividades como a doação anónima de sangue, a dedicação a causas ideológicas e políticas, as convicções religiosas ou mesmo o sacrifício da própria vida por causas abstractas, não pode ser ignorado por qualquer teoria social cabal, já que não se trata de actos isolados mas a verdadeira e real acção do ser humano no dia a dia”.

É inevitável existirem assimetrias de informação entre os agentes e isso conjugado com a subjacente função comportamental de cada agente produz radicais implicações para a teoria económica e para o estudo das instituições. É porque não sabemos os reais atributos de dados bens e serviços ou todas as características da

performance dos agentes que temos que afectar recursos para tentar medi-los e monitorizá-los. Os custos de transacção vão reflectir a incerteza através da inclusão de um prémio de risco.

Paralelamente, as instituições necessárias para assegurar as transacções económicas variam na sua complexidade, desde instituições mais simples que resolvem problemas básicos no processo de transacção até instituições mais complexas que se estendem no tempo e no espaço abarcando numerosos agentes económicos. Quanto maior for a variedade e a quantidade das transacções, mais complexo se torna o tipo de compromissos que têm que ser feitos.

2.3. Restrições informais, formais e *enforcement*.

No dia a dia, na interacção diária entre as pessoas, quer em família, quer em relações sociais externas como em relações profissionais, a estrutura envolvente está recheada de restrições informais – códigos de conduta, convenções, normas implícitas de comportamento. Subjacente a essas restrições informais estão as regras formais, mas estas não são a fonte imediata de restritividade e moldagem da interacção social.

Uma maneira de observar a importância destas regras informais é a implementação das mesmas regras objectivas e formais em diferentes sociedades, as quais tendem a produzir diferentes resultados. Revoluções e mudanças abruptas no aparelho institucional, não alteram significativamente os hábitos e as restrições informais. Estas tendem a persistir apesar de uma total mudança nas regras formais.

De onde vêm então estas regras informais? A resposta está na transmissão social e fazem parte da herança cultural de cada sociedade. Cultura pode ser definida como a transmissão de uma geração para a outra, via aprendizagem e imitação, de conhecimento, valores e outros factores que influenciam o comportamento (Boyd and Richerson 2005). Esta “filtragem cultural” garante a continuidade para que a solução informal para os problemas de transacção do passado venha para o presente e torne as restrições informais uma fonte importante de continuidade nas mudanças sociais de longo prazo. As regras informais surgem da necessidade de coordenação da interacção humana; elas são por um

lado extensões, elaborações e modificações de regras formais, por outro são normas de comportamento e de conduta sancionadas socialmente.

Como explicar a emergência e a persistência das restrições ou regras informais? São regras que não foram conscientemente criadas, mas é do interesse de toda a gente que continuem pois, entre outras coisas, são restrições que auxiliam a resolver problemas de coordenação e interação em sociedade. As implicações de longo prazo deste processamento cultural da informação subjacente às regras informais são as de que representam um papel fundamental para o desenvolvimento harmonioso das instituições e uma fonte de “dependência do caminho”. Convém notar novamente o facto de as regras informais, que derivam da incrustação cultural, não mudarem bruscamente como é possível fazer com as regras formais. Como resultado temos uma tensão entre alterações das regras formais e a persistência de restrições informais (que não acompanham à mesma velocidade as alterações das regras formais).

Por outro lado, a evolução das sociedades, desde as menos complexas até às mais complexas foi acompanhada por idêntica complexidade das regras formais. Estas incluem regras políticas, judiciais, económicas e contratuais.

North (1990) afirma que as regras políticas normalmente levam a regras económicas (embora a relação de causalidade possa também ser inversa). Isto é, os direitos de propriedade e os contratos individuais são especificados e monitorizados pelo poder político, mas a estrutura económica também poderá exercer influência sobre as estruturas políticas. No entanto, embora as regras formais (ou explícitas) nos forneçam valioso material empírico através do qual podemos testar a performance das economias, o grau de correlação entre as mesmas é limitado. Ou seja, apenas ao juntarmos às regras formais, as regras informais e mecanismos de coação (*enforcement*) é que podemos definir com maior exactidão as escolhas e os seus resultados.

Como já se referiu, uma terceira parte de natureza coerciva no processo de transacção económica envolve necessariamente o desenvolvimento do Estado como uma força de coerção capaz de monitorizar os direitos de propriedade e assegurar o cumprimento dos contratos estabelecidos.

3. O papel dos modelos mentais e do conhecimento para a evolução institucional.

A forma como o conhecimento evolui molda a percepção do mundo à nossa volta que por sua vez molda a procura por conhecimento. Por exemplo, a vida intelectual na idade média no Ocidente era dominada, no que respeita à aprendizagem, pela igreja, e mesmo hoje, as ideologias (religiosas, culturais) em muitas partes do mundo são intolerantes ao desenvolvimento do conhecimento puro – típicas por exemplo de um estágio de evolução cultural correspondente às características do meme azul na linha dos valores de Graves. A forma como o conhecimento se desenvolve, influencia a percepção que as pessoas têm do mundo e a forma como racionalizam e justificam as suas acções.

Os incentivos que são construídos no esquema institucional têm um papel significativo na forma como se vão moldar as técnicas e os conhecimentos que se irão desenvolver.

Assim, i) o esquema institucional irá moldar a direcção da aquisição de conhecimentos e técnicas e ii) essa direcção será decisiva para o desenvolvimento de longo prazo da sociedade. Se as empresas ou outras organizações económicas investirem em conhecimento que fará aumentar a produtividade quer do capital físico quer do capital humano ou favorecer o melhoramento do conhecimento tácito dos empreendedores, o resultado do aumento de produtividade será consistente com o crescimento da economia.

3.1. O papel das restrições informais, da mudança tecnológica e institucional.

Um grande factor de mudança é a alteração dos gostos da população. Sabe-se pouco sobre essa alteração das preferências. Claramente o papel das ideias e da evolução é um aspecto importante neste domínio.

North (1990) dá novamente o exemplo do fim da escravatura nos EUA numa altura em que esta ainda era lucrativa na época. Foi o poder intelectual do movimento de elite anti-escravatura que levou os políticos a explorar o assunto e, por fim, a acabar com ela (North, 1990).

Como é que surge a mudança nas restrições informais? A resposta está na evolução cultural. Esta poderá estar ligada a incidentes históricos, à aprendizagem e à selecção natural. É importante notar que a persistência de traços culturais na presença de alterações, por vezes brusca, nas regras formais faz das restrições informais, em comparação, evoluir mais lentamente que as regras formais. Tal facto poderá provocar uma situação de desequilíbrio já que o que se tem vindo a referir acerca do papel das restrições informais é a de que estas serviriam como que extensões e suplementos das regras formais. É a conjugação entre as regras formais e informais que torna a estabilidade da escolha efectiva (North, 1990).

É importante, assim, ressaltar novamente que, enquanto as regras formais podem mudar facilmente, através de convulsões sociais, revoluções, entre outros factos, que poderão fazer mudar com enorme rapidez as regras objectivas vigentes, as restrições informais não. Em consequência tende-se a desenvolver uma tensão constante entre as regras formais e as restrições informais, dada a falta de harmonia que podem revelar. As restrições informais actuais são ainda o resultado da matriz institucional anterior e tendem a formar “hábitos culturais” persistentes ao longo do tempo. O resultado ao longo do tempo tenderá a ser um novo equilíbrio entre o formal e o informal o qual resultará num processo que, em geral, tenderá a ser muito menos brusco do que uma revolução por exemplo pressupõe.

Outros aspectos a considerar são a mudança tecnológica e a mudança institucional que são chaves básicas para a evolução económica e social. Ambas têm características de dependência do caminho (*path dependence*). Podemos assim ter um único modelo para ambas? A percepção dos agentes e os modelos mentais em constante evolução também têm um impacto fundamental na mudança tecnológica, embora a mudança tecnológica tenha a “vantagem” de tender a ser menos complexa que a mudança institucional. Isto no sentido em que a evolução tecnológica tende a se processar com maior rapidez em comparação com a evolução das regras do jogo (evolução institucional). No entanto, esta maior rapidez da evolução tecnológica ao dotar os *players* do mercado, nomeadamente famílias e organizações, com novas ferramentas “para jogar”, necessita também de novos enquadramentos institucionais, novas regras do jogo. Veja-se o exemplo da explosão no uso da internet, no início da década de 1990 e os novos mercados que daí surgiram, os

quais necessitaram, e necessitam de novos enquadramentos jurídicos, os quais se revelam com frequência em dificuldades em fazer o necessário ajustamento e *catching up*.

3.2. A diferença entre a dependência do caminho do lado direito e esquerdo da matriz AQAL.

Todos os quatro quadrantes, com todas as suas características, perspectivas e realidades, desenvolvem-se e interagem mutuamente – tetra-interagem e tetra-desenvolvem-se. Isto não significa porém, longe disso, que existe uma simetria perfeita entre esta tetra-interactividade. As correlações entre os quatro quadrantes são inúmeras, virtualmente infinitas. Revela-se, no entanto, importante, nesta fase do estudo, estabelecer as diferenças significativas que existem entre a parte direita do diagrama AQAL e a parte esquerda. Os quadrantes do lado direito são, por definição, totalmente materiais/objectivos, ou seja observáveis, visíveis a olho nu. Uma vez produzida uma dada entidade material, ela estará imediatamente disponível a um largo conjunto de indivíduos e culturas. Ou seja, o objecto tornar-se-á acessível a qualquer nível de desenvolvimento subjectivo e intersubjectivo, mesmo que níveis mais baixos de desenvolvimento nunca pudessem produzir semelhantes entidades materiais.

De notar também o ritmo de desenvolvimento assimétrico entre o lado direito e o lado esquerdo. Tendencialmente mais rápido, brusco e descontinuado do lado direito, contrastando com o processo gradual e moroso do desenvolvimento do quadrante cultural e individual. Este aspecto compara bem com a teoria do desenvolvimento institucional de North. Este autor observa que as mudanças institucionais tendem a ser graduais e incrementais, mesmo em situações de revoluções e conquistas devido à incrustação na sociedade das regras informais. Tentando arranjar um paralelismo com a linguagem AQAL, pode-se afirmar que North se refere aos 2 quadrantes colectivos como uma só dimensão da realidade da mudança institucional. No entanto, na linguagem AQAL, a distinção é claramente feita entre o lado direito e o lado esquerdo. As restrições informais de North assemelham-se às características conferidas ao QIE. Douglass North nota que mesmo que as regras formais mudem bruscamente como resultado, por exemplo, de

decisões políticas ou judiciais, as restrições informais impregnadas em costumes, tradições e hábitos são relativamente impermeáveis à mudança brusca. Uma vez mais na linguagem AQAL, este aspecto é semelhante às descrições acima referidas das assimetrias de desenvolvimento que existem entre o QIE e o QID. As regras objectivas, os enquadramentos legais, as “restrições formais” de North podem ser mudadas da noite para o dia (no QID). Já o quadrante intersubjectivo (QIE) mantém um andamento mais contínuo, incremental, não se alterando da mesma forma. Mais simplesmente: a cultura não se altera bruscamente, evolui gradualmente. Este aspecto irá ser muito importante quando se explorar a evolução institucional da União Europeia. Aí ver-se-á com maior detalhe que o rápido desenvolvimento do aparelho institucional da União Europeia (QID) não implica, antes pelo contrário, o mesmo grau de rapidez na evolução das restrições informais a que se refere North ou à dinâmica de evolução cultural do QIE de Wilber. Esta assimetria entre a evolução dos quadrantes do lado direito e do lado esquerdo revela-se, assim, uma característica fundamental a explorar. Na linguagem AQAL, as instituições circunscrevem-se apenas ao quadrante interobjectivo, que, segundo North, se referem às regras formais do jogo, às regras objectivas ou explícitas. Estas têm repercussões no quadrante cultural (aliás em todos os quadrantes) e dão origem ao que North apelidou de restrições informais. Neste trabalho, procurando seguir mais de perto a linguagem AQAL, estas restrições informais não são instituições propriamente ditas, embora estejam com elas intrinsecamente ligadas.

Ao lado direito dos quadrantes colectivos chamamos, neste trabalho, de instituições ou sistema socio-económico, ou ainda de quadrante interobjectivo, e ao lado esquerdo apelidamos simplesmente de quadrante cultural ou intersubjectivo. Obviamente que o autor tem a noção que esta separação se pode tornar problemática, pelo que o desafio é tentar resolver este problema. A noção de cultura pode assumir uma multiplicidade de definições que vão para além dos propósitos deste trabalho aprofundá-las. No entanto, quer-se aqui dar uma definição suficientemente clara. Fala-se de cultura sempre que se observa que um determinado sistema de crenças, ideias, valores e significados são partilhados por uma dada comunidade. Deste ponto de vista é à partilha de conceitos, de mútuos entendimentos intersubjectivos que podemos dar o nome de cultura. Seria também a forma como uma dada comunidade se adapta e sobrevive através

da partilha de costumes, tradições e identificações. Esta partilha intersubjectiva está ligada directamente à noção já neste trabalho dada de hábitos. Como já se referiu em cima, os hábitos são os fundamentos básicos a partir dos quais quaisquer actividades ou pensamentos se podem desenvolver. Hábitos podem ser vistos como mecanismos e conexões neuronais (QSD), experiências subjectivas (QSE), como também incrustados numa rede socio-cultural forte que molda, condiciona, mas também suporta e lhes dá expressão. Assim, a ideia de cultura concebida como um sistema adaptativo poderá acomodar facilmente esta concepção de hábito. Desta forma, cultura seria a partilha de um determinado sistema de hábitos por dada comunidade. Por exemplo, no sistema de evolução individual dos valores de Graves, poderíamos conceber uma cultura onde predominasse o meme azul (hábitos de nível azul, ou de nível convencional, independentemente do seu conteúdo específico), ou seja, onde predominasse aquilo a que Gebser chamaria de ordem mítica. Isto sem, no entanto, deixar de lado determinadas bolsas culturais que poderiam estar acima (e.g. grupos onde predominasse o meme laranja ou o meme verde) ou abaixo hierarquicamente do centro de gravidade azul (e.g. o meme vermelho, predominante em gangs numa cidade, claques de futebol ou qualquer grupo que desafia a ordem convencional a partir de baixo, com valores pré-convencionais). Veremos mais à frente, na parte II deste trabalho, as implicações práticas que esta dicotomia tem no processo de construção da União Europeia.

Veblen observava a cultura como um complexo sistema de hábitos de vida e pensamentos dominantes entre os membros de uma comunidade (Hodgson, 2001). Visto deste ponto de vista, torna-se assim importante distinguir este complexo sistema de hábitos ou, como Wilber chamaria, de mútuos entendimentos, do conceito de instituições.

Considere-se, por exemplo, os direitos de propriedade ou genericamente regras explícitas como em contratos e afins. Estas regras legais podem ter emergido como uma consequência natural de um “complexo sistema de hábitos” que passaram primeiramente por ser apenas mútuos entendimentos informais, mas que com o decorrer do tempo se desenvolveram e se projectaram em regulações formais (*à la* North). Pode também acontecer o inverso, através da implantação de determinadas leis e sistemas de regulação que precedem no tempo e influenciam o estabelecimento de hábitos e costumes de forma

a se conformarem com tais sistemas formais (um assunto que iremos aprofundar com o estudo da evolução das instituições europeias mais à frente).

Deste modo, quando falamos da formalização de determinado sistema de regras explícitas e objectivas falamos de instituições que podem, ou não, ter sido uma expressão directa da cultura dominante, como também pode ter sido criada por uma elite, normalmente com poder legislativo entre outros, que possa ter influência directa na cultura. Neste processo novos hábitos de pensamento poderão ser criados. Em contraste, leis que falham em ser observadas pelos indivíduos e cultura predominantes tenderão a ser ineficazes na formação de novos hábitos. Mas o ponto fundamental é que uma dada legislação ou sistema de regras formais a que chamamos de instituições é (i) baseada em hábitos e costumes culturais já existentes (são a sua expressão objectiva), ou (ii) tem o potencial para criar novos hábitos e costumes, sendo um dos grandes impulsionadores da moldagem e evolução cultural. Esta é a grande razão porque o QIE jamais poderá ser redutível ao QID. Cultura e instituições embora estreitamente correlacionadas são duas dimensões diferentes da realidade colectiva.

3.3. Cultura como processo adaptativo e dependência do caminho.

Douglass North (2005) aprofunda a sua análise institucional no livro “Understanding the Process of Economic Change”, dando particular destaque à evolução que se tem assistido nas ciências cognitivas na explicação do relacionamento entre a mente e o ambiente externo que a rodeia.

O cérebro e a mente possuem determinados processos cognitivos que levam à formação de mapas mentais, estruturas mais ou menos estáveis (de notar as semelhanças com o conceito de hábito), a partir das quais o ser humano interage com o mundo. São estes padrões e estruturas que permitem reduzir a incerteza que caracteriza a realidade e possibilita a adopção de determinadas escolhas e comportamentos. No entanto, não se poderá entender a cognição sem ter em conta os contextos culturais e históricos. Estes são aspectos fundamentais da cognição humana, que devem ser incorporada num modelo

dinâmico, na qual o indivíduo é apenas uma parte. Esse modelo poderá ser perfeitamente a matriz AQAL.

North (2005) define cultura como um processo adaptativo que acumula soluções parciais para fazer face aos problemas do passado. Esta abordagem salienta o papel da cognição nas instituições sociais. As especificações de como as crenças dos indivíduos se interrelacionam com as instituições culturais e sociais poderá ser a chave de como se processa o desenvolvimento ou a mudança económica.

Já se referiu que as instituições são uma resposta que os seres humanos deram à incerteza inerente à realidade. A realidade externa é apreendida pelos seres humanos através de um processamento complexo e sempre imperfeito, porque parcial, da realidade. Essa estrutura cognitiva está sempre em permanente actualização, numa dinâmica onde entram os processos cognitivos e emocionais, entre outros, do ser humano, o ambiente cultural onde se insere, e o sistema social, donde se destacam as instituições. Essa dinâmica, faz desenvolver um processo de aprendizagem que do ponto de visto do ser humano é genético numa primeira fase, mas que, ao longo da vida vai sofrendo fortíssimas influências do ambiente externo e do ambiente socio-cultural. O ser humano é, assim, influenciado pela herança socio-cultural, mas também a poderá influenciar. É essa herança cultural que cria aquilo a que North chama de dependência do caminho, que é a estrutura socio-cultural, onde North inclui as crenças, instituições, técnicas, tecnologia, entre outras, que molda a escolha dos agentes/*players*. Como refere North, quanto mais rica for essa estrutura, maior a redução da incerteza. Esta descrição de North encaixa na perfeição nos mecanismos de funcionamento da matriz AQAL. Observa-se aqui toda a dinâmica e o tetra-envolvimento dos quatro quadrantes, ou dimensões básicas da realidade.

A consciência do ser humano e a conseqüente intencionalidade que lhe é inerente (QSE), dentro de um contexto cultural, interdependente e em constante mutação (QIE) tem produzido as mais diversas estruturas institucionais (QID) que por sua vez tem moldado e condicionado as diferentes performances económicas das diferentes sociedades.

3.3.1. Relação entre estrutura institucional, estrutura política e dependência do caminho.

North (2005) defende que os sistemas de crenças vigente em determinada sociedade não são mais que as representações internas e as instituições as manifestações externas de tais representações. Esta descrição remete novamente para a matriz AQAL e para os quadrantes do lado direito, as manifestações externas, e os quadrantes do lado esquerdo, as representações internas das crenças vigentes. Mas aqui acrescenta-se à análise um ponto muito importante: a estrutura de uma economia reflecte as crenças e as convenções daqueles em posição de fazer e transformar as regras do jogo. No entanto, tal como refere North (2005), enquanto as instituições formais (as externas e objectivas) podem ser mudadas “por decreto”, as restrições informais, as representações internas desenvolvem-se e manifestam-se de uma forma que ainda está longe de ser compreendida e assim não são susceptível de fácil manipulação humana. Desta forma, a própria estrutura política no poder, ou a elite ou grupos de pressão com acesso ao poder, pode reflectir aquilo que é o centro de gravidade da subcultura a que pertence e tomar decisões, expressas objectivamente nos quadrantes do lado direito, que são uma manifestação externa dos mapas mentais característicos dos quadrantes do lado esquerdo. No entanto, essa elite pode estar em níveis acima ou abaixo, do centro de gravidade de qualquer escala de desenvolvimento cultural de uma dada comunidade que abordámos neste trabalho. O resultado desse desnível tem normalmente mais impacto imediato nas regras formais, as quais podem ser mudadas bruscamente (e.g. como resultado de uma revolução) no QID, do que no centro de gravidade do QIE, com as restrições informais, a arquitectura cultural de uma dada sociedade ou a acumulação de representações internas, intersubjectivas, que remetem para uma continuidade na evolução. O termo cultura reflecte um moroso processo inter-geracional de transferência de normas, valores e ideias que permite que a aprendizagem das gerações anteriores tenham um efeito directo e significativo na aprendizagem das gerações subsequentes.

A estrutura cultural de uma dada sociedade (ou a *artifactual structure* de North) é assim definida por North (2005) como o legado cultural, a aprendizagem de gerações

passadas, que é transmitido pelas gerações passadas às estruturas culturais das gerações presentes. Enquanto as regras formais que a sociedade detém poderão reflectir essa herança, são as restrições informais incorporadas nas normas de comportamento, convenções, etc, que “transportam” mais fielmente essas estruturas culturais. Isto porque, como já foi referido, enquanto as regras formais (objectivas) podem ser mudadas instantaneamente, as restrições informais desempenham um papel muito mais preponderante na evolução das políticas pela sua dependência do caminho, continuidade e de desenvolvimento mais gradual.

Ao nível das organizações, a sua sobrevivência depende da perpetuação dos incentivos institucionais que levaram à sua criação.

A interacção entre as crenças, instituições e organizações na estrutura cultural faz da dependência do caminho um factor fundamental para a continuidade da sociedade. A dependência do caminho não é inércia; é o conjunto de restrições à escolha implementado no presente que derivam das experiências do passado (North 2005).

Os economistas têm tido menos sucesso em modelar o processo político do que o económico. Este é mais complexo pois reflecte normas éticas e morais e respostas sob alguns pontos de vista não racionais.

A nossa imperfeita compreensão, conjuntamente com um mundo caracterizado pela incerteza e contínua mudança leva à perpetuação dessa incompreensão. A aprendizagem feita pelos indivíduos e organizações são a fonte de maior influência na evolução das instituições. A transição de uma estrutura de equilíbrio (por exemplo um dado sistema de crenças) construído para lidar com determinadas incertezas no ambiente externo para uma nova estrutura que se confronta com novas oportunidades e incentivos, envolve uma alteração da percepção dos agentes de um jogo de soma nula (estava em equilíbrio) para um jogo de soma positiva. Este processo é essencial para o processo de desenvolvimento e mudança económica.

A aprendizagem é um processo lento e gradual filtrado pela cultura. Quanto mais rica é a estrutura cultural mais próximo estamos de nos confrontarmos com sucesso os novos problemas de um mundo sempre em mudança. Criar uma *artifactual structure* adequada é um objectivo essencial de qualquer política económica.

3.3.2. A força das instituições.

Um estudo efectuado por Avner Grief (2006), observou as diferenças sistemáticas nas estruturas institucionais e organizacionais dos comerciantes genoveses e das sociedades islâmicas no comércio no Mediterrâneo dos séculos onze e doze. A 1ª caracterizava-se por valores e comportamentos individualistas e a última por crenças e comportamentos colectivistas.

Os comerciantes do mundo islâmico desenvolveram uma rede de comunicação social que impelia a comportamentos e acções colectivistas. Enquanto esse sistema se revelava ser efectivo em pequenos grupos étnicos e homogéneos, essas redes não eram propícias à expansão do comércio, só possível através de transacções impessoais que surgiam como consequência da expansão do mercado e da heterogeneidade dos grupos comerciantes. Em contraste, os comerciantes genoveses desenvolveram mecanismos de coerção bilaterais que levaram à criação de organizações políticas e regras formais de monitorização e coerção dos acordos – um caminho institucional e organizacional que permitiu e levou a um tipo de comércio mais complexo (transacções impessoais).

Encontra-se aqui, novamente, um paralelismo com a evolução dos valores na escala de Graves. Parece que as especificidades próprias da matriz AQAL no mundo islâmico condicionaram e restringiram a evolução vertical na forma de ver e abordar o mundo em constante mudança – neste caso específico a dinâmica do comércio mundial.

Assim, poder-se-ia chegar à conclusão que os comerciantes do mundo islâmico ficaram como que “presos” a um centro de gravidade cultural em torno do meme azul, tipicamente absolutista, colectivista, conformista e mítico, contrastando com os comerciantes genoveses que começaram a estender o seu raio de acção para além da sua própria comunidade, tornando possível as transacções impessoais e criando condições (do lado direito da matriz AQAL, com os mecanismos de coerção e de outras instituições) para que tal fosse possível e exequível. Fica a ideia da emergência de uma evolução vertical das estruturas de pensamento e culturais dos quadrantes do lado esquerdo da matriz AQAL, emergindo valores que transcendem o meme azul para um centro de

gravidade cultural em torno do meme laranja, tipicamente pós-convencional, racional e individualista.

As características da performance de qualquer mercado são uma função do conjunto de restrições impostas pelas instituições, aqui neste estudo definido apenas pelas regras formais, e restrições informais (quadrante intersubjectivo do diagrama AQAL) que determina a estrutura de incentivos do respectivo mercado. A tecnologia, os preços relativos e outras restrições externas evoluem mas não há nenhuma garantia que as instituições se ajustem rapidamente a essa evolução, frequentemente correm atrás e com dificuldades em acompanhar o ritmo de evolução tecnológica, como já se referiu.

A mudança económica é aqui definida como não só a variação material do bem-estar quantitativo, medido pelo rendimento nacional ou o rendimento das famílias, mas também medível através do bem-estar humano incorporado em actividades que não passam pelo mercado e de mais difícil medição (North, 2005).

Em qualquer momento do tempo os *players* do mercado são restringidos pela dependência do caminho, que significa a limitação das escolhas que surge da combinação de crenças, instituições e *artifactual structures* que foram herdados do passado.

Assim, para se evitar reducionismos na dimensão colectiva da realidade tem que se incluir na análise não só a dimensão interobjectiva como também a dimensão intersubjectiva. Em duas palavras instituições e cultura. Uma não tem validade ou expressão sem a outra. Mais: se a cultura não tem substância sem estar ancorada pela formação das instituições, também estas últimas esvaziam-se sem a consciência e comportamento individuais e os hábitos e acções que daí resultam. Uma vez mais observamos os quatro quadrantes da realidade em todos os níveis da sua evolução – é a matriz AQAL, como o mapa que mais se aproxima do território (a realidade) e dos fenómenos que pretendemos estudar.

Com esta base de partida, pode-se afirmar que as instituições só resultam, se as regras nelas envolvidas se incorporarem nos hábitos individuais e colectivos (lado esquerdo da matriz AQAL) da comunidade respectiva. Assim, tal como Hodgson (2004) refere, as instituições são estruturas sociais emergentes, dependentes e baseadas nos hábitos e rotinas dos agentes. São as instituições que garantem a tipologia convencional de cada sociedade. As instituições ao reproduzir no tempo e no espaço hábitos de

pensamento, rotinas e convenções, conseguem possuir fortes mecanismos de conformidade e de condicionamentos normativos. Esta força que as instituições exercem tornam-nas na influência mais significativa na interacção dos quatro quadrantes. Uma vez mais, pondo de lado qualquer tipo de reducionismo, pode-se no entanto notar a assimetria de forças que existe na matriz AQAL, onde as instituições possuem o poder mais forte, condicionando significativamente o desenvolvimento e as estruturas dos outros quadrantes da matriz.

4. Conclusões relativas à Parte I.

Pela sua durabilidade no tempo e no espaço, as instituições provocam uma assimetria importante na matriz dos quatro quadrantes. Isto porque as instituições, uma vez criadas, tipicamente precedem os indivíduos. Embora aqui se enfatize a tetradimensionalidade da realidade, não se ignora o facto de todos nascermos com instituições e culturas já criadas. Todos nascemos com todo um legado histórico que inevitavelmente nos condiciona.

Outra nota importante é que as instituições definidas como as regras do jogo de dada sociedade estão sempre dependentes da cultura para se tornarem efectivas. As regras ou contratos nunca são perfeitos e a informação tende a ser sempre assimétrica. Desta forma, factores imateriais, subjectivos como a confiança, o dever, a obrigação tácita, assumem um papel significativo na eficácia das instituições e da vida em sociedade. Observa-se, assim, que o lado direito e o lado esquerdo da matriz AQAL estão intimamente ligados e não são redutíveis um ao outro.

Veblen via as convenções, costumes, tradições e instituições como os grandes repositórios do conhecimento social. Neste sentido, as adaptações do indivíduo face a esse conhecimento seriam feitas através dos hábitos individuais adquiridos, os quais poderiam passar de indivíduo para indivíduo através da educação e/ou imitação para as gerações seguintes. Para Veblen, os hábitos individuais seriam adquiridos através da socialização, sendo que são através deles que as instituições, normas ou convenções se tornam eficazes. Estas restrições são essenciais para a formação de hábitos (Hodgson 2004). Ao processo cumulativo de hábitos, convenções, costumes, Veblen chamava de evolução cultural. Cada novo estágio de desenvolvimento cultural corresponderia a uma nova variação no repositório de conhecimento e de hábitos.

John Searle (1995) refere que as representações mentais das instituições (a dimensão subjectiva situada no QSE) são parte fundamental da sua existência, eficácia e utilidade, uma vez que estas só podem existir se os indivíduos e culturas estiverem relacionados com elas. Assim, de uma certa forma, as instituições dependem não só mas também das representações subjectivas dos agentes. No seu sentido mais estrito, as

instituições são sistemas de regras duradouros que estruturam as interações sociais (basicamente as instituições regulam directamente os quadrantes objectivo e interobjectivo da realidade). Em abstracto, as instituições tanto restringem como permitem comportamentos. Neste âmbito, são instituições tudo aquilo que regule objectivamente a vida em sociedade - desde o sistema monetário, até à legislação, linguagem, regras de trânsito, etc. Como já se referiu, a característica principal das instituições é a sua natureza duradoura e estável, cuja importância é fundamental para a criação de expectativas estáveis do comportamento dos agentes. As instituições moldam assim o comportamento objectivo dos agentes (QSD), através da criação de modelos subjectivos mentais estáveis (i.e. hábitos no QSE) e da incrustação cultural que provocam (QIE).

Veblen escreveu um artigo em 1898 onde pertinentemente perguntava o porquê da Economia não ser uma ciência evolucionista. Espera-se que estas linhas teóricas atrás expostas tenham dado uma cabal resposta da real possibilidade de se poderem criar condições para que tal aconteça. Para tal basta alargar horizontes, saber escolher paradigmas e injunções claras que permitam não só melhorar a análise económica dos fenómenos como, principalmente, saber extrair os *insights* mais significativos de outras ciências, desde a psicologia, passando pela antropologia, história, biologia, filosofia, entre muitas outras.

Defende-se neste trabalho um paradigma possível. A teoria integral, expressa na matriz AQAL, realça a importância da interacção dos quatro quadrantes ou dimensões básicas da realidade. A dinâmica AQAL, em toda a sua complexidade, assimetrias e diferenças, parece abarcar um conjunto significativo de perspectivas que, aparentemente distintas e de várias áreas do saber, parecem poder se encaixar como peças num puzzle complexo como o é a realidade. Nos nossos dias, a ultra especialização e compartimentação das várias áreas do saber deu-nos uma capacidade incrível de possuir conhecimentos de uma forma extremamente minuciosa. Cabe-nos, também agora, tentar sínteses, montar puzzles, criar sistemas transdisciplinares que nos façam olhar para a floresta como um todo e não apenas para algumas das árvores que a constituem, por mais importantes que elas sejam.

Parte II

**Proposta de Aplicação do Paradigma Integral ao
Estudo da Evolução Institucional da União Europeia.
O Caso Particular da Endogeneidade da Zona
Monetária Europeia.**

5. A evolução institucional da União Europeia.

A construção da União Europeia, apresenta-se como um excelente *case study* para estudar o impacto das instituições na economia e na sociedade. No que diz respeito a este trabalho, em particular, torna-se interessante analisar a construção europeia à luz da matriz AQAL, ou seja, partindo do paradigma da teoria integral exposto na primeira parte.

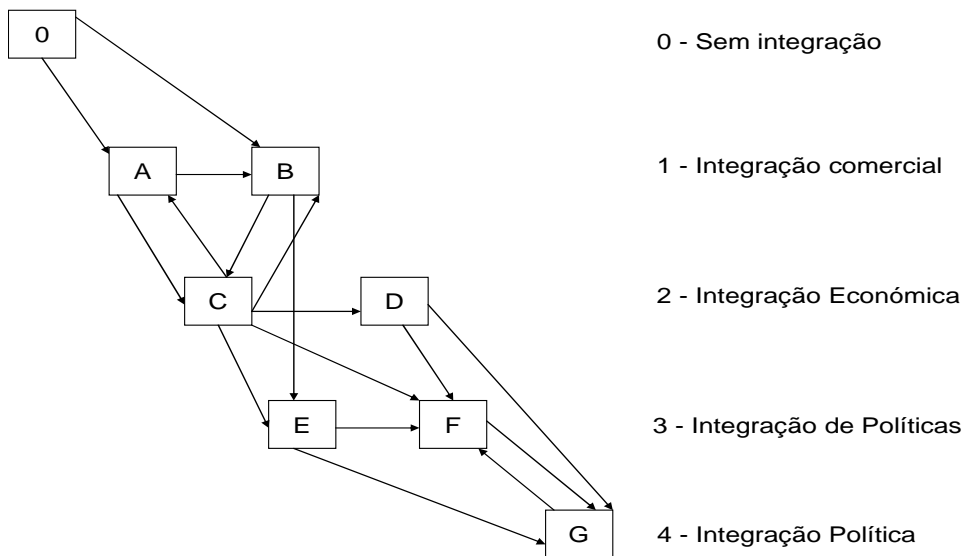
Em termos estritamente económicos, a maior parte dos investigadores sociais (os quais, grosso modo, estudam a perspectiva do QID) quando se referem à integração económica é incontornável abordarem os estágios de integração de Balassa, com referência a Balassa (1961). Estes estágios de integração, contudo, contemplam na sua versão original apenas os primeiros estágios de integração económica. A versão contemporânea e mais consensual inclui: (i) área de comércio livre; (ii) união aduaneira; (iii) mercado comum; (iv) união económica; (v) união monetária; (vi) união política. Mesmo que a esta sequência lhe faltem juntar alguns passos (e.g. uma união orçamental que se situe entre a união monetária e a união política), esta é a direcionalidade que importa no essencial considerar – o trajecto que vai desde uma simples área de comércio livre até a uma integração política entre vários países.

É importante notar que estes estágios de integração económica podem não ter este processo sequencial acima descrito. Por exemplo, nada impede que de uma área de comércio livre se possa passar directamente para uma integração mais forte como para um mercado comum ou mesmo para uma união monetária. A dolarização em muitos países da América Central e do Sul (e.g. o Equador, Panamá ou mesmo a Argentina) é uma forma de união monetária sem que estes países tivessem que ter passado pelos estágios anteriores na taxonomia de Balassa. Isto remete-nos para as bases ontológicas apresentadas na primeira parte do trabalho, onde efectivamente as alterações no quadrante inferior direito da matriz AQAL, ou na linguagem de North as restrições formais, podem sofrer evoluções muito mais bruscas (e.g. como uma revolução), comparativamente a uma continuidade evolucionista dos quadrantes do lado esquerdo da

matriz, ou seja, da evolução psicológica individual e da evolução cultural de dada sociedade. A evolução destes estágios de integração de Balassa, dependem evidentemente da visão das elites no poder, legitimadas ou não pela população. Por exemplo, no caso da construção europeia, muitos são os analistas que invocam o défice democrático que tem envolvido todo o processo de integração europeia, cujos avanços têm sido feitos, na sua larga maioria, sem a auscultação das populações envolvidas, e quando o foi feito, como por exemplo no caso do referendo à Constituição Europeia na França e na Holanda, os resultados não foram ao encontro das pretensões dos governantes. Esta potencial dessincronização entre a evolução institucional/interobjectiva das sociedades e a evolução da identidade colectiva, e também individual, é um ponto fulcral nesta análise da matriz AQAL para estudar a construção europeia e à qual voltar-se-á mais à frente.

Dito isto e, não obstante os estágios de Balassa poderem não ser seguidos à risca, temos que considerar os aspectos de dependência do caminho e os *spillover effects* que a própria dinâmica da evolução institucional provoca. Isto significa que, no caso da evolução de uma dada integração económica, cada estágio anterior embora possa não ser um requisito para novos aprofundamentos poderá, não obstante, induzir a esse desfecho. Crowley (2002) esquematiza bem a dependência do caminho e os *spillover effects* que uma dada integração económica tende a induzir.

Figura 4. Níveis de integração e de dependência (Crowley 2002).

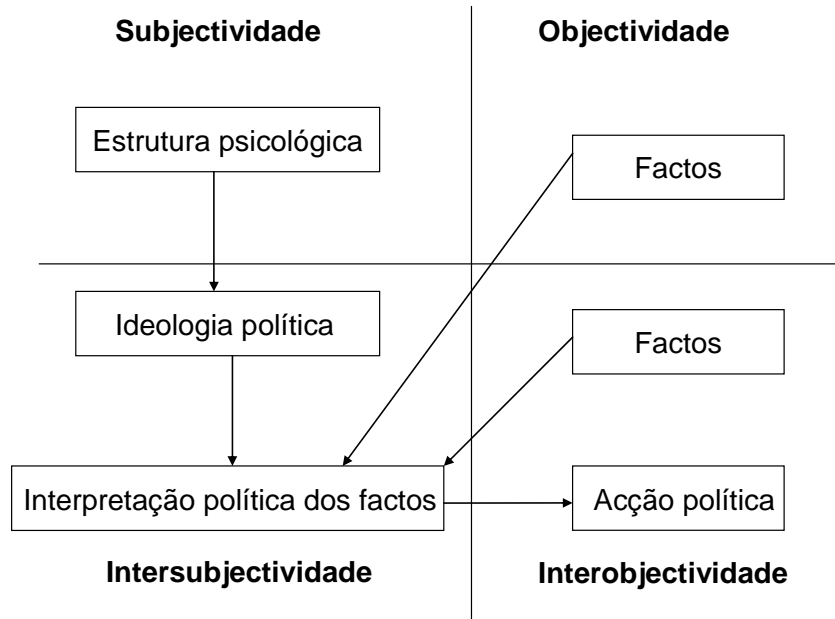


Neste esquema, estão presentes todos os estágios de Balassa mas reclassificados por níveis de integração e de dependência, onde: A = Área de Comércio Livre; B = União Aduaneira; C = Mercado Comum; D = União Económica; E = União Monetária; F= União Fiscal; G = União Política. Cada quadrado cuja seta aponte para um estágio anterior implica que a sua existência é condicionada à existência de um nível inferior de integração. Por seu turno, as setas que se projectam na horizontal ou para novos estágios de integração indicam as potenciais forças ou *spillover effects* para que a integração se desenvolva no sentido de um novo aprofundamento.

É visível neste mapa em rede que uma dada integração económica pode ser vista como um processo não linear (Crowley 2002) e que determinados passos são dados, ou não, por razões exclusivamente políticas (e.g. a decisão do Reino Unido em não aderir à moeda única europeia).

As decisões políticas têm uma complexidade muitas das vezes mal compreendidas pelas lentes, por vezes limitadas, da análise económica. Na abordagem integral e da matriz AQAL a decisão ou acção política é o resultado das ideologias e visões do mundo que as organizações partidárias têm e que as fazem agir de determinada forma quando têm acesso ao poder. Aliás, toda a acção que o ser humano realiza por mais neutral e científica que pareça ser é sempre o resultado “enviesado” de uma particular estrutura subjectiva e intersubjectiva que, por sua vez, é condicionada por toda a dinâmica nos quatro quadrantes da realidade.

Figura 5. Os quatro quadrantes e a acção política.



Assim sendo, não é de estranhar que factores que condicionam o grau de aceitação da integração económica e a dependência do caminho a que os países se sujeitam tenham um cariz político muito forte, que por sua vez é condicionado pela história, pela cultura e todos os factores que ajudaram a constituir uma dada ideologia e uma dada percepção política, a qual tenderá a condicionar os possíveis caminhos a seguir. No caso da União Europeia tal torna-se evidente, como é exemplificado pela forma como o processo de abertura ao leste europeu foi conduzido desde início. Se compararmos os processos de adesão à CEE de Portugal e da Grécia aos processos de entrada dos países do centro e do leste europeu, o grau de exigência, rigor e complexidade foi incomparavelmente mais simples nos primeiros casos. Isto reflectiu, em larga medida, questões históricas e culturais que terão condicionado todo o processo político. Também o exemplo da controvérsia em torno da potencial adesão da Turquia à UE reflecte bem esta linha de raciocínio.

Nesta fase do trabalho torna-se importante observar a natureza desta evolução institucional. Já se abordou nos fundamentos ontológicos desta dissertação, que por evolução se entende, no sentido lato do termo, como uma expansão para estágios superiores de desenvolvimento (seja do que estejamos a falar), transcendendo mas incluindo os estágios inferiores de desenvolvimento. Esta é uma proposição válida para todos os quatro quadrantes do paradigma integral. Repetindo o exemplo da evolução psicológica do indivíduo, na linha cognitiva (QSE), isto envolve uma capacidade cada vez maior de adoptar novas perspectivas, de se “pôr na pele de terceiros” com maior clarividência; por outras palavras, implica muito simplesmente uma redução gradual do egocentrismo (que é uma fase precoce do desenvolvimento psicológico do ser humano). Traçando um paralelismo entre o QSE e o QID, salvaguardando as devidas diferenças, temos que independentemente dos vários caminhos que possam ser adoptados pelos países em matéria de integração, ou mesmo em termos multilaterais, no quadro das negociações com a Organização Mundial de Comércio (OMC), a direcionalidade da evolução não está em causa. Ou seja, esta implica uma redução dos egocentrismos nacionalistas no sentido de uma progressiva expansão e abertura a um mundo cada vez mais interligado e global.

No caso específico das integrações regionais, tal como apresentado na figura 4 atrás exposta, essa direcionalidade vai desde o estágio zero, países sem quaisquer acordos de integração, até à eventualidade de se chegar a uma União Política, onde a perda de um número significativo de poderes soberanos a nível nacional passa a ser uma realidade.

6. O papel central da endogeneidade da zona monetária europeia.

Destaque-se, em toda esta complexa evolução institucional da UE, o papel central da chamada endogeneidade da zona monetária europeia.

Em primeiro lugar, a decisão de um país em trocar a sua moeda nacional por uma moeda única comum a um conjunto de países acarreta um problema económico, com os custos e os benefícios que lhe estão associados. Em teoria, um país poderá amortecer os impactos de choques de diferentes naturezas utilizando a taxa de câmbio. Por outro lado, uma elevada volatilidade e flexibilidade do valor da moeda face às demais poderá revelar-se nefasto para o equilíbrio interno do país, tornando os preços relativos menos previsíveis e dificultando a acção do Governo ao nível das políticas de estabilização anti-inflacionistas.

À partida torna-se consensual a afirmação de que os ganhos de entrada numa zona monetária serão tanto maiores (e as perdas tanto menores) quanto maior for aquilo a que se vai apelidar aqui de integração geral⁸ do país com a pretensão de entrar na área da moeda única. Uma zona monetária é um espaço onde um conjunto de países tem as suas moedas indexadas a um dado sistema monetário, normalmente em regime de câmbios fixos ou partilham uma moeda única. Uma zona monetária óptima é definida como aquela área em que, na presença de desajustamentos, os respectivos países participantes não têm necessidade de recorrer ao instrumento cambial (De Grauwe, 2003).

Torna-se assim necessário desenvolver um esquema de trabalho que permita perceber as vantagens e os custos de um dado país em pertencer a uma zona monetária, prescindindo da sua moeda e da sua política cambial. Considere-se, assim, um diagrama onde se relaciona a eficiência monetária de um dado país (eixo das abcissas) com o grau de integração económica entre o país e a zona monetária onde o mesmo pertence, ou pretende pertencer. Delimitando os conceitos temos que: 1) eficiência monetária – medição dos ganhos/perdas do desempenho económico de um dado país em virtude da sua taxa de câmbio estar fixa (em resultado da potencial adesão a uma zona monetária)

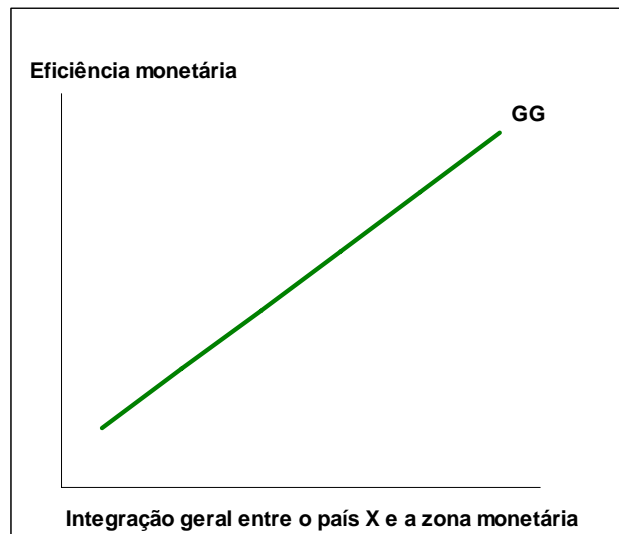
⁸ Por integração geral entende-se como o nível de aprofundamento da integração tal como explorado na secção anterior na taxonomia moderna de Balassa.

em termos de maior/menor incerteza nas transacções internacionais, ganhos/perdas em termos dos custos de transacção (intermediação financeira, comissões, etc), transparência (com particular vantagem ao nível dos preços), simplificação dos processos (com cálculos, burocracia, etc), entre outros potenciais ganhos/perdas monetários; 2) grau de integração entre o país e a zona monetária a que potencialmente poderá fazer parte – integração que poderá ser definida nas suas várias vertentes: nível de integração económica (tais como a integração comercial entre o país e a zona monetária e o grau de mobilidade dos factores produtivos), grau de semelhança das estruturas produtivas, nível de integração fiscal, integração política e em geral tudo o que seja no sentido de uma maior/menor identificação do país com a zona monetária.

Considere-se um dado país (o país X), o qual deverá tomar a decisão da entrada ou não numa zona monetária (quer seja a indexação da sua moeda a um regime de câmbios fixos ou a partilha de uma moeda única). Numa análise *ex-ante*, os benefícios poderão ser de diferente natureza. O facto de se pertencer a uma zona monetária poderá significar ganhos de eficiência monetária nos custos de transacção, maior transparência e simplificação nos processos ou mesmo menor incerteza nas decisões que envolvem transacções internacionais (resultante da volatilidade da taxa de câmbio nominal). A medição deste tipo de ganhos não se afigura fácil. Por exemplo, Bean (1992) estimou a poupança potencial em comissões pagas aos intermediários financeiros (bancos, brokers, etc) com as operações cambiais. O resultado de uma volta por todas as moedas da União Europeia resultaria numa perda de cerca de metade do montante inicial. Podemos assumir que se o país X tiver uma integração comercial elevada com a zona monetária de que poderá fazer parte estes benefícios em termos de eficiência monetária serão mais elevados do que se tal evidência não for verificada. De referir igualmente os ganhos de eficiência que também se poderão registar com a adesão do país X à zona monetária se os factores de produção forem perfeitamente móveis. Desta forma, os ajustamentos necessitariam cada vez menos da utilização da taxa de câmbio nominal. Pode-se apresentar esta relação de forma linear, com uma recta (a curva GG) com inclinação positiva, que reflecte a correlação positiva entre o nível de integração (sinónimo, por

exemplo, da maior ou menor integração comercial e mobilidade de factores entre o país X e a zona monetária) e a eficiência monetária respectiva⁹.

Figura 6. Benefícios para o país participante na zona monetária.



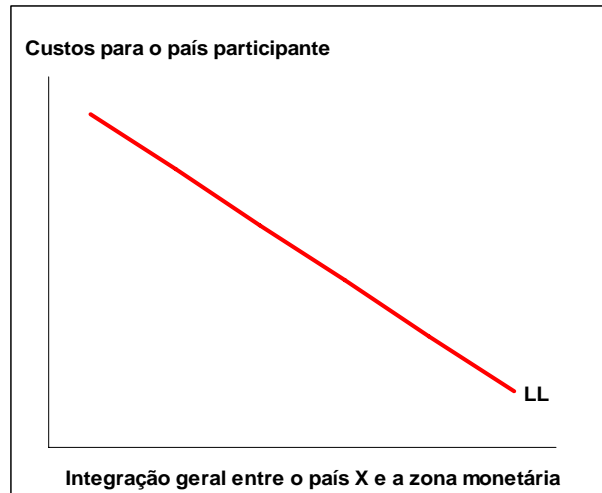
Por outro lado, torna-se relevante analisar também os custos associados à perda do instrumento cambial em favor de um regime de câmbios fixos ou de uma moeda comum a uma determinada área monetária. Sem política cambial e consequentemente também sem uma política monetária autónoma, o país X incorre em custos tipicamente relacionados com a dificuldade, na ausência destes instrumentos, em estabilizar o *output*, emprego e inflação. Estes custos também se podem relacionar com o grau de integração económica existente entre o país X e a zona monetária. Assim, quanto maior for a

⁹ Nesta fase de estudo está implícita a assunção de que a zona monetária é uma área com estabilidade do nível de preços. A não verificar-se essa situação os ganhos de entrada (em termos da definição de eficiência monetária) para o país X seriam menores se maior fosse a instabilidade da zona monetária relativamente ao país X. Uma vez que o estudo irá incidir sobre a Zona Euro, este pressuposto é razoável dada a reputação do Banco Central Europeu, cujo principal objectivo é o garante da estabilidade dos preços (ver Krugman 2003).

integração económica (comércio e mobilidade de factores entre país X e zona monetária), menores serão os custos associados à perda do instrumento cambial e da política monetária. Tal conclusão pode ser explicada pelo seguinte: Supondo que o país X faz parte da zona monetária e sofre um choque assimétrico sobre a procura agregada. Neste caso, uma maior integração económica poderia reduzir os impactos negativos do choque sem se tornar necessário a utilização da política cambial e da política monetária. Isto torna-se cada vez mais possível quanto maior for a integração comercial que possibilita que uma baixa do preço dos bens transaccionáveis do país X (em virtude da contracção da procura interna) leve a uma aumento da procura dos outros países da zona por bens do país X, com o conseqüente restabelecimento do equilíbrio interno. Também um peso significativo das importações da zona monetária no consumo doméstico do país X poderia constituir uma fonte de forte instabilidade interna na presença de um regime de livre câmbio¹⁰. Paralelamente, se a mobilidade dos factores de produção entre os países da zona monetária for uma realidade, o aumento do desemprego no país X poderá ser compensado com a migração dos trabalhadores para outros países e pelo *outflow* de capitais à procura de maiores remunerações (neste caso os ganhos vão para os detentores do capital) ajustando mais rapidamente para o equilíbrio. Temos então uma curva LL negativamente inclinada.

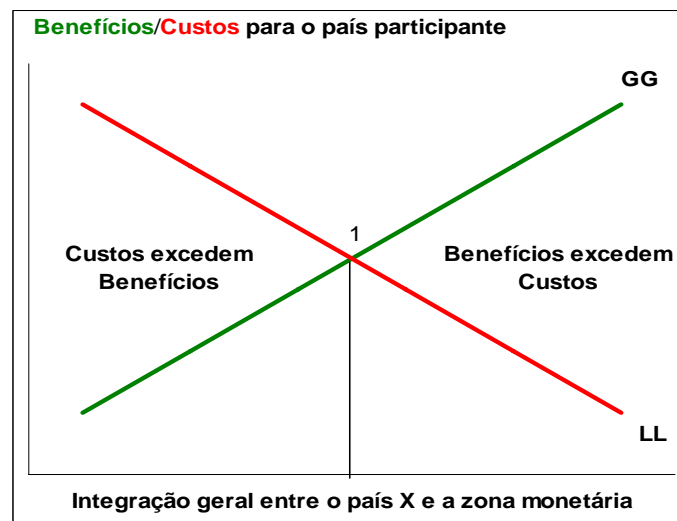
¹⁰ e.g. uma depreciação da moeda do país X face à zona monetária teria repercussões significativas na inflação do país X. Este caso poderá espelhar menores custos na adopção de um regime de câmbios fixos, em virtude de uma maior integração comercial.

Figura 7. Custos para o país participante na zona monetária.



A comparação estática e *ex-ante* entre os custos e os benefícios da entrada do país X numa zona monetária torna-se mais clara, segundo este esquema de análise, com a combinação entre a curva GG e a LL.

Figura 8. Benefícios/Custos para o país participante na zona monetária.

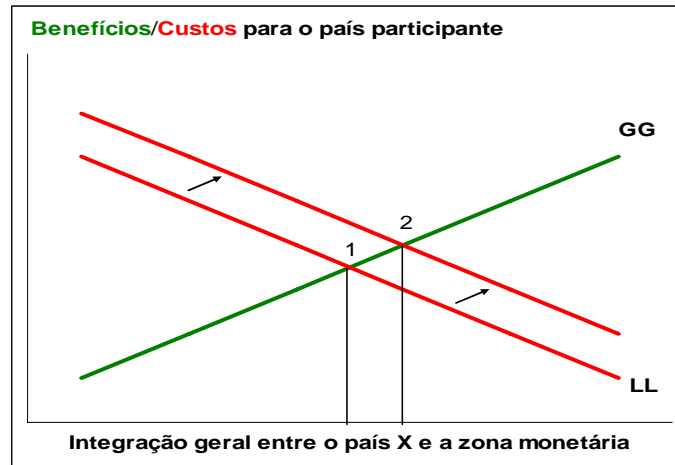


Esta representação evidencia que o país X deverá tomar a decisão de aderir à zona monetária se o nível de integração corresponder pelo menos ao nível da intercepção entre GG e LL (ponto 1). Todos os pontos à direita são pontos em que os benefícios superam os custos pelo que valerá a pena que o país X prescindir da sua moeda ou da sua política cambial (fixando a sua taxa de câmbio face à zona monetária), pois os ganhos de eficiência monetária são maiores do que a perda em termos da eventual instabilidade no nível de produto e emprego de se prescindir do instrumento cambial. Pelo contrário, os pontos à esquerda da intercepção sinalizam que poderá revelar-se nefasta à entrada do país X na zona monetária, pelos motivos inversos.

Este esquema revela as importantes implicações que a estabilidade/instabilidade da conjuntura económica poderá ter na decisão dos países em indexar a sua moeda a uma zona monetária. Uma maior instabilidade na conjuntura económica específica do país X fará a curva LL deslocar-se para cima, simbolizando que para um dado nível de integração geral os custos serão maiores por o país não dispor de uma política cambial autónoma. Por exemplo, considere-se a hipótese de um aumento da frequência de choques da procura externa dirigido às exportações do país X: Desta forma, para um mesmo nível de integração geral, o país X tem um custo maior em prescindir da função estabilizadora do instrumento cambial. Nestas circunstâncias, seria necessário um nível superior de integração geral por forma a compensar os custos superiores e justificar a adesão à zona monetária. Pode-se concluir que, na presença de crescentes choques externos, os países estarão menos dispostos a entrar numa zona de câmbios fixos ou moeda única (tal como foi exemplo o período dos anos 70, com os choques petrolíferos)¹¹.

¹¹ Por exemplo um critério que poderia compensar uma maior instabilidade da conjuntura económica seria o nível de integração orçamental que permitiria transferências de rendimento automáticas para os países mais afectados pelos choques.

Figura 9. Aumento dos custos para o país participante.



Observa-se assim que dadas as curvas GG e LL, o que de facto irá determinar se é óptimo para um país participar numa zona monetária, ou se a zona monetária é em si uma zona monetária óptima, vai ser o nível de integração geral da região. Torna-se, assim, importante encontrar os vários critérios que fazem teoricamente aumentar ou diminuir o nível de integração entre os países europeus. Ou seja é o eixo das abcissas que nos vai preocupar doravante, já que as curvas GG e LL, principalmente esta última (que envolve os vários choques externos às economias) não são controláveis directamente pelos países.

7. Breve “radiografia” à zona euro à luz de vários critérios de integração.

À partida, torna-se evidente que uma integração monetária entre alguns países tem como critério base a integração comercial entre eles. Assim, temos que os Estados Membros da Zona Euro exportam entre si entre 10 a 20% do Produto. Quando comparado com o comércio entre o bloco europeu e os EUA, que representa cerca de 2% do Produto americano, parece ter sido boa a opção europeia. No entanto mesmo estes 20% são significativamente inferiores ao comércio intra-EUA o que poderá sugerir que a integração comercial na Zona Euro não estará ainda no nível adequado para poder ser considerada uma zona monetária óptima. Também neste particular é importante perceber qual era o grau de integração comercial à entrada para o euro e qual o impacto que este trouxe. A evidência revela que o peso do comércio intra Zona Euro subiu muito ligeiramente. No entanto, parece ser mais pertinente se se considerar o projecto europeu como um todo desde, por exemplo, a assinatura do Tratado de Roma em 1957 ou mesmo antes com a CECA em 1951. Ou seja a integração geral não se mede apenas pela constituição da moeda única mas por todo o trajecto de evolução institucional que a Europa vem sofrendo nas últimas décadas. Se assim considerado, a evidência revela que o peso do comércio intra Zona Euro disparou nos últimos 50 anos. Mendonça e Silvestre (2005) concluíram, com base em evidências econométricas, que de facto a intensidade do comércio intra - UE teve um efeito positivo na correlação entre os ciclos económicos entre os respectivos Estados Membros, um resultado que reforça a posição de Frankel e Rose quanto à hipótese da endogeneidade. Os resultados mostram no entanto que o efeito endogeneidade com base na intensidade do comércio intra-UE só se verifica se considerarmos, como já se referiu o trajecto de aprofundamento institucional da União Europeia. Aliás, tal como refere Mendonça e Silvestre (2005), só em dois períodos considerados (entre 1967-1975 e entre 1976-1985) é que a intensidade do comércio se revela uma variável estatisticamente relevante como variável explicativa para a correlação dos ciclos económicos bilaterais intra-UE. Nos períodos seguintes, nomeadamente a partir do Acto Único Europeu, que lançou as bases para um mercado

comum, outras variáveis se tornaram importantes, com uma maior integração política e económica a criar outros factores de interdependência para além do comércio.

Assim, para aferirmos o nível de integração geral entre os países europeus, torna-se necessário acrescentarmos ao critério integração comercial outros critérios com características endógenas, ou seja possuindo um poder explicativo significativo para que a integração europeia seja ela considerada como um processo dinâmico capaz de se tornar uma zona monetária óptima, quando à partida tudo indicaria que não.

Centremo-nos, então noutros critérios que a partir do Acto Único Europeu passaram a ser variáveis importantes, sobretudo as quatro liberdades para o mercado comum europeu: livre circulação de pessoas, capital, bens e serviços. Comece-se pelo critério “grau de mobilidade dos factores”. O factor trabalho é, de facto, um dos principais entraves a uma maior integração geral na Europa. As barreiras culturais, linguística, entre outras, têm desencorajado uma maior mobilidade das pessoas, apesar de todas as medidas tomadas no sentido de remover os controlos nas fronteiras. Eichengreen (1990) estimou que as diferenças nas taxas de desemprego regionais são mais pequenas e menos persistentes nos EUA que nas taxas de desemprego dos países da Zona Euro. Se a mobilidade intra Zona Euro parece ser fraca, existe também uma fraca mobilidade mesmo dentro de cada país. A evidência é a de que o Japão e os EUA têm significativamente mais mobilidade do que a generalidade dos países europeus. Por exemplo, aproximadamente apenas 1.5% da UE-25 vive e trabalha num país membro da União diferente do seu país de origem, uma proporção que se mantém mais ou menos estável há cerca de 30 anos¹² e que compara com um registo de cerca de 5% da população nos EUA que muda de Estado de residência¹³. Mais: Em média, cerca de 7.2% dos cidadãos da UE-25 muda de local de residência, o que compara com 16.2% dos cidadãos norte-americanos que o fazem em cada ano¹⁴.

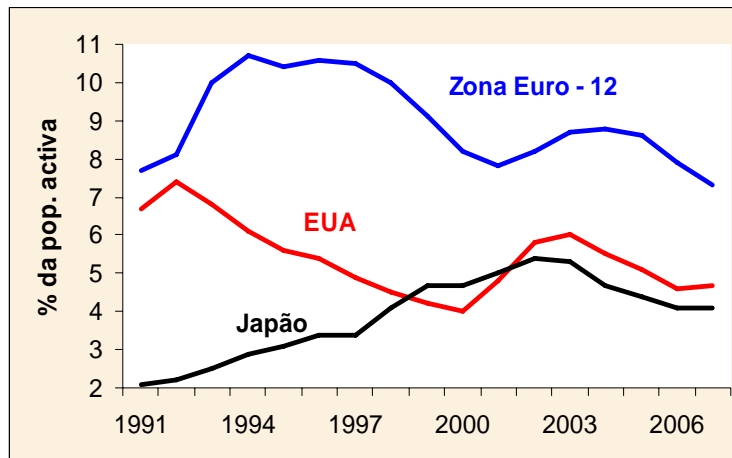
Outra evidência relevante está na elevada e crónica taxa de desemprego no conjunto do espaço europeu.

¹² Fonte: Eurostat.

¹³ Fonte: US *Department of Labor*.

¹⁴ Fonte: “Mercados de trabalho no século XXI”, uma conferência conjunta entre os EUA & UE, US *Department of Labor, Bureau of International Labor Affairs*, Setembro 2002

Figura 10. Taxas de desemprego: Zona Euro (a 12), Japão e EUA.



Fonte: Eurostat

Por outro lado, o factor capital tem se revelado o factor com maior nível de integração comparativamente ao factor trabalho. Este aspecto importa ter em conta: Observamos na Europa do euro, uma boa integração do mercado financeiro o que tem proporcionado que a liberalização da circulação do capital se esteja a processar a um ritmo significativo (DeGrauwe, 2005). Adversamente, com uma fraca mobilidade do factor trabalho, esta rápida e fácil migração de capitais poderá agravar situações de eventuais choques negativos sobre determinado país, uma vez que os *outflows* para países da zona com performances económicas superiores poderá ser uma realidade, elevando por exemplo a taxa de desemprego desse país e acentuando a depressão económica. Assim, constata-se que a liberalização de um mercado como o mercado de capitais poderá não ser necessariamente vantajoso, já que perversamente poderá reduzir a eficiência de outras economias que tenham um outro mercado a funcionar de forma débil, tal como acontece com o mercado de trabalho.

Continuando a acrescentar mais critérios no âmbito do grau de integração geral na Área do Euro torna-se importante considerar outros elementos para além da integração

comercial e mobilidade dos factores. Considere-se o critério da similitude das estruturas económicas entre os países do Euro. Parece ser válida a premissa de que quanto maior a similitude dessas estruturas, maior é o nível de integração entre os países. Obviamente que este critério *per se* não faz chegar a essa conclusão. Pressupõe-se no entanto que é um bom critério para a análise da resposta dos países, na ausência dos instrumentos cambial e monetário, aos diversos choques exógenos sobre o mercado de bens e serviços. Uma maior similitude das estruturas económicas entre os países minimizaria a frequência e a intensidade dos choques exógenos. Neste particular, um indicador interessante será o volume de comércio intra-ramo (comércio do mesmo tipo de bem entre os países) que revela o grau de semelhança da estrutura industrial. Firdmuc (2004) afirma que o comércio intra-ramo faz aumentar a simetria dos ciclos económicos entre os países. Este tipo de comércio parece ser de importância significativa na Europa, apesar das diferenças que existem entre as diferentes naturezas do comércio intra-ramo europeu (vertical ou horizontal). A predominância do comércio vertical sinaliza as diferenças não negligenciáveis entre o Norte da Europa (com maior dotação de capital e mão-de-obra mais qualificada) e o Sul (produção trabalho intensiva, fruto de menor qualificação da força de trabalho) e futuramente poderá sinalizar, com o alargamento da zona monetária a novos países da Europa Central e Oriental, maiores diferenças entre a Europa Ocidental e a Oriental. Não se torna claro que com o progressivo desmantelamento das ainda muitas barreiras (sobretudo não tarifárias) que subsistem no âmbito do Mercado Único Europeu como irá evoluir a Europa neste particular – se reduz o diferencial nas dotações de capital e trabalho entre os países ou pelo contrário acentua as diferenças reforçando uma especialização regional promovendo essencialmente economias de escala. Outro possível indicador para este critério poderá ser o diferencial da inflação entre os países – possíveis diferenças seriam fruto de diferentes ritmos de crescimento económico (também resultado da diferença entre as estruturas económicas) face à média o que levaria a que a política monetária do BCE não funcionasse como verdadeiro instrumento de estabilização no espaço euro, potencialmente provocando pressões inflacionistas nos países de maior crescimento e não estimulando ao nível óptimo as economias de menor crescimento.

Outro critério relevante para esta análise é o nível de federalismo fiscal intra zona monetária. Trata-se de analisar a capacidade que o espaço monetário tem em transferir

recursos das economias mais abastadas para as regiões económicas em maiores dificuldades. A forma mais eficiente de o fazer seria através de um orçamento centralizado e uma verdadeira política macroeconómica/orçamental europeia, que auxiliaria os países na sua estabilidade económica, sobretudo num quadro em que os países que integram a zona monetária não têm ao dispor o instrumento cambial. Actualmente na Zona Euro tal não acontece e não se vislumbra também num futuro próximo. O orçamento comunitário representa apenas em torno de 1% do PIB da Zona Euro e as transferências na comunidade europeia (não só na Zona Euro como na UE como um todo) são feitas ao nível dos fundos de coesão e outras transferências com um efeito importante sobre determinadas regiões, mas certamente muito menos significativos quando comparados com o sistema de transferências automáticas do orçamento central dos EUA, por exemplo.

Assim, à primeira vista, parece que a integração geral na Zona Euro não tem um nível suficiente para que se possa concluir que se está na presença de uma zona monetária óptima. Não tanto pelo nível de integração comercial, ou pela livre circulação de capitais, mas pela fraca mobilidade que se observa no mercado de trabalho europeu, na heterogeneidade cultural (com as consequentes barreiras culturais), das diferenças entre as estruturas produtivas e na falta de uma verdadeira política orçamental comum.

Não obstante esta situação, tal não significa que a Zona Euro não venha a ser uma zona monetária óptima. Existem forças endógenas que resultam da própria constituição da moeda única que poderão no médio/longo prazo proporcionar o atingir dos objectivos traçados aquando da sua constituição. Por outro lado, existem novos desafios que o projecto monetário deverá enfrentar, principalmente com o progressivo alargamento aos países do centro e do leste europeu, os quais poderão agravar a assimetria dos choques externos, e aumentar a necessidade de uma maior integração política por forma a proporcionar, entre outros elementos, um verdadeiro orçamento comunitário cada vez mais necessário para prosseguir uma verdadeira política regional de redução das assimetrias existentes. Este será um possível caminho a seguir, mas obviamente nada nos faz garantir que seja esse o trajecto real do processo de construção europeia. O que nesta fase se poderá dizer é que existem de facto *spillover effects* que pressionam o desenvolvimento institucional a ir num determinado sentido.

8. A importância dos factores políticos e da dependência do caminho.

Explorando as bases da teoria da endogeneidade das zona monetárias óptimas, cujos pioneiros nesta abordagem foram Frankel e Rose (1997), temos que um choque negativo sobre a procura real sobre determinado país participante num espaço de integração económica, como o mercado comum europeu, tenderá a se repercutir pelos restantes países participantes da região. A razão tem a ver com a forte integração comercial, fazendo com que um choque assimétrico num país afecte o fluxo comercial para e de outros países pertencentes à zona monetária. Assim sendo, o que de início seria um choque assimétrico torna-se na realidade de efeito simétrico, através do sector dos bens transaccionáveis. Uma maior integração comercial incentivada por uma integração económica e monetária criou assim uma endogeneidade que permitiu tornar os choques mais simétricos.

No entanto, o conceito de endogeneidade que interessa para os propósitos deste trabalho relaciona-se com outros aspectos. Como refere Crowley (2002), algumas províncias canadianas registam fluxos comerciais mais intensos com certas regiões vizinhas dos EUA. Tal poderia implicar que a zona monetária do Canadá não seria por excelência uma zona monetária óptima, seguindo simplesmente o critério dos fluxos comerciais. No entanto, as fortes características federalistas que se desenvolveram no Canadá poderá ter sido uma “cartada” importante das forças políticas no sentido de contornarem o problema dos choques assimétricos nas regiões sob a sua jurisdição. Federalismo esse que com, por exemplo, a centralização da política orçamental e as redistribuições automáticas de rendimento para as regiões mais afectadas, compensa, pelo menos em parte, a assimetria existente entre as regiões. Desta forma podemos concluir que uma zona monetária, como a do Canadá ou como a da Zona Euro, poderá endogenamente tornar-se uma zona monetária óptima, mesmo que numa análise *ex-ante* tal não se verificasse. Isso é feito através de uma evolução institucional que passa por uma integração nos domínios políticos (de onde a política orçamental será uma das características principais).

Estes factos, juntando a outros estudos que confirmam que à luz de critérios como a integração comercial nem mesmo os EUA seriam uma zona monetária óptima por excelência (Bayoumi e Eichengreen, 1994), revelam que a decisão de formar uma união monetária é essencialmente baseada em factores políticos. Poucas são as dúvidas no que concerne à decisão da integração monetária na Zona Euro ter sido de natureza exclusivamente política, com as análises estritamente económicas, na sua larga maioria a desaconselharem na altura a tal decisão.

No entanto, o que é importante realçar é a natureza de dependência do caminho que o projecto europeu parece estar a seguir. Concretamente, se observarmos ao longo de mais de 50 anos, a evolução institucional que vai desde a CECA até à UEM, poderá adivinhar-se novos avanços na integração institucional europeia, desde logo com a “pressão” que a Zona Euro poderá exercer no sentido de se avançar para uma possível integração política. No imediato uma união monetária, no quadro de um mercado único europeu poderá levar a uma pressão cada vez maior para uma maior harmonização das políticas económicas, em particular em termos de política orçamental, como a harmonização dos impostos sobre as empresas, sobre o rendimento individual, etc.

Tal como refere Crowley (2002), o sucesso da UEM poderá promover novas pressões para uma maior centralização da política económica a um nível supranacional. Isto dadas as dificuldades inerentes à actual situação, onde a política monetária (e cambial) é atribuída a uma instituição supranacional como é o caso do BCE e a política orçamental não opera ao mesmo nível, deixada descentralizada a cada Estado-membro.

Se tal se vier a verificar, as forças endógenas causadas pela zona monetária que tenderão a pressionar para um novo aprofundamento da integração geral possibilitarão um aprofundamento da integração europeia. Sendo assim, *ceteris paribus*, os benefícios superarão cada vez mais os custos e a zona monetária europeia tenderá cada vez mais para uma zona monetária óptima.

Daqui se poderá retirar uma conclusão muito particular: o que se observa é que a zona monetária europeia, e uma zona monetária em geral, poderá ser ao mesmo tempo um estágio de evolução institucional de uma integração entre países e uma força endógena para que essa evolução prossiga para estágios de integração mais avançados permitindo, por sua vez, a consolidação e o sucesso da própria zona monetária.

9. A importância da formação de uma identidade europeia.

Foram referidos essencialmente critérios de natureza económica e política para que a integração monetária e seu aprofundamento se aproxime do óptimo. Ou seja o que se analisou foi, até ao momento, apenas as condições ideais no QID para que o projecto de construção europeia se mantenha sólido e sustentável, mantendo implicitamente constantes as condições nos outros quadrantes da matriz AQAL que temos vindo a explorar. Defende-se nesta dissertação que tal abordagem revela-se parcial, por não levar em conta outras dinâmicas que podem ter um impacto significativo na evolução da construção europeia.

As condições para que se chegue a um estágio de integração tão avançado como a de uma União Política Europeia são mais exigentes que a “simples” evolução institucional que temos vindo a abordar. Pegando na matriz AQAL, temos que, em geral, o quadrante interobjectivo que definimos como o quadrante institucional (ou como North refere das regras formais) tende a avançar mais rapidamente que a evolução dos quadrantes subjectivos do lado esquerdo da matriz. Em particular, destaque-se a problemática da construção de uma verdadeira identidade europeia como sustentação fundamental para a continuação do projecto europeu. Uma identidade colectiva providencia uma base forte para o funcionamento de uma sociedade, nas suas várias dimensões. Construir uma identidade colectiva europeia é na prática muito difícil face à heterogeneidade das estruturas organizativas de cada Estado-membro. Também porque o projecto europeu tem que lidar com fortes sentimentos nacionalistas associados aos Governos dos Estados-membros, bem como aos seus cidadãos e empresas. Cada vez mais o desafio é tornar as instituições europeias mais próximas dos seus cidadãos e começar-se a construir um sentimento supranacional que transcenda e inclua a variedade de sentimentos “etnocêntricos” ou nacionalistas.

Aborde-se a lógica da formação de uma identidade colectiva. Os teóricos que estudam as questões dos nacionalismos tendem a dividir a literatura em duas partes: os modernistas e os primordialistas. Os primeiros concebem as nações e os nacionalismos como um fenómeno moderno, nomeadamente como uma das grandes heranças da

Revolução Francesa; já os primordialistas vêm as nações como uma herança datada de há muitos séculos atrás.

Cederman (2000) faz uma distinção que segundo o próprio parece, na actualidade mais relevante na abordagem à identidade colectiva (uma vez que o debate entre primordialistas e modernistas parece ter sido ganho claramente pelos segundos): A distinção entre os construtivistas (construtivismo) e os essencialistas (essencialismo). A diferença está na forma como estes grupos teóricos observam a relação entre a política e a cultura.

Os essencialistas consideram que a política é mais ou menos directamente o resultado do “material cultural” fornecido por dada sociedade. Desta forma, o centro de gravidade de dada cultura no QIE resultaria objectivamente em decisões políticas concretas no QID. Seria esta então a posição do essencialismo quanto à relação QIE-QID da matriz AQAL.

A teoria construtivista, por seu turno, dá mais ênfase às opções políticas, quebrando de uma forma significativa a ligação entre a política e a cultura vigente, através de um processo activo de formação de identidades envolvendo a manipulação de símbolos culturais. Esta abordagem defende que, uma vez que os sistemas culturais são inerentemente multi-dimensionais, será difícil de perceber qual o verdadeiro centro de identidade da uma dada sociedade, pelo que assim quer intelectuais com influência na tomada de decisões, como os políticos no poder seleccionam activamente as características culturais que mais lhe interessam suprimindo as restantes. Assim, o construtivismo não assume a cultura como um ponto de partida mas como um efeito secundário de um processo autónomo de factores políticos, influenciados por forças externas (na realidade, influenciados pela dinâmica dos quatro quadrantes). Posteriormente, os líderes políticos tentam influenciar e mobilizar a população para as suas causas seleccionando criteriosamente as clivagens culturais a serem activadas.

A questão que se coloca nesta temática da construção europeia é a de como é que se colocam estes dois movimentos face à perspectiva de uma identidade política supranacional como a UE. O essencialismo tende a observar o Estado-nação como o equilíbrio final, ao contrário do construtivismo que tende a adoptar uma posição pós-nacionalista ou integracionista como a ordem e a evolução natural a seguir. Os autores

mais destacados do essencialismo notam que uma mudança política no sentido supranacional teria que ter o apoio das massas e isso só aconteceria com uma evolução cultural. Já os construtivistas defendem uma abordagem funcionalista ao pós-nacionalismo. Ou seja, as políticas adoptadas no QID teriam no médio/longo prazo influencia sobre a identidade cultural da sociedade em causa, neste caso concreto para a formação de uma identidade supranacional.

Para a teoria integral, estas duas concepções teóricas fazem ambas sentido e têm cada uma delas uma razão parcial. Com a matriz AQAL como auxílio, o desafio é tentar harmonizá-las. Assim sendo temos que, numa primeira observação, o construtivismo parece uma abordagem com mais pontos interessantes a considerar e sobretudo mais próximo da realidade da construção europeia. Quando olhamos para a história da UE, a relação entre política e cultura parece ter seguido a linha construtivista. Ou seja a visão de uma Europa federal, de uns “Estados Unidos da Europa” era partilhada por uma pequena elite política, digamos que uma pequena bolsa cultural com valores hierarquicamente acima do centro de gravidade cultural da maioria dos países europeus (por exemplo na escala de valores de Graves, isto corresponderia a visões do mundo de nível amarelo ou mais elevadas, ou a pensamentos de 2ª camada). Ora esta elite com influência política para poder seguir com as suas opções avançou na maior parte das vezes sem a auscultação das massas. Deste ponto de vista, é um facto que o construtivismo europeu não assumiu o centro de gravidade da cultura como ponto de partida para as suas opções políticas. Dito de forma mais grosseira, a política deste ponto de vista nem sempre faz aquilo que o povo quer, mas aquilo que considera o melhor para o povo. No entanto, na opinião deste autor não é que o construtivismo não dê importância à cultura, de forma a que lhe entregue um papel secundário neste processo. Apenas considera que só *a posteriori* é que será importante sensibilizar as massas para os seus projectos. Como já referido, os autores do essencialismo notam que uma mudança política teria que ter o apoio das massas e isso só aconteceria com uma evolução cultural. Tal facto é inegável, tal como ficou bem patente recentemente com a rejeição por parte da França e da Holanda da proposta que lhes foi colocada em cima da mesa de uma Constituição Europeia, em 2005. Convém perceber se o essencialismo acredita nessa evolução cultural

ou não, admitindo obviamente as resistências muito fortes apresentadas pelas diversas culturas específicas e extremamente enraizadas das nações europeias.

Pensamento político e centro de gravidade cultural têm ambos origem na subjectividade e intersubjectividade dos agentes. A elite intelectual e/ou a elite política pode estar mais ou menos próxima das massas, mas uma coisa tende a ser certa, é o corpo político no poder com todas as suas estruturas ideológicas, cuja discussão vai para além do âmbito deste trabalho, que vai directamente influenciar as estruturas objectivas da sociedade. Torna-se assim importante perceber e modelar realisticamente as opções políticas, coisa que, como North refere, os economistas em particular têm tido muita dificuldade em fazê-lo.

Parece um facto de que a forma construtivista como o processo de integração europeia tem vindo a processar-se estabeleceu já um *gap* significativo entre a evolução institucional da União Europeia e a identificação colectiva das massas com essas instituições. Como se fará então para preencher esta lacuna, este desajustamento? Isto remete-nos para o conceito de restrições informais de North e também para os modelos mentais adoptados por cada indivíduo e pelas colectividades. Uma vez mais é a dinâmica dos quatro quadrantes a funcionar. A integração europeia como um processo evolutivo que se está continuamente a desenrolar levou a alterações económicas muito significativas, culminando com a integração mais profunda até ao momento que, como já se referiu, é a integração monetária. A partir daqui, tal como já vimos, a existir um novo aprofundamento da UE, este desembocaria muito provavelmente numa União Política, pelo que aí as ambições do projecto europeu entram e afectam outros domínios da vida social e cultural dos países europeus envolvidos. Se tivermos em conta elementos como a globalização, o desenvolvimento tecnológico, entre outros já referidos, a tendência é para uma pressão no sentido de moldar uma identidade de natureza necessariamente supranacional.

Das várias concepções teóricas que analisam a dicotomia entre as identidades europeia e nacionais o modelo mais próximo daquilo que permitirá a integração europeia continuar a desenvolver-se é a posição “federal-funcionalista”, onde se assume que a identidade europeia se irá desenvolver no longo prazo, transcendendo mas incluindo as já bem enraizadas identidades nacionais. Nesta perspectiva socio-evolucionista, é

argumentado que à medida que o espaço físico social se estende (e.g. alargamento da UE ao leste europeu) e se diferencia (através do aprofundamento da integração), mais será necessário que esse processo seja acompanhado por uma identidade e uma memória colectiva. Na linguagem AQAL o mesmo é referir que não basta uma evolução orgânica, interobjectiva de sistemas sociais e institucionais sem a necessária correspondência no campo da intersubjectividade dos agentes.

Assim, aplicando estas proposições em relação à União Europeia e aos seus Estados-membros, o modelo que se propõe inclui não só o desenvolvimento do espaço social, institucional e económico como também as redes de interesses, as comunicações e os mútuos entendimentos transnacionais dos agentes, quer nos refiramos a famílias, empresas ou Estado, como mecanismos fundamentais da evolução de uma identidade cívica europeia e de uma memória comum e supranacional.

A civilização europeia é caracterizada pelo pluralismo cultural e estrutural. Spohn (2005) defende que a construção europeia é feita através de um tríade constituída pelas identidades nacionais, identidades civilizacionais europeias e a identificação com o projecto de integração europeu. Desta forma, o optimismo gerado pelos discursos de integração europeia, reconhecem o impacto que a evolução de uma sociedade e uma economia europeia enquadradas num esquema institucional e político-legal transnacional, conduzirão inevitavelmente a um espaço de comunicação cultural entre os Estados-membros, à constituição de uma identidade europeia e à reconstrução de uma narrativa e memória europeias. Tudo isto se poderá resumir muito simplesmente ao desenvolvimento do espaço de mútuo entendimento do QIE, ou seja da evolução de uma comunicação “inter-nacional” para um entendimento supranacional.

Especificamente no quadrante superior esquerdo da matriz AQAL, torna-se evidente que a formação do indivíduo assume aqui um papel fundamental no que diz respeito à tipologia concreta da sua socialização, ou seja na passagem das estruturas morais pré-convencionais para as convencionais. Que tipo de estrutura irá cada indivíduo “inculcar” ao longo do seu desenvolvimento? Isso dependerá em larga medida das instituições educacionais e culturais que a comunidade europeia poderá disponibilizar. Para que estas sejam boas ferramentas de socialização necessitam de fornecer a aprendizagem de um meio de comunicação versátil como uma língua unificadora que

transcende as diferentes línguas nacionais (assim, no caso da UE necessitava-se de coragem política de se assumir uma estratégia nesse sentido, como por exemplo, a oficialização do inglês como a língua unificadora e principal meio de comunicação entre as regiões europeias). Nos quadrantes do lado direito (objectiva e interobjectivamente), destaque-se ainda outros mecanismos importantes que incluem os meios de comunicação social, estratégias transnacionais na área dos transportes, standardização da burocracia e de questões legais, entre outros.

10. O impacto do euro na evolução da identidade europeia.

O aprofundamento do projecto europeu com o estabelecimento de uma zona monetária europeia coloca em questão qual o impacto ao nível de um sentimento unificador em torno dos países que da União Económica e Monetária (EMU) fazem parte. Helleiner (op. cit. Roland-Lévy, 2006) estudou a questão e sugeriu algumas formas de tal acontecer, das quais se destacam: i) a construção de uma tradição e memória colectiva e ii) um meio comum de comunicação social, encorajando estruturas de pensamento similares;

Roland-Lévy (2006) afirma que com a chegada do moeda única europeia estabeleceu-se uma nova e aprofundada definição do espaço europeu, intensificando-se sobretudo o sentimento de pertença à comunidade europeia, transcendendo a exclusividade da identidade nacional (mas não a perdendo) para uma identidade mais inclusiva, com o sentimento de pertença a uma supranacionalidade europeia. Roland-Lévy (2006) comparou este sentimento de identidade europeia em França (que adoptou a moeda única) e na Inglaterra (que decidiu ficar de fora) e os resultados foram concludentes, com um aumento significativo do sentimento de pertença à Europa antes e depois da entrada no euro no caso da França e um maior afastamento da causa europeia por parte dos ingleses.

A forma de estudar a possível alteração/expansão da identidade individual e colectiva está intimamente relacionada com as representações sociais dos agentes, que podem ser definidas como ideias, pensamentos, imagens ou conhecimento acerca de um determinado objecto social (Roland-Lévy 2006). Esse objecto poderá ser a moeda única europeia. Estamos aqui na presença do mecanismo de funcionamento da matriz AQAL – um objecto – o euro – quadrantes do lado direito da matriz e as respectivas representações subjectivas dos agentes quer em termos individuais (QSE) quer em termos colectivos (QIE) na forma como projectam essas representações, memórias, hábitos para o seu grupo e recebem também o *feedback* da colectividade. Desta forma percebe-se bem a endogeneidade do processo de alteração de hábitos e comportamentos face à implementação de algo de novo como o euro. Isto era, um objecto à partida estranho aos

agentes que aparece como uma realidade concreta do dia-a-dia. Aos agentes compete seleccionar a informação relevante a respeito do respectivo objecto, reorganizar os seus conhecimentos incluindo a nova informação e transformando progressivamente o objecto num esquema adaptativo no qual o objecto surge integrado na estrutura de pensamento ou hábitos anteriores e é comparado com as interpretações da colectividade de pertença do agente, sem a qual nenhuma representação teria expressão ou significado (daí a importância inalienável dos quadrantes individuais e dos quadrantes colectivos; a realidade é sempre composta por esta tetra-dimensão). É esta endogeneização que se estará a processar com a área do euro, o qual poderá estar associado a realidades culturais como o sentimento de ser europeu, ou algo que una fortemente os países que daquela zona fazem parte.

Uma importante nota em relação à dinâmica e a sustentabilidade a longo prazo do projecto europeu em geral e da zona euro em particular está nas conclusões de Roland-Lévy (2006) face ao crescente interesse pela Europa das faixas mais jovens das populações europeias. Isso mesmo foi também expressado em recentes resultados do Eurobarómetro, indicando que os mais jovens são os mais entusiastas face à integração europeia, revelando também uma maior maleabilidade na formação das suas representações sociais ou hábitos de pensamento. Daqui se conclui que o ceticismo ou uma certa inércia dos adultos com a novidade que tem sido a integração europeia dos últimos cinquenta anos poderá ser compensada mais tarde com as novas gerações que nasceram já com a formação da União Europeia e da Zona Euro como um dado adquirido.

11. Do nacional ao supranacional.

Os símbolos culturais, a mobilidade das pessoas e a criação de fronteiras explícitas que definem a identidade cultural de uma região são características que definem um Estado-nação. Poderá argumentar-se que cada país membro da UE tem estas características muito bem definidas e que estes mecanismos de coesão nacional, conjugado com a inércia cultural dominante, que se traduzem em hábitos enraizados nas populações, torna difícil a formação de uma identidade supranacional. Esta opinião eurocéptica parece fazer sentido à primeira vista. Não obstante, a dinâmica e a evolução da sociedade, das estruturas e indivíduos que as sustentam tornam o decorrer dos acontecimentos muito mais imprevisível do que os eurocépticos deixam antever. Nomeadamente, nesta era de revolução tecnológica e de informação, onde temos um espantoso acesso a toda uma diversidade cultural à escala mundial, ou na linguagem AQAL, o desenvolvimento dos quadrantes do lado direito até chegarmos a esta era única de uma verdadeira rede global, torna o impacto nas estruturas subjectivas e culturais (QSE e QIE) muito mais incerto. As novas gerações têm um acesso a uma diversidade cultural como nunca se teve na história da humanidade, criando as condições para que os indivíduos desenvolvam estruturas cognitivas, de valores, de moral, hierarquicamente superiores aos centros de gravidade culturais de gerações anteriores. Nomeadamente, tornou-se possível o acesso a um nível cognitivo a que Ken Wilber chama de visão-lógica, que como já referimos é o início de uma capacidade lógica panorâmica, de uma capacidade de sintetizar, de envolver, interrelacionar, conectando e coordenando ideias aparentemente distintas num todo integrado. Isto só se tornou possível de forma massiva na era actual, a era da informação, da globalização. Repetindo aqui o que já se referiu atrás, de lembrar que foi a racionalidade a primeira estrutura da história da evolução humana que começou a operar em termos universais. Isto não significa que deixasse de aceitar culturas diferentes no seu espaço de acção. Pelo contrário, significa, isso sim, que é a universalidade racional que permite que essas diferenças existam lado a lado, observando-as como diferentes perspectivas num espaço maior, mais universal. Este espaço mais alargado onde a diferença é permitida, jamais poderia ser atingida por

estádios anteriores de desenvolvimento, tipicamente míticos, sociocêntricos e convencionais (Wilber, 2000).

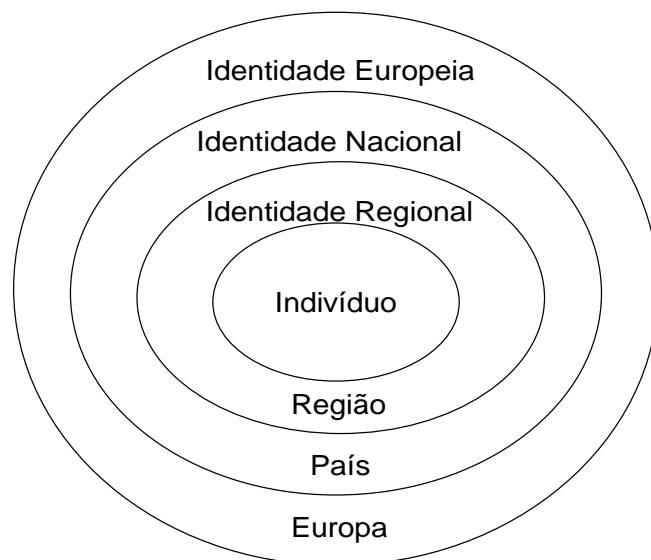
Se a racionalidade fornece todas as perspectivas possíveis, a estrutura cognitiva visão-lógica confere uma totalidade ainda mais inclusiva comparativamente àquela que foi descrita em relação à racionalidade (ou estágio de operações formais na linguagem de Piaget). Novamente, a visão-lógica é um novo holon que transcende e inclui o seu predecessor. O todo anterior chamado racionalidade passou a ser uma parte de um todo maior. Esta estrutura cognitiva corresponde àquilo a que Clare Graves chamou de pensamentos de 2ª camada. Na linha de desenvolvimento dos valores, a visão-lógica cria o espaço cognitivo para o surgimento de valores amarelo (sistémico) e turquesa (holístico) bem como um desenvolvimento de um ego “integrado”. O filósofo alemão Jurgen Habermas fala da emergência de “cidadãos do mundo”, transcendendo (mas incluindo) os cidadãos confinados a este ou aquele país, nacionalidade ou região. O sujeito livre criado pelas estruturas racionais, passa a fazer parte daquilo a que Habermas chama de *global forms of intercourse* (op. cit. Wilber, 2000). Verdadeiros cidadãos do mundo pertencem não apenas a nações ou a estruturas e instituições nacionais, mas a instituições e organizações supranacionais, planetárias (enquadradas em específicas legislações internacionais e a estruturas no QID).

É esta evolução interior que muitas das vezes é esquecida quando tratamos da problemática dos nacionalismos e da supranacionalidade. A época em que vivemos exige respostas globais a problemas globais, e se uma determinada elite tiver acesso a estruturas mais elevadas de cognição e moral tem a obrigação de saber sensibilizar as massas para essa problemática (e de fazê-las subir verticalmente tanto ao nível da consciência individual como colectiva). Como já aqui foi dito, a necessidade de coordenação a um nível supranacional não pode ser facilmente atingido se os governos nacionais tiverem de se legitimar exclusivamente em termos de decisões de âmbito nacional. Isto sem pôr em causa o enraizamento nacionalista e as dificuldades reais que existem em se fazer passar a mensagem da necessidade de se evoluir acima das estreitas fronteiras nacionalistas. Por outro lado, não é demais tornar a enfatizar-se que a transcendência do nacional para o supranacional em todos os quadrantes não requer de forma alguma um retirar de importância aos nacionalismos, aos regionalismos e até aos sentimentos mais próximos

como os sentimentos de pertença a uma família. Toda a evolução saudável transcende e incluir os níveis anteriores e como tal os sentimentos desde os mais familiares, regionais, nacionais e estendo-se mais além mantêm-se como parte fundamental da nossa identidade. É errado conceber a identidade europeia como um jogo de soma nula. Ou seja um sentimento crescente subjectivo e intersubjectivo de uma identificação com a UE ou com a Zona Euro não significa a perda de valores e de sentimentos nacionais e regionais. Dados e experiências feitas na área da psicologia social confirmam que muitas pessoas que, sentindo-se muito ligadas à sua comunidade e ao seu país também têm um sentimento de pertença alargado ao espaço europeu. Inquéritos recolhidos pelo Euro barómetro também indicam o mesmo raciocínio. Os últimos dados recolhidos referentes ao período entre Abril e Maio de 2007 (publicado em Junho 2007) indicam um apoio de uma maioria da população à adesão do seu respectivo país à União Europeia. Este indicador regista um máximo desde 1994 (na então Europa a 12).

Tal como temos vindo inúmeras vezes a referir, qualquer processo de desenvolvimento e de evolução saudável faz-se através da evolução para um degrau superior de desenvolvimento transcendendo mas incluindo os degraus anteriores. Qualquer repressão de níveis inferiores torna o processo de desenvolvimento tendencialmente patológico. Riedel (2007) apresenta uma imagem interessante do que se pretende referir e fá-lo para se referir à evolução do sentimento de pertença, de identidade. A imagem é a das bonecas russas – as Matruskas. Estas bonecas, cada uma dentro da próxima dão um modelo semelhante ao de uma hierarquia ou círculos concêntricos, onde cada um é mais envolvente que o anterior, podendo ser esse um modelo que descreve bem a evolução da identidade individual e colectiva. Os primeiros círculos que se formam são sentimentos de pertença à família, depois à região, depois ao país, daí para a frente surgem potencialmente círculos mais abrangentes de natureza supranacional.

Figura 12. Teoria concêntrica de identidades políticas, Bruter (2005).



Voltando à matriz AQAL temos de ter bem presente que todos estes conceitos de nação, supranacionalidade, sentimentos de pertença e não pertença, identidade, etc, são conceitos de uma enorme carga subjectiva (QSE) carregada por cada indivíduo e que serve acima de tudo como um guia orientador face à objectividade que a vida apresenta, com os quadrantes observáveis do lado direito da matriz AQAL, mapa que pretende representar as várias dimensões daquilo a que chamamos de realidade.

A questão central que se coloca é a de averiguar se este sentimento de pertença ao espaço europeu está em maioria face aqueles que de facto não se identificam com a Europa, assumindo-se com uma postura essencialmente nacionalista. Aliás, é essa postura nacionalista que, em número significativo, poderá contaminar o projecto de integração europeia. Hooghe e Marks (op. cit. Riedel, 2007) defendem que o sentimento de pertença, de identidade (ou seja o lado esquerdo da matriz AQAL) tem uma força de previsão superior à racionalidade económica no que diz respeito aos futuros desenvolvimentos da integração europeia.

As grandes dificuldades ao nível da construção europeia residem nos projectos concretos que possibilitem uma correcta evolução para estruturas supranacionais, sem colocar em causa a riqueza que é a diversidade cultural europeia. A este respeito, se nos referimos à participação cívica no que toca a três eixos fundamentais como são a educação, a língua e os meios de comunicação social (Gellner, op. cit. Cederman, 2000) verificamos efectivamente o muito trabalho que a UE ainda tem pela frente em termos de dotar a Europa de instituições que se façam sentir nos hábitos criados individual e colectivamente, ou seja no objectivo de criar uma autêntica identidade europeia. Analise-se então muito brevemente cada uma destas três instituições:

Educação: Continua a fazer-se essencialmente ao nível nacional. A Comissão Europeia tem tentado, até agora sem resultados, incluir nos programas curriculares uma dimensão europeia dada a forte resistência dos Estados membros. Exceptuando alguns sucessos mais relacionados com a mobilidade dos estudantes europeus no programa Erasmus, está a faltar claramente no domínio essencial da educação as premissas supranacionais fundamentais para o sucesso da integração europeia. Como refere North (2005), a “aprendizagem é um processo lento e gradual filtrado pela cultura”. Quanto mais rica é a estrutura cultural mais próximo estamos de confrontarmos com sucesso os novos problemas de um mundo sempre em mudança. É aqui que entra a expressão “eficiência adaptativa”; criar uma *artifactual structure* (North 2005) adequada é um objectivo essencial de qualquer política económica e isso passa primordialmente pela educação.

Língua: Tem-se revelado praticamente um assunto tabu no seio da UE. O respeito pela diversidade das línguas europeias tem tornado esta área um processo de enorme delicadeza. Em termos económicos, Eric Jones (2006) estima que a UE gaste cerca de 1/3 do seu rendimento em traduções. Com o alargamento a leste o número de páginas a serem traduzidas aumentou de 1.3 milhões para 2.4 milhões. Por exemplo, Malta insistiu em que a sua língua fosse também uma língua oficial da UE, uma língua apenas falada por 40 000 pessoas. A verdade é que não existe uma política europeia para as línguas, embora implicitamente se tenha a consciência da importância que o inglês, o francês e mesmo o

alemão têm na comunidade, principalmente o inglês que não é apenas uma língua do universo europeu mas a “língua oficial” da era da globalização.

Media: Os meios de comunicação social para as massas permanecem significativamente organizado e orientado para as questões nacionais e as privatizações no sector não parecem (antes pelo contrário) vir a alterar este estado de situação num futuro próximo.

Não obstante estas dificuldades, esta morosa mas contínua evolução cultural não é propriamente uma novidade, é isso sim uma das suas principais características. A União Europeia e particularmente a Zona Euro são regiões que já não podem ser consideradas apenas como projectos económicos ou políticos. São já muito mais que isso. É um mosaico multicultural em relação ao qual ainda pouco sabemos acerca da sua solidez, consistência e estágios de evolução.

12. Conclusões finais – Os problemas, os desafios e o futuro da Europa.

Neste trabalho foi enfatizado de forma especial a importância dos quadrantes do lado esquerdo da matriz AQAL para a evolução da construção europeia. Não que o autor os considere mais importantes para explicar esta meta-narrativa europeia. Simplesmente, observa-se que uma das grandes fragilidades da compartimentação das várias áreas do saber (não obstante as suas óbvias vantagens), sobretudo mais visível em meados do século passado, é o de ter tornado perigosamente parciais os estudos de determinados fenómenos, particularmente os de natureza social, que tendem a esquecer invariavelmente as dimensões subjectivas e intersubjectivas da realidade.

O grande objectivo deste trabalho foi o de tentar partir de um paradigma teórico – o paradigma integral - que o autor acredita ter grandes potencialidades para se tornar numa excelente ferramenta para futuros trabalhos interdisciplinares e transdisciplinares - procurando encontrar uma abordagem equilibrada e o mais completa possível para um fenómeno social que se apresenta cada vez mais complexo como é o fenómeno da evolução da construção europeia. Será talvez o projecto mais arrojado na tentativa de construir uma genuína identidade supranacional sem recurso à força que já alguma vez foi tentado na história da humanidade.

Mendonça (2005) refere que o “aprofundamento dos níveis de integração e alargamento geográfico têm constituído até agora o binómio de forças dinamizadoras do processo de integração europeia” mas que, no presente, a “acção deste binómio de forças parece, no entanto, ter chegado a um patamar de esgotamento, deixando de impulsionar progressos paralelos e partilhados de aprofundamento e alargamento.”. Mendonça alerta para os perigos de uma crise de identidade do projecto de integração europeia, que numa primeira fase - desde o Tratado de Roma até à inclusão da Áustria, Finlândia e Suécia - se caracterizou por “saltos qualitativos” nos estágios de integração (como são exemplos o Acto Único Europeu e o Tratado da União Europeia), mas que, actualmente, nas mais recentes revisões do Tratado de Roma, com os Tratados de Amesterdão, de Nice e o fracassado projecto de Constituição Europeia (com particular destaque para o chumbo deste projecto nos referendos realizados em dois dos países fundadores da UE - França e

Holanda), se tem caracterizado pela estagnação no plano de aprofundamento e mais uma defesa de posições dos países membros face ao alargamento ao leste europeu.

Mendonça refere que “a situação actual do processo de integração europeia configura uma nova fase em que se assiste ao esgotamento das dinâmicas originais que o impulsionaram e lhe deram forma, e à emergência de novas dinâmicas que, por enquanto, ainda não encontraram uma expressão clara em termos de novas opções estratégicas”. No fundo, o que se espera da Europa é que se enquadre num contexto mais abrangente que se insere dentro das especificidades muito próprias da globalização. Aqui Mendonça descortina duas grandes opções a poder ser seguidas pelo projecto europeu: A opção pela continuidade – a “evolução pela continuidade” ou a opção de ruptura que “implica uma reconsideração do projecto de integração europeia numa outra perspectiva, de projecção da Europa no mundo a partir da valorização e reforço das relações históricas que os europeus criaram no seu processo de expansão pelo Oceano Atlântico” (Mendonça, 2005). Seriam duas opções completamente distintas a que Mendonça chama de opção pelo “Alargamento Continental” no primeiro caso ou “Abertura Atlântica” no segundo.

As dinâmicas evolucionistas e a dependência do caminho *a la* Douglass North não nos permitem adivinhar o trajecto a seguir pela Europa. No entanto, a própria definição de evolução, que se foi avançando ao longo deste trabalho, permite-nos prever que, salvaguardando os sempre possíveis retrocessos nesta caminhada europeia, qualquer trajecto que se percorra envolverá sempre um desenvolvimento que parte de um ponto mais egocêntrico ou mais regionalista para uma projecção europeia de abertura ao mundo e “partilhar com ele os resultados obtidos com o seu próprio processo de integração” (Mendonça, 2005).

Esta evolução passa, sem dúvida, por um desenvolvimento em todos os quatro quadrantes da matriz AQAL. Os desenvolvimentos institucionais (quadrante inferior direito) tenderão a repercutir-se nos modelos mentais dos agentes (no quadrante superior esquerdo), afectando a cultura que os envolve (quadrante inferior esquerdo). A Europa não pode, sem dúvida, desenquadrar-se das tendências globalizantes que emergem por todos os cantos do mundo. Na opinião deste autor, se é importante saber se a Europa irá seguir por uma trajectória de “Abertura Atlântica” ou de “Alargamento Continental”, isso tenderá a fazer parte das próprias dinâmicas geopolíticas e económicas que em cada

momento se perfilarão. O que se revela fundamental, independentemente da estratégia particular a seguir, é a expansão do projecto europeu e a direccionalidade no sentido de uma cada vez maior abertura e aprofundamento das relações entre as várias regiões e culturas à escala global. Nos tempos em que vivemos, onde um dos maiores perigos à actual arquitectura económica e geopolítica global é o retrocesso aos tempos do proteccionismo, nomeadamente com a “ameaça” colocada pela forte industrialização e integração no comércio mundial da China (e também da Índia), a Europa terá que ter um papel estratégico fundamental, marcando o compasso e dando o exemplo da sua multiculturalidade, da sua capacidade nas relações multilaterais, no esforço pela harmonia entre os povos e da sua abertura ao diálogo. Partindo primeiramente, nos anos 50, com o desejo de paz entre os povos europeus, dilacerados por duas guerras profundamente destruidoras e mortíferas, para lentamente ir cumprindo outros objectivos e outras necessidades de várias naturezas, a Europa teve sempre como denominador comum o estreito relacionamento e a abertura a vários níveis não só com os países europeus como com a generalidade dos países à escala global. É essa abertura que deverá continuar a caracterizar a Europa face aos novos desafios que se colocam neste início de segundo milénio.

BIBLIOGRAFIA

ADJAUTE, K and J-P Danthine (2003): “European Financial Integration and Equity Returns: A Theory Based Assessment,” in *The Transformation of the European Financial System*, Gaspar, V, Hartmann P, and Sleijpen (eds), European Central Bank.

ALESINA, Alberto and Francesco Giavazzi (2006): *The Future of Europe. Reform or Decline*. Cambridge, Massachusetts, London: The MIT Press.

ANDRADE, Carlos Almeida (2007): *Essays in Welfare Participation and Welfare Stigma*, texto mimeo gentilmente cedido pelo autor.

ATKESON, A. and T. Bayoumi (1993): “Do Private Capital Markets Insure Regional Risk? Evidence from the United States and Europe”, *Open Economies Review* 4: 303-324.

BAILY, Martin Neil Baily and Jacob Funk Kirkegaard (2004): *Transforming the European Economy*. Washington, DC: Institute for International Economics.

BALDWIN, Richard, Frauke Skudelny and Daria Taglioni (2004): “Trade Effects of the Euro: Evidence from Sectoral Data”, *Graduate Institute of International Studies*, Mimeo.

BALDWIN, Richard, Giuseppe Bertola and Paul Seabright (2003): *EMU: Assessing the Impact of the Euro*, Blackwell Publishing.

BAUSCH, Kenneth C. (2001): *The Emerging Consensus in Social Systems Theory*, Kluwer Academic/Plenum Publishers.

BAYOUMI, T. and E. Prasad (1995): “Currency Unions, Economic Fluctuations and Adjustment: Some Empirical Evidence”, *CEPR Discussion Paper 1172*.

BAYOUMI, T. and P. R. Masson (1995): “Fiscal Flows in the United States and Canada: Lessons for Monetary Union in Europe”, *European Economic Review*, 39, pp. 253-274.

BAYOUMI, T. and B. Eichengreen (1993): “Shocking Aspects of European Monetary Integration”, in F. Torres and F. Giavazzi (eds.), *Adjustment and Growth in European Monetary Union*, Cambridge University Press, Cambridge.

BAYOUMI, T. and B. Eichengreen (1996): “Operationalising the Theory of Optimal Currency Areas”, *CEPR DP 1484*.

BAYOUMI, T. and M. Klein (1997): “A Provincial View of Economic Integration”, *IMF Staff Papers*, 44 (4), December: 534-556.

BECK, Don Edward and Christopher C. Cowan (1996): *Spiral Dynamics. Mastering Values, Leadership and Change*, Blackwell Publishing.

BECK, G. and A. Weber (2001): “How Wide are European Borders? New Evidence on the Integration Effects of Monetary Unions”, work done in the context of the CEPR Research and Training Network, *The Analysis of International Capital Markets: Understanding Europe’s Role in the Global Economy*.

BERTOLA, Giuseppe (2000): “Labor Markets in the European Union”, *Ifo-Studien*; 46(1), pp. 99-122.

BIAGGIO, Angela M. Brasil (2005): *Psicologia do Desenvolvimento*; Petrópolis, Editora Vozes, 18ª edição.

BLANCHARD, Olivier and Francesco Giavazzi (2003): “Macroeconomic Effects of Regulation and Deregulation in Goods and Labor Markets,” *Quarterly Journal of Economics*, August, 118(3), pp. 879-907.

BLANCHARD, Olivier (1992): “Regional Evolutions”, *Brookings Papers on Economic Activity I*. pp 1-75.

BOYD, Robert and Peter Richerson (2005): *The Origin and Evolution of Cultures*. Oxford University Press.

BRUTER, Michael (2005): *Citizens of Europe? The Emergence of a Mass European Identity*. Palgrave Macmillan

BUN, Maurice and Frank Klaassen (2002): “Has the Euro Increased Trade?” *Tinbergen Institute Discussion Paper* TI 2002 -108/2.

BUTI, M., and Suardi Massimo (2000): “Cyclical Convergence or Differentiation?” *Revue de la Banque/Bank- en Financiewezen*, March.

CALMFORS, Lars (2001): “Unemployment, Labour Market Reform, and Monetary Union”, *Journal of Labour Economics*, Vol 19.

CECCHETTI, S. (2001): “Legal Structure, Financial Structure and Monetary Policy”, in Deutsche Bundesbank (ed.), *The Monetary Transmission Process*, Palgrave.

CROWLEY, Patrick M. (Eds) (2002): *Before and Beyond EMU. Historical Lessons and Future Prospects*. London and New York: Routledge.

DAMÁSIO, António (2004) [1999]: *O Sentimento de Si. O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*. 15ª edição. Mem Martins: Publicações Europa-América.

DAMÁSIO, António (2003): *Ao Encontro De Espinosa. As Emoções Sociais e a Neurobiologia do Sentir*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

DAWKINS, Richard (2003) [1989]: *The Selfish Gene*. (Trad. em Port. Ana Paula Oliveira e Miguel Abreu): O Gene Egoísta. Lisboa: Gradiva.

DE GRAUWE, Paul (2003): *Economics of Monetary Union*. Fifth Edition, Oxford University Press.

DE GRAUWE, Paul and Francesco Paolo Mongelli (2005): “Endogeneities of Optimum Currency Areas. What Brings Countries Sharing a Single Currency Closer Together?” *ECB Working Papers Series No. 468*, April.

DOPFER, Kurt (Eds) (2005): *The Evolutionary Foundation of Economics*. Cambridge University Press.

DOLLE, Jean-Marie (1997): *Pour Comprendre Jean Piaget*. Tradução port. *Para Compreender Jean Piaget*. Lisboa, Instituto Piaget, 1999 [Tradução de Luís Leitão].

DONALD, Merlin (1991): *Origins of The Modern Mind: Three Stages in the Evolution of Culture and Cognition*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press.

DONALD, Merlin (2001): *A Mind So Rare. The Evolution of Human Consciousness*. New York / London: W.W. Norton & Company.

EDER, Klaus and Bernhard Giesen (Eds) (2001): *European Citizenship. National Legacies and Transnational Projects*, Oxford University Press.

EDER, Klaus and Willfried Spohn (Eds) (2005): *Collective Memory and European Identity. The Effects of Integration and Enlargement*. Ashgate.

EDWARDS, Sebastian (2001): “Capital Flows and Economic Performance: Are Emerging Economies Different?”, *NBER Working Paper 8076*, January.

EICHENGREEN, B. (1990): “One Money for Europe, Lessons of the U.S currency union”. *Economic Policy 10*, April.

EICHENGREEN, B. (1992): “Is Europe an optimum currency area?”, reprinted in *European Monetary Unification: Theory, Practice, and Analysis*, B.J. Eichengreen (ed.), Cambridge: MIT Press, pp. 51-71.

EICHENGREEN, B., and T. Bayoumi (1993): “Shocking aspects of European monetary unification”, reprinted in *European Monetary Unification: Theory, Practice, and Analysis*, B.J. Eichengreen (ed.), Cambridge: MIT Press, pp. 73-109.

EICHENGREEN, B. (2007): *The European Economy Since 1945*, Princeton University Press.

EL-AGRAA, Ali M. (2004): *The European Union. Economics & Policies*. Seventh Edition. Prentice Hall.

FERRANDO, A., Baele, L, Hördahl, P, Krylova, E, Monnet, C (2004): “Measuring financial integration in the euro area”, *ECB Occasional Paper no. 14*, April.

FIDRMUC Jarko (2004) “The Endogeneity of the Optimum Currency Area Criteria and intraindustry trade: implications for EMU enlargement,” in Paul De Grauwe and Jaques Melitz, (Eds), *Monetary Unions after EMU*, MIT Press.

FRANKEL, J. and P. Romer (1999): “Does Trade Cause Growth?”, *American Economic Review*, 89 (3): 379-399.

FRANKEL, J. and A. Rose (1997): “Is EMU more justifiable ex post than ex ante?” *European Economic Review*, 41, 753-760.

FRANKEL, J. and A. Rose (2000): “Estimating the Effect of Currency Unions on Trade and Output”, *CEPR Discussion Paper* 2631.

FULLBROOK, Edward (Eds) (2002): *Intersubjectivity in Economics. Agents and Structures*. London and New York: Routledge.

GEBSER, Jean (1985) [1945]: *The Ever-Present Origin*. (Trans. to English by Noel Barstad). Athens: Ohio University Press.

GIAVAZZI, F. and M. Pagano (1988): “The Advantage of Tying One’s Hands: EMS Discipline and Central Bank Credibility”, *European Economic Review*.

GIDDENS, Anthony (2007): *Europe in the Global Age*. (Trad. em Port. Alberto Gomes). A Europa na Era Global. Lisboa: Editorial Presença.

GIESEN, Bernhard (1998): *Intellectuals and the Nation. Collective Identity in a German Axial Age*. Cambridge University Press.

GOLEMAN, Daniel (2006): *Social Intelligence*, Tradução port., *Inteligência Social*. Lisboa, Temas e Debates, Outubro 2006 [Tradução de Mário Dias Correia].

GRAVES, Clare W. (2005): *The Never Ending Quest*. Edited by Cowan, Christopher C. and Natasha Todorovic, ECLET Publishing.

GREIF, Avner (2006): *Institutions and the Path to the Modern Economy. Lessons from Medieval Trade*. Cambridge University Press.

GRUBER, Howard E., and J. Jacques Vonèche (1977): *The Essential Piaget. An Interpretative Reference and Guide*, Routledge & Kegan Paul.

HABERMAS, Jurgen (1995) [1976]: *Communication and the Evolution of Society*. (Trans. by Thomas McCarthy 1984). Cambridge: Polity Press.

HESS, G.D. and E. van Wincoop (2000): *Intranational Economics*, Cambridge: Cambridge University Press.

HODGSON, Geoffrey M. (2001): *How Economics Forgot History. The Problem of Historical Specificity in Social Science*, Routledge.

HODGSON, Geoffrey M. (2004): *The Evolution of Institutional Economics. Agency, Structure and Darwinism in American Institutionalism*, Routledge.

HODGSON, Geoffrey M. (2006): “What are Institutions?” *Journal of Economic Issues* Vol. XL, March.

IMBS, Jean (2003): “Trade, Finance, Specialization and Synchronisation,” International Monetary Fund, *IMF Working Papers*: WP/03/81.

ISSING, Otmar (2004): “Economic and Monetary Union in Europe: political priority versus economic integration?” in I. Barends, V. Caspari and B. Schefold (Editors) *Political Events and Economic Ideas*, Edward Elgar Publishing Limited.

JONES, Eric L. (2006): *Cultures Merging. A Historical and Economic Critique of Culture*, Princeton University Press.

JONUNG, L. (2001): “The Scandinavian Monetary Union”, paper presented at the Conference *From the Athenian Tetradrachm to the euro*, organised by the European

Association for Banking History e. V. and the National Bank of Greece, Athens 8-9 October 2001.

KEGAN, Robert (1982): *The Evolving Self. Problems and Process in Human Development*. Harvard University Press.

KOESTLER, A. (1976): *The Ghost in the Machine*. New York: Random House.

KOUPARITSAS, M.A. (1999): “Is the EMU a viable common currency area? A VAR analysis of regional business cycles”, Federal Reserve Bank of Chicago, *Economic Perspectives*, Vol 23, pp. 2-20.

KRUGMAN, Paul and Maurice Obstfeld (2003): *International Economics. Theory and Policy*. Sixth Edition. International Edition: Addison Wesley.

LAWSON, Tony (2003): *Reorienting Economics*. London and New York: Routledge.

MARINHEIRO, C. (2003): “Output Smoothing in EMU and OECD: Can We Forego Government Contribution? A Risk Sharing Approach”, October, *CESifo Working Paper Series No. 1051*.

MCCALLUM, John (1995): “National Borders Matter: Canada-US Regional Trade Patterns”, *American Economic Review* 85 (3): 615-623.

MELITZ, Jaques (2001): “Geography, Trade and Currency Union,” *CEPR Discussion Paper no. 2987*.

MENDONÇA, António (1994): “O Sistema Monetário Europeu: Passado, Presente e Futuro”, *CEDIN/ISEG, Documento de Trabalho n°5/94*.

MENDONÇA, António (1995): “O Conceito de Zona Monetária Ótima e o Problema da sua Discussão sobre o Processo de Integração Monetária na Europa” in *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Lisboa: ISEG/Montepio Geral.

MENDONÇA, António (2004): “A Integração Monetária na Europa” in Romão, A. (coord.), *Economia Europeia*, Coleção Económicas, Lisboa: Celta Editora.

MENDONÇA, António (2005): “A União Europeia Face ao Processo de Globalização: Alargamento Continental versus Abertura Atlântica”, *Documento de Trabalho*, ISEG.

MICCO, Alejandro, Ernesto Stein and Guillermo Ordonez (2003): “The Currency Union Effect on Trade: Early Evidence from EMU”, *Economic Policy*, October, 0(37), pp. 315-56.

MONGELLI F.P., E. Dorrucchi and I. Agur (2004): “What does European Institutional Integration tell us about Trade Integration?”, *European Central Bank*.

MONGELLI F.P. (2002): “New Views on the Optimum Currency Area Theory : what is EMU telling us?”, *European Central Bank, Working Paper Series n° 138*, Abril 2002.

MORGAN, J and A. Mourougane (2003): “The Impact of Active Labour Market Policies in Europe”, in G. Fagan, F.P. Mongelli and J. Morgan (eds), *Institutions and Wage Formation in the New Europe*, in Edward Elgar.

MUNDELL, R. (1961): “The Theory of Optimum Currency Areas”, *American Economic Review*, vol 51, n°4, September, pp. 657-663.

NORTH, Douglass C. (1990): *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge University Press.

NORTH, Douglass C. (2005): *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton University Press.

OBSTFELD and Peri (1998): “Regional non-adjustment and fiscal policy.” *Economic Policy* 26, April, pp 205-259.

PADOAN, Pier Carlo (2002): “EMU as an Evolutionary Process”, in Andrews, D., C. Henning, L. Pauly (eds.), *Governing the World’s Money*, Cornell University Press.

PERSSON, T. (2001): “Currency Unions and Trade: How Large is the Treatment Effect?” *Economic Policy*, October.

PETERSON, John and Michael Shackleton (Eds) (2006): *The Institutions of the European Union*. Oxford University Press.

POLANYI, Karl (2001) [1944]: *The Great Transformation. The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press.

ROBSON, Peter (1998) [1980]: *The Economics of International Integration*. Fourth edition, London and New York: Routledge.

RODRIGUES, Maria Manuel Santos (1999): *A problemática do desemprego na Europa*; Dissertação de Mestrado em Economia Internacional na Universidade Técnica de Lisboa, ISEG.

ROLAND-LEVY, C. (2006): “Changes in Identity”, in Ross, A. (ed) *Citizenship Education: Europe and the World*. London: CiCe, pp 401-418.

ROMÃO, A. (coord.)(2004); *Economia Europeia*, Coleção Económicas, Lisboa: Celta Editora.

ROSE, A. (2000): “One Money, One Market: The effect of common currencies on Trade”, *Economic Policy* 30, April, pp 8-45.

SACHS, J. and Xavier Sala-i-Martin (1992): “Fiscal Federalism and Optimum Currency Areas: Evidence for Europe from the United States”, *CEPR Discussion Paper Series No. 632*, March.

SIBERT, A., and Sutherland, A. (2000): “Monetary Union and Labor Market Reform”, *Journal of International Economics*, 51, August: 421-436.

SILVESTRE, J. and Mendonça. A. (2005): “The Endogeneity of Optimum Currency Areas Criteria: European Union, Eurozone and the Portuguese Case”, paper presented at *22nd International Symposium on Banking and Monetary Economics*, Strasbourg, July.

TORRES, F., *et al* (eds) (2003): *Governing EMU: Economic, Political, Legal and Historical Perspectives*, 1st EUI Alumni Conference, Badia Fiesolana, 3 and 4 October.

VEBLEN, Thorstein (1994) [1899a]: *The Theory of the Leisure Class*. Dover Publications.

VEBLEN, Thorstein (2006) [1914]: *The Instinct of Workmanship, and the State of the Industrial Arts*. New York: Cosimo Classics.

VEBLEN, Thorstein (1919b): *The Vested Interests and The Common Man*. New York: Huebsch.

VERHOFSTADT, Guy (2005): *Os Estados Unidos da Europa*. (Trad em Port. Lúcia Martins Figueiredo). Lisboa: Gradiva.

WEBER, Max (2003) [1904-5]: *The Protestant Ethic And The Spirit of Capitalism*. Translated by Talcott Parsons (1958). New York: Dover Publications.

WILBER, Ken, Jack Engler, and Daniel P. Brown (1986): *Transformation of Consciousness*. Boston & London: Shambhala.

WILBER, Ken (1995): *Sex, Ecology, Spirituality. The spirit of evolution*. Boston: Shambhala.

WILBER, Ken (1996): *A Brief History of Everything*. Boston: Shambhala.

WILBER, Ken (2000): *A Theory of Everything: An Integral Vision for Business, Politics, Science, and Spirituality*. Boston: Shambhala.

WILBER, Ken (2003a): *Introduction to Excerpts from Volume 2 of the Kosmos Trilogy*. Retirado de <http://wilber.shambhala.com/html/books/kosmos/excerptA/intro.cfm>

WILBER, Ken (2003b): *Excerpt A: An Integral Age at the Leading Edge*. Retirado de <http://wilber.shambhala.com/html/books/kosmos/excerptA/intro.cfm>

WILBER, Ken (2003d): *Excerpt C: The Ways We Are in This Together; Intersubjectivity and Interobjectivity*. Retirado de <http://wilber.shambhala.com/html/books/kosmos/excerptC/intro.cfm>

WYNNE, M. and J. Koo (2000): "Business Cycles under Monetary Union: a Comparison of the EU and the US", *Economica* 67: 347-374.